

Volume 01

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL



**Perfil Demográfico, Socioeconômico e
Indicadores Sociais do SGDCA**

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL



Volume 01

**Perfil Demográfico, Socioeconômico e Indicadores sociais
do SGDCA**

1ª Edição

Divinópolis-MG, 2021

DIAGNÓSTICO SOCIAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM FOCO NA IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

Idealização:



Realização



Financiamento



Apoio



Divinópolis-MG, 2021

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Diagnóstico social da criança e do adolescente com
foco na identificação do trabalho infantil :
perfil demográfico, socioeconômico e
indicadores sociais do SGDCA : volume 1 /
[coordenação geral : Juliana Coelho, Luciana
Maria de Araujo, Sirléia Moreira Tavares ;
Assessoria Técnica : Paine! Pesquisas e
Consultoria Ermelinda Maria Uber Januário,
Maria Helena Provenzano] -- 1.ed. -- Divinópolis,
MG : Paine! Pesquisas e Consultoria, 2021. --
(Diagnóstico social com foco na identificação do
trabalho infantil ; 1)

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-990487-5-3

1. Assistência social 2. Ciências sociais 3.
Indicadores sociais 4. Municípios - Brasil 5.
Pesquisa - Metodologia 6. Políticas públicas 7.
Trabalho infantil - Brasil I. Coelho, Juliana. II.
Araujo, Luciana Maria de. III. Tavares, Sirléia
Moreira. IV. Januário, Ermelinda Maria Uber. V.
Provenzano, Maria Helena.

21-72353

CDD-320

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas : Planejamento estratégico :
Ciência política 320

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Diagnóstico da Social da Criança e do Adolescente com Foco na Identificação do Trabalho Infantil
do município de Divinópolis/MG

Volume 01

1ª Edição, Divinópolis, MG – Núcleo Criativo Painei – 2021

21 - 72353

CDD-320

Ficha Técnica

Coordenação geral: Secretaria Municipal de Assistência Social de Divinópolis-MG
Juliana Coelho, Luciana Maria de Araujo e Sirléia Moreira Tavares

Assessoria Técnica: Painei Pesquisas e Consultoria

Ermelinda Maria Uber Januário

Maria Helena Provenzano

Coordenação Executiva do Diagnóstico

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista CORECON nº 2.556-9

Maria Helena Provenzano – Assistente Social CRESS/SC nº 8886 / 12ª Região

Análise dos dados

Felipe de Avila – Engenheiro de Software

Rodolfo Uber Januário – Administrador – CRA/SC nº 32.547

Equipe Técnica

Alan Patrick Xavier dos Santos – Assistente de Pesquisas

Deise de Souza Barros – revisora dos dados

Emanuel Alves – Analista de dados

Lourdes Grabowski – Assistente Social CRESS/PR 1623

Marcia Rosa – Assistente de pesquisas

William Spiess – Analista de Dados

Administração e Logística

Diana Maria Garbin

Identidade Visual

Isabela Bortoletto Bozzola – Designer Gráfico

Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor Cinematográfico (DRT n. 11048/48) 8886 12ª Região

Município de Divinópolis - MG

Gestores municipais

Gleidson Azevedo

Prefeito Municipal

Janete Aparecida

Vice-Prefeita

Janete Aparecida

Secretária Municipal de Governo

Juliana Coelho

Secretária Municipal de Assistência Social

Andreia Carla Ferreira Dimas

Secretária Municipal de Educação

Thiago Nunes Lemos

Secretário Municipal de Administração, Orçamento
Informação, Ciência e Tecnologia

Diniz Borges Filho

Secretário Municipal de Cultura

Diniz Borges Filho

Secretário Municipal Interino de Esportes e
Juventude

Gustavo Mendes Martins

Secretário Municipal de Operações e Serviços
Urbanos

Gustavo Mendes Martins

Secretário Municipal Interino de Agronegócios

Alan Rodrigo da Silva

Secretário Municipal de Saúde

Luiz Ângelo Coutinho Gonçalves

Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico e Sustentável

Ezequiel Cilas Rodrigues

Secretário Municipal de Meio Ambiente e Política
de Mobilidade Urbana

Comissão do Diagnóstico Social

Juliana Coelho

Assistente Social

Secretária Municipal de Assistência Social

Gestão - 2021/2024

Maicon Marques de Paula

Assistente Social

Gerente de Proteção Social e Benefícios

Sirléia Moreira Tavares

Socióloga

Coordenadora de Programa de Transferência de
Renda e Benefícios

Heder Júnior Aparecido de Melo

Sociólogo

Gerencia de Contratos, Compra e Parcerias com
OSCS Convênios e Interface Jurídica

Lidiane Cristina da Silva Cardoso

Técnica de Referência da Vigilância Socioassistencial

Hélcia Nunes de Godói

Técnica da Gerência de Planejamento
Sec. Municipal de Educação

Leila Martins Ferreira

Técnica da Gerência de Planejamento
Sec. Municipal de Educação

Sandro Amaral Nogueira

Técnico da Secretaria de Meio Ambiente e Políticas
Urbanas

Rita Fernandes Ferreira de Almeida

Presidente do CMDCA - Gestão 2020/2021

Michele Teixeira Lopes

Vice-presidente CMDCA - Gestão 2021/2022

Luciana Maria de Araújo

Presidente do CMAS - Gestão 2020/2021

Márcia Luísa Santos

Presidente do CMDCA - Gestão 2019/2020

Juliano Soares Prado

Secretário Municipal de Assistência Social
Gestão - 2017/2020

PREFÁCIO I

Diagnóstico da Infância e Adolescência: Um olhar real para garantir políticas públicas no atendimento à criança e ao adolescente, respeitando a realidade e diversidade existente em meio as vulnerabilidades e risco social vivenciado pelas famílias e suas crianças e adolescentes do município de Divinópolis.

Portanto, a realização do diagnóstico tornou necessária, pois, será um documento norteador que muito contribuirá no Planejamento estratégico para que o município de Divinópolis possa com transparência e mais eficiência e eficácia desenvolver ações que garanta a proteção e direitos das nossas crianças e adolescentes. Este Diagnóstico foi muito esperado tanto pela Gestão Municipal, quanto pelos Conselheiros Municipais do CMDCA. Por isso, foi elaborado com a soma de esforços da Gestão Municipal em conjunto com o CMDCA- Conselho Municipal da Criança e Adolescente constituindo-se assim, mais uma ferramenta de informações para a elaboração e o planejamento das ações do Município destinadas à infância e adolescência.

A elaboração deste diagnóstico potencializa também a execução do artigo 86 do ECA, que traz a necessidade da implantação de políticas integradas no atendimento a este público, e ainda o que diz a Constituição Federal de 1988 em seu **Art. 227: *É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão,*** portanto, é preciso organizar, planejar e articular para colocar em prática o que preconiza as leis existentes, tanto a nível federal, estadual e municipal . É desafiador colocar em prática ações que impulsionem o poder público e a sociedade civil a encontrar soluções cada vez mais eficientes para assegurar, de fato, os direitos da infância e da adolescência no Brasil, e não é menos desafiador em nosso Município.

Para que o município de Divinópolis, através da Gestão Municipal e do CMDCA, possa superar tais desafios é notório que o Diagnóstico é mais um passo importante da consolidação dos avanços que terão as Políticas Públicas Municipais da Criança e do Adolescente, o qual contribuirá para o enfrentamento de violações de direitos, combatendo as vulnerabilidades sociais em que vivem nossas crianças e adolescentes. Com os dados revelados será possível agir com maior assertividade na busca de soluções, e superando os direitos violados, principalmente o do Trabalho Infantil através de Programas,

Projetos, Serviços e Benefícios destinados as famílias quem tem em seu núcleo familiar crianças e adolescentes.

Crianças e Adolescentes são o futuro de nossa Sociedade, mas é preciso fazer no presente para elas e com elas, pois, Cuidar e Proteger é Agora, é Presente!

Juliana Coelho
Secretária Municipal de Assistência Social
Divinópolis-MG, junho de 2021

PREFÁCIO II

“Não existe revelação mais nítida da alma de uma sociedade do que a forma como esta trata as suas crianças.”

NELSON MANDELA.

A reflexão colocada por Mandela nos leva a pensar a realidade em que vivem nossas crianças e adolescentes no município de Divinópolis. Todas as crianças e adolescentes vivenciam seus direitos legais e de proteção integral plena? É sobre o questionamento quanto a todas e todos que recai a verdadeira reflexão necessária. A garantia em lei de direitos e de prioridade absoluta não diz sobre a realidade vivenciada no dia a dia de crianças e adolescentes do Município.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente tem o papel de orientar, formular, deliberar e exercer o controle social sobre as políticas públicas voltadas para o atendimento de crianças e adolescentes. Para exercer tais funções com competência e eficácia é necessário conhecimento teórico, conhecimento profundo da realidade, das especificidades territoriais e culturais, nível socioeconômico que estão inseridas essas crianças e adolescentes e quais são os problemas que mais vulnerabilizam essa população. É necessário levantamento dos equipamentos, serviços, programas, projetos e benefícios já existentes nos territórios, assim como os meios de financiamento, capacidade de atendimento e demanda reprimida, a fim de subsidiar o planejamento objetivo de ações e execução de políticas públicas que atendam as reais necessidades de crianças e adolescentes nas diversas regiões da cidade. Foi com este objetivo que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente junto a Secretaria Municipal de Assistência Social de Divinópolis viabilizou o presente documento.

A necessidade do diagnóstico da situação da criança e do adolescente no Município é um desafio há muito idealizado e já contemplou propostas de conferências municipais e já foi tema de seminários e reuniões. O recorrente documento servirá de base para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no planejamento de políticas públicas que efetivem os direitos das Crianças e Adolescentes já garantidos em lei.

Os dados detalhados neste diagnóstico apresentam a realidade do Município e nos coloca diante dos avanços e desafios. Muito contribuirá para direcionar o planejamento de ações que efetivem políticas públicas de qualidade e garantam os direitos das crianças e adolescentes como preconizado no ECA.

É com muita satisfação e comprometimento que nós conselheiros de direitos da criança e adolescente recebemos este diagnóstico. Sigamos juntos, rumo à construção de uma cidade melhor, com equidade e igualdade de direitos para nossas crianças e adolescentes.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA/MG)

Divinópolis-MG

Junho de 2021

EPÍGRAFE

O Direito das Crianças

*Toda criança no mundo, deve ser bem protegida
Contra os rigores do tempo, contra os rigores da vida.*

*Criança tem que ter nome, criança tem que ter lar
Ter saúde e não ter fome, ter segurança e estudar.*

*Não é questão de querer, nem questão de concordar
Os direitos das crianças, todos têm de respeitar.*

*Tem direito à atenção, direito de não ter medos
Direito a livros e a pão, direito de ter brinquedos.*

*Mas criança também tem, o direito de sorrir.
Correr na beira do mar, ter lápis de colorir...*

*Ver uma estrela cadente, filme que tenha robô,
Ganhar um lindo presente, ouvir histórias do avô.*

*Descer do escorregador, fazer bolha de sabão,
Sorvete, se faz calor, brincar de adivinhação.*

*Morango com chantilly, ver mágico de cartola,
O canto do bem-te-vi, bola, bola, bola, bola!*

*Lamber fundo da panela, ser tratada com afeição
Ser alegre e tagarela, poder também dizer não!*

*Carrinho, jogos, bonecas, montar um jogo de armar,
Amarelinha, petecas, e uma corda de pular.*

*Um passeio de canoa, pão lambuzado de mel,
Ficar um pouquinho à toa...Contar estrelas no céu...*

*Ficar lendo revistinha, um amigo inteligente,
Pipa na ponta da linha, um bom dum cachorro quente.*

*Festejar o aniversário, com bala, bolo e balão!
Brincar com muitos amigos, dar pulos no colchão.*

*Livros com muita figura, fazer viagem de trem,
Um pouquinho de aventura...alguém para querer bem...*

*Festinha de São João, com fogueira e com bombinha,
Pé-de-moleque e rojão, com quadrilha e bandeirinha.*

*Festinha de São João, com fogueira e com bombinha,
Pé-de-moleque e rojão, com quadrilha e bandeirinha.*

*Pisar descalça no barro, comer frutas no pomar,
Ver casa de João-de-barro, noite de muito luar.*

*Ter tempo pra fazer nada, ter quem penteie os cabelos,
Ficar um tempo calada...falar pelos cotovelos.*

*E quando a noite chegar, um bom banho, bem quentinha,
Sensação de bem-estar... de preferência um Celinho.*

*Uma caminha macia, uma canção de ninar,
Uma história bem bonita, então, dormir e sonhar...*

*Embora eu não seja rei, decreto, neste país,
Que toda, toda criança tem direito a ser feliz!!!*

Ruth Rocha

SIGLATÓRIO

CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CONAETI	Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRFB/88	Constituição da República Federativa do Brasil de 1988
CT	Conselho Tutelar
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MC	Ministério da Cidadania
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MP	Ministério Público
MP-MG	Ministério Público de Minas Gerais
MPT	Ministério Público do Trabalho
MS	Ministério da Saúde
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDJ	Razão de Dependência Jovem
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SGDCA	Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SSP-MG	Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TJ-MG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TI	Trabalho Infantil

SUMÁRIO

1.	APRESENTAÇÃO	16
2.	INTRODUÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES	18
3.	NOTAS METODOLÓGICAS.....	22
3.1	divisão territorial	22
3.2	IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	25
3.2.1.	METODOLOGIA DA COLETA E padronização DOS DADOS	25
3.2.2.	METODOLOGIA DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO	26
3.3.	TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE	26
4.	DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO	29
5.	PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO POR REGIÃO	33
5.1	MAPA SOCIAL DO PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO.....	45
6.	MAPEAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	47
7.	INDICADORES DO DIREITO À VIDA E SAÚDE	52
7.1	MAPA SOCIAL DO DIREITO À VIDA E SAÚDE	73
8.	INDICADORES DO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER	75
8.1	MAPA SOCIAL DO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER.....	87
9.	INDICADORES DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE	88
9.2	MAPA SOCIAL DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE.....	104
10.	INDICADORES DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	106
10.1	MAPA SOCIAL DO DIREITO À CONVIVENCIA FAMILIAR E COMUNITARIA.....	121
11.	INDICADORES DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO e PROTEÇÃO NO TRABALHo.....	123
11.1	MAPA SOCIAL DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO.....	130
12.	MAPA GERAL DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E DIREITOS DO ECA.....	132
13.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
14.	CONCLUSÃO	137
15.	GLOSSÁRIO DE TERMONOLOGIAS.....	138
16.	REFERÊNCIAS	141

PARTE I

Contempla a apresentação do Diagnóstico, a introdução aos direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes, os principais marcos jurídicos. Inclui ainda, as notas metodológicas da divisão territorial, da coleta, padronização e validação dos dados, os métodos estatísticos aplicados e a forma de apresentação dos resultados.

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente com foco na identificação do Trabalho Infantil do município de Divinópolis - MG é realizado pela primeira vez e representa um marco na efetivação dos direitos da criança e do adolescente no Município. Fruto de iniciativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, tem como principal objetivo subsidiar as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução assertivas das políticas públicas direcionadas para a infância e adolescência, oferecendo aos gestores públicos e à sociedade, informações sobre a realidade em que as crianças e os adolescentes residentes no Município estão inseridas.

Portanto, este projeto foi idealizado de modo que possa retratar o panorama situacional, por território, das crianças e adolescentes residentes no Município, por meio de indicadores sociais e estatísticas gerais, construídos com a finalidade de identificar o número e o perfil daqueles que estão sujeitos às situações de trabalho infantil, e das violações do Direito Fundamental, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Seu conteúdo foi elaborado a partir da coleta e análise de dados de bases secundárias sistematizadas, da rede de atendimento e do resultado da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes com a finalidade de identificar as situações de trabalho infantil, bem como os aspectos relacionados à promoção do direito, como acesso a atividades culturais, esportivas, educacionais e profissionalizantes.

Utilizou-se como guia construtivo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e demais instrumentos normativos vinculados ao tema, com destaque às Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI (MDS, 2018), assim como foram seguidas as orientações contidas no Edital Pregão Eletrônico nº 193/2019.

Durante a execução do projeto foram realizadas reuniões de planejamento e articulação, das quais participaram membros da Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico Social, conjuntamente com a Painel Pesquisas e Consultoria, conferindo à sua elaboração um caráter construtivo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes para sua execução e finalização. Os resultados deste importante projeto de pesquisa social estão apresentados em dois volumes, sendo:

- **Volume 01** – Perfil demográfico e socioeconômico do Município, mapeamento do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente (SGDCA), resultados das demandas sociais registradas na rede de atendimento considerando os eixos de direito preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Para este volume utilizou-se como norte construtivo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e demais instrumentos normativos vinculados ao tema, com destaque à Resolução 113/2006 do CONANDA – que trata da implementação e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA).



- **Volume 02** – Introdução ao tema Trabalho Infantil, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e resultado da pesquisa de percepção com crianças e adolescentes para identificar as situações de trabalho, compreendendo as atividades regulares e irregulares.

2. INTRODUÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS CRIANÇAS E DOS ADOLESCENTES

A positivação dos direitos humanos no ordenamento jurídico é fruto de uma trajetória de conquistas históricas. Para José de Farias Tavares (2001), no contexto dos direitos das crianças e dos adolescentes esse movimento não é diferente, tendo como marco a Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959), que tratou de explicitamente reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e, por sua condição peculiar de desenvolvimento, merecerem proteção e atenção especializada e prioritária, ao que ficou conhecida como a doutrina da proteção integral.

Segundo o doutrinador, a trajetória evolutiva para tal conquista teve seus primeiros indícios no contexto internacional ainda com a Liga das Nações¹, na Declaração de Genebra de 1924 e de 1933. Outros marcos ainda foram importantes, como a criação da primeira organização internacional voltada especificamente para os cuidados com a infância, a *United Nations International Child Emergency Fund* (UNICEF) em 1946; a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem em 1948; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969.

Esta trajetória culminou com um tratado de monumental importância, a Convenção dos Direitos da Criança subscrita de 1989 - mas que iniciou em 1979, declarado o Ano Internacional da Criança - a qual é fundada em três princípios basilares: i) a proteção especial e integral como ser em desenvolvimento, ii) a prioridade em preservar a convivência familiar, por ser este lugar ideal para seu desenvolvimento iii) o comprometimento das nações subscritoras da convenção em assegurar tais direitos com prioridade absoluta.

É neste cenário que se inicia a trajetória do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos no Brasil. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por preocupar-se em assegurar direitos fundamentais e essenciais a todos e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos (Machado, 2003). No mesmo espírito de inovação, foram introduzidos ao corpo constitucional aspectos próprios do princípio da proteção integral, através do artigo 227, que os reconhece como sujeitos de direito e como indivíduos em processo de formação, atribuindo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar seus direitos, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

¹ Organização Internacional criada em 1919 no contexto pós-guerra destinado à preservação da paz e à resolução dos conflitos internacionais. A liga se dissolveu no ano seguinte a criação da Organização das Nações Unidas em 1945, transferindo a ela suas responsabilidades e competências.

O doutrinador Paulo Afonso Garrido de Paula (2002) organiza a evolução do tratamento da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro em quatro fases distintas. A primeira fase é caracterizada pela absoluta ausência de normas jurídicas específicas que tratam dos interesses de crianças e adolescentes. Já na segunda fase, a de imputação criminal, as legislações passam a mencionar as crianças e adolescentes, porém apenas para tratar de sua responsabilização pela prática de infração penal. Na terceira fase, a do sistema tutelar, há a preocupação com a integração sociofamiliar, em que é concedido ao juiz ampla discricionariedade de atuação, com tutela reflexa de seus interesses pessoais para atuar enquanto representante e no papel de “pai de família”. E por fim, na quarta fase, denominada de fase da proteção integral, é incorporado a legislação nacional um novo modelo de atenção e proteção às crianças e adolescentes, em oposição ao que vigia até então, através da introdução de aspectos próprios da Doutrina de Proteção Integral. É nesta última fase, e dois anos após a promulgação da Constituição Federal, que surge o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei nº 8.069/1990.

De forma inovadora o Estatuto rompeu obstáculos e se tornou um instrumento de quebra e mudança de paradigma na realidade das crianças e adolescentes perante a sociedade, rompendo com concepção de serem “simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processos de desenvolvimento”. (Curry; Garrido de Paula; Marçura; 2002, p. 21).

A criação do ECA representa um marco legal e regulatório dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, reafirmando o compromisso assumido com a inserção do Artigo 227 na Constituição Federal de 1988 de proteção especial e integral, oferecendo-lhes um novo “status”, a de serem reconhecidos como sujeitos e protagonistas de seus direitos e deveres. Portanto, este instrumento normativo veio para colocar em prática as garantias e direitos positivados, reafirmando o compromisso da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público em garantir com prioridade absoluta “a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (Artigo 4º do ECA).

Em seu bojo, fundamenta-se em dois princípios norteadores, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e o de sua prioridade absoluta na defesa, garantia e promoção de seus direitos fundamentais. Em vários artigos do Estatuto a presença do princípio da proteção integral se mostra visível, como a criação do Conselho Tutelar; a implantação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), com objetivo de efetivar e assegurar a operacionalização de seus direitos; o direito a dignidade e ao respeito, protegendo o direito de imagem, a identidade, intimidade e vida privada da criança e do adolescente envolvidos na prática de ato infracional; a tratativa das medidas de proteção e medidas socioeducativas; e inúmeros outros dispositivos.

Além disso, ao longo do Estatuto são estruturados dispositivos para tratar da operacionalização de ações e políticas públicas a partir de cinco eixos de direitos – o qual serviu para estruturar a organização dos capítulos e apresentação deste Diagnóstico – quais sejam: i) vida e saúde; ii) educação, cultura, esporte e lazer; iii) dignidade, respeito e liberdade; iv) convivência familiar e comunitária; v) profissionalização e a proteção no trabalho.

A atribuição, o compromisso e a responsabilidade do poder público em garantir tais direitos vai além do seu reconhecimento e positivação no âmbito jurídico, pois sua efetivação compreende a elaboração e execução de políticas públicas assertivas. Neste intento, em 1991 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente (CONANDA), por meio da Lei nº 8.242/91. Os Conselhos de Direito - seja no âmbito nacional, estadual ou municipal – são órgãos paritários, ou seja, são formados por representantes do governo e da sociedade civil, e ocupam um lugar fundamental na materialização dos direitos via políticas públicas (CNJ, 2016).

A igualdade de todos, princípio este fundamental positivado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é efetivada através do olhar para as diferenças de forma equitativa. Assim, leis e políticas públicas não podem estar alheias à realidade das crianças e adolescentes – atentando-se principalmente para as diferenças individuais, culturais e sociais dentro do território - razão pelo qual a realização deste Diagnóstico é de suma importância, e portanto, sociedade civil e Estado devem empregar esforços para que as informações aqui produzidas gerem resultados, através da articulação e o do desdobramento de ações capazes de oportunizar a transformação da realidade social das crianças e dos adolescentes de modo a intentar minimizar os contrastes e desigualdades econômicas e sociais progressivamente.

• Linha do tempo dos marcos jurídicos no tema dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes

- **1988** — Constituição Federal da República Federativa do Brasil
- **1990** — Lei nº 8.069 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)
Decreto nº 99.710 – Ratificação da Convenção sobre os Direitos da Criança
- **1991** — Lei nº 8.242 – Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente-Conanda
- **1993** — Lei nº 8.742 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS
- **1996** — Lei nº 9.394 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – ação com apoio da OIT para combater o trabalho de crianças em carvoarias na região do MS
- **1999** — Ampliação para do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) para os demais Estados brasileiros
- **2000** — Decreto nº 3.597 – Promulga a Convenção OIT nº 182 – sobre a Proibição das piores formas de trabalho infantil e ação imediata para sua eliminação
- **2002** — Decreto nº 4.134 – Promulga a Convenção nº 138 e a Recomendação nº 146 do Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Idade Mínima de Admissão ao Emprego
Portaria nº 365 – Institui a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI)
- **2004** — Lei nº 10.836 – Criação do Programa Bolsa Família
Decreto nº 5.007 – Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos a Criança referente á venda de criança, a prostituição infantil e a pornografia infantil
Decreto nº 5.015 – Promulga a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional
Decreto nº 5.017 – Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças
- **2005** — Instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
Portaria GM/MDS nº 666 – Integração entre o Programa Bolsa Família (PBF) e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
- **2006** — Resolução Conanda nº 113 – Institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
Decreto nº 5.948 – Aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas
- **2008** — Lei nº 11.829 – Combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e pedofilia na internet
Lei nº 11.692 – Projovem
Decreto nº 6.481 – Trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação
- **2009** — Res. CIT nº 7 – Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda
- **2011** — Sem Miséria
Lei nº 12.513 – Pronatec
Lei nº 12.435 – Regulamenta o Sistema Único de Assistência Social, com a integração do PETI na Política de Assistência Social
Res. Conanda nº 148 – Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador
- **2013** — Reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) incluindo o atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho
Res. Conanda nº 159 – Participação de crianças e adolescente em espaços de discussão sobre os seus direitos
Lei nº 12.933 – Benefício de meia-entrada em espetáculos artístico-culturais e esportivos
- **2014** — Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)
Lei nº 13.010 – Estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou tratamento cruel ou degradante
- **2015** — Dec. nº 8.537 – Estatuto da Juventude: meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes e jovens de baixa renda e a reserva de vagas no transporte interestadual para jovens de baixa renda
- **2019 - 2022** — III Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador

3. NOTAS METODOLÓGICAS

Este é o primeiro de dois volumes que integram a coletânea do Diagnóstico Socioterritorial com foco na identificação do Trabalho Infantil do município de Divinópolis-MG, em que serão apresentados o Perfil Demográfico e Socioeconômico, o Mapeamento da Rede de Atendimento que compõem o SGDCA, e os Indicadores Sociais organizados por eixo de direito.

Adiante serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração deste Volume, como a divisão territorial, a identificação e mapeamento da rede de atendimento, a coleta, o tratamento e a padronização dos dados coletados, as técnicas estatísticas utilizadas na análise e a forma de apresentação dos resultados.

3.1 DIVISÃO TERRITORIAL

A definição territorial das regiões geográficas é a primeira etapa deste importante projeto de pesquisa social, sendo imprescindível para a apresentação dos resultados, pois possibilita que os mesmos sejam comparados entre si de modo a identificar as potencialidades, oportunidades e fragilidades existentes em cada espaço geográfico ou região.

O espaço reproduz a totalidade através das transformações determinadas pela sociedade, modos de produção, distribuição da população, entre outras necessidades, desempenham funções evolutivas na formação econômica e social, influencia na sua construção e também é influenciado nas demais estruturas de modo que torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS *apud* SAQUET; SILVA, 2008, p.10-11).

A importância do conceito de território na perspectiva de Santos (*apud* SAQUET; SILVA, 2008) coaduna com a notoriedade do conceito para a Política Pública de Assistência Social, que objetiva tanto observar e conhecer o território ou os territórios (e microterritórios) geográficos em que atua, atentando para as especificidades de cada “chão”, quanto às relações vivenciadas nesses espaços. Isso equivale a dizer que a perspectiva, sob a qual o conceito de território foi utilizado neste diagnóstico, alternará entre as características do município e as vivências estabelecidas entre os indivíduos e todo o universo coexistente.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformadores para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que os dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas existentes entre os bairros e áreas, limitando e engessando as ações do poder público.

Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais,

demográficas e econômicas do país, cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada por setor censitário²; a divisão territorial foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

Em conjunto com a comissão de acompanhamento do Município, foi elaborada a divisão territorial que resultou em 20 regiões geográficas detalhadas no quadro que segue.

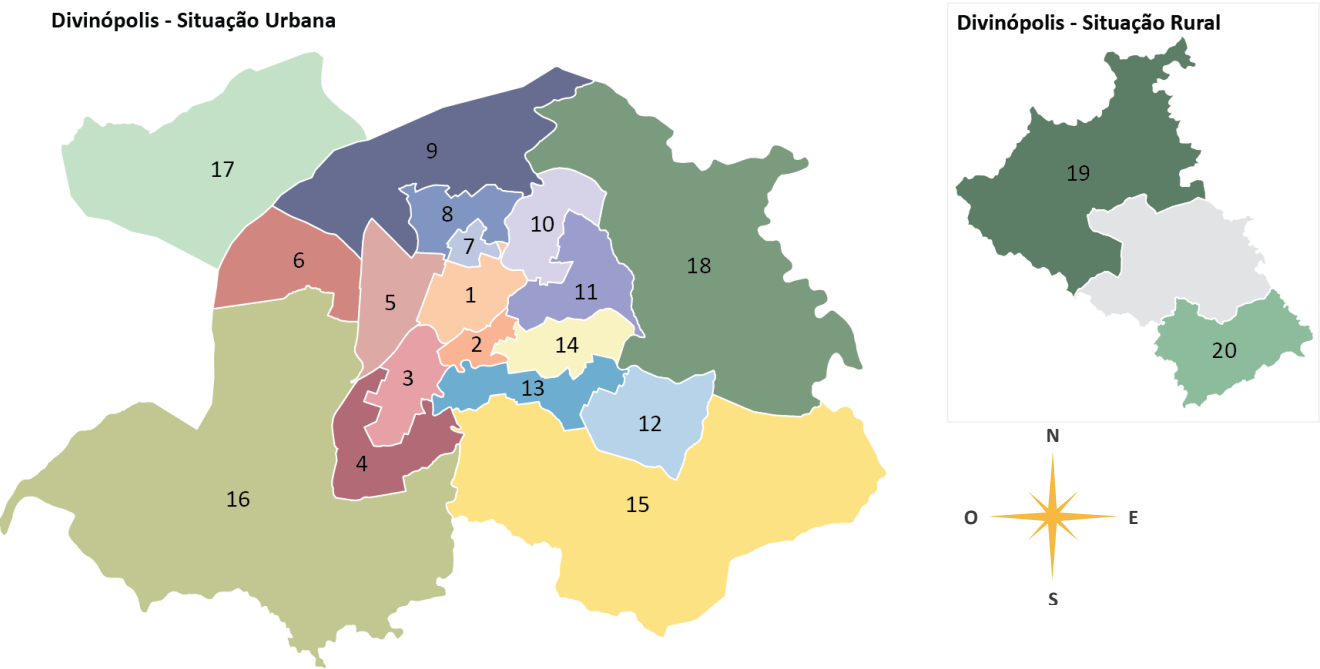
Quadro 1: Classificação das Regiões Geográficas do Município

Região Geográfica	Nome da Região	Principais Bairros ou Localidades	Situação
Região 1	Centro	Belo Horizonte; Vila Minas Gerais; Jardim Nova América; Vila Cruzeiro; Centro;	Urbana
Região 2	Sudeste	Esplanada; Porto Velho;	Urbana
Região 3	Sudoeste IV	Belvedere, Catalão, São José	Urbana
Região 4	Sudoeste III	Planalto; Santa Luzia; Tietê;	Urbana
Região 5	Oeste	Balneário Rancho Alegre; L.P. Pereira; Ipiranga; Altaville; Jardim Betânia; São Roque; Sion;	Urbana
Região 6	Noroeste I	Santa Martha; Oliveiras; Pe. Libério; Industrial; Santa Clara; Afonso Pena; São Sebastião; C.H.F. Valle da Liberdade; Liberdade; Bom Pastor; Cond. Hor. Fechado das Pedras;	Urbana
Região 7	Nordeste I	Vila Romana; Jardim das Mansões; Niterói; Espírito Santo; Dr. Jose Thomaz; Da Luz; Manoel Valinhas; Danilo Passos;	Urbana
Região 8	Nordeste II	Do Carmo; São Lucas; Primavera; Del Rey; Prol. Halim Souki; São Luis; Itaí; São João de Deus; Halim Souki; Universitário;	Urbana
Região 9	Sudeste Distante II	Antônio Fonseca; C.H.F. Vivendas da Serra; Interlagos; Maria Helena; Ponte Funda; Progresso; Residencial José Lopes; Santa Barbara;	Urbana
Região 10	Sudeste Distante I	Antares; Dona Quita; N.SRA das Graças; Sta. Tereza;	Urbana
Região 11	Sudoeste I	São Judas Tadeu	Urbana
Região 12	Sudoeste II	Alterosa; Bela Vista; Belvedere; Chanadour; Exposição; Realengo; Vésper; Ville Royale;	Urbana
Região 13	Sudoeste distante	Campina Verde; Casa Nova; Chácara Bom Retiro; Chácara Santa Rita; Chácara Siamor; Chácara Vale das Flores; Chf. Residencial Aquaville; Conj. H. Nilda Barros; Fábio Notini; Floresta; Geraldo Pereira; Granjas do Sheik; Inhame; Itacolomi; Jardim Copacabana; Jardim das Acácias; Jardim Real; Jardim Zona Sul; Jardinópolis; João Paulo II; Jose Antonio Gonçalves; Juscelino Kubitschek; Jussara; Marajó; Morumbi; Padre Herculano; Quintino; Residencial Castelo; Residencial Solaris; Santo André; São Cristovão; São Domingos; São Paulo; Vila castelo; Vivenda da Exposição;	Urbana
Região 14	Noroeste II	Nova Fortaleza; Anchieta; Res. Alto das Oliveiras; Serra Verde; Conj. Habitacional Oswaldo M. Gontijo; Res. Boa Vista; Jardim Candelaria; Fonte Boa; Res. Dom Cristiano; Jardim das Oliveiras; Walchir Resende Costa; Prol. Walchir Resende Costa; D. Ceci; Xavante; Prol Xavante; N.S. da Conceição;	Urbana
Região 15	Nordeste Distante	Chácara Beira Rio; Nova Suíça; São Simão; Residencial Morumbi; São Frei Galvão; Ipanema; Grajau; Jardim dos Candidez; Sítios de Recreio Vovó Dórica; Cidade Ind. Coronel Jovelino Rabelo; Icarai; Lagoa dos Mandarins; Residencial São Miguel; São Caetano; Eldorado; Fazenda da Usina; Estâncias Gafanhoto; Distrito Industrial Coronel Jovelino Rabelo; Floramar; Savassi;	Urbana
Região 16	Sudeste Distante III	Davanuze; Nações; Padre Eustácio; Vale do sol;	Urbana
Região 17	Sudeste Distante IV	Alfavile; Dona Rosa; Res. Mariza Pardini; Residencial Lagoa Parck; Sagrada Família; Santa Lúcia; Santa Rosa; Vila Roseiras;	Urbana
Região 18	Sudeste Distante V	Aeroporto; Chácara Belo Horizonte; Chácara Novo Horizonte; Chácara Belo Horizonte; Chácara Campo Grande; Cidade Jardim; Heleno R. de Freitas; Juíza Fonseca; Mar e Terra; Maria Peçanha; N. S. Lourdes; Nova Holanda; Novo Paraíso; Paraíso; Prol do B. Paraíso; Prolongamento Terra Azul; Quinta	Urbana

² Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

		das Palmeiras; Residencial Costa Azul; Santos Dumont; São Bento; São Matheus; Terra Azul;	
Região 19	Rural 1	Tamboril; Amadeu Lacerda; Branquinhos; Cachoeirinha; Furtado; Quilombo; Estância Mariza; Jararaca; Lajes; Piteiras; Perobas; Laboa; Mata dos Coqueiros; Caboco; Fazenda Areião; Yanes;	Rural
Região 20	Rural 2	Boa Esperança; Boa vista; Buritis; Cachimba; Córrego da Divisa; Córrego do Paiol; Ferrador; Paivas; Pari; Roseiras; Tavares;	Rural

• **Mapa 1: Visão geral da divisão territorial das regiões do Município**



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro	6	Noroeste I	11	Sudoeste I	16	Sudeste Distante III
2	Sudeste	7	Nordeste I	12	Sudoeste II	17	Sudeste Distante IV
3	Sudoeste IV	8	Nordeste II	13	Sudoeste distante	18	Sudeste Distante V
4	Sudoeste III	9	Sudeste Distante II	14	Noroeste II	19	Rural 1
5	Oeste	10	Sudeste Distante I	15	Nordeste Distante	20	Rural 2

3.2 IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a comissão de acompanhamento do diagnóstico, o mapeamento de toda a rede que presta atendimento à criança e ao adolescente no Município, incluindo os programas e projetos existentes nas secretarias municipais, e demais instituições governamentais ou não governamentais. É por meio do mapeamento da rede que a coleta de dados primários é dirigida.

3.2.1. METODOLOGIA DA COLETA E PADRONIZAÇÃO DOS DADOS

Para a construção deste Diagnóstico foram coletados dados primários e secundários³ do período de 2017 a 2019. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estará sempre referenciado ao final de cada tabela. O quadro abaixo mostra a catalogação das bases utilizadas neste diagnóstico nos volumes 1 e 2.

Quadro 2: Catalogação das bases de dados coletados

Pesquisa documental de dados primários	<i>Registros do Conselho Tutelar;</i>
	<i>Registros de Atendimento do PAIF, prestados pelo CRAS;</i>
	<i>Registros de Atendimento do PAEFI, prestados pelo CREAS;</i>
	<i>Registros de Atendimento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;</i>
	<i>Informações dos projetos e programas da Secretaria Municipal de Cultura e Esportes;</i>
	<i>Informações dos projetos e programas da Secretaria Municipal de Educação;</i>
	<i>Secretaria de Segurança Pública;</i>
	<i>Armazém de Dados do Sistema integrado de Defesa Social.</i>
Pesquisa documental de dados secundários	<i>Censo demográfico 2010 (IBGE) – Microdados e Agregados;</i>
	<i>Cadastros (CadÚnico) da Secretaria Municipal de Assistência Social;</i>
	<i>Censo Escolar do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP);</i>
	<i>RAIS - Ministério da Economia;</i>
	<i>Ministério da Saúde: SIM, SINASC, SINAN e SIH;</i>
	<i>Armazém de Dados do Sistema integrado de Defesa Social.</i>
Pesquisa de Percepção com Foco no Trabalho Infantil	<i>Pesquisa quantitativa realizada por meio de abordagem presencial com as crianças e os adolescentes residentes no Município e estratificada por região, conforme a população residente do IBGE.</i>

³ Primários são dados brutos obtidos/coletados pela Paine! Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do município, sendo que muitos deles encontram-se em fichas físicas. E secundários são dados já coletados, organizados, sistematizados e disponibilizados por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

3.2.2. METODOLOGIA DA PESQUISA DE PERCEPÇÃO

A pesquisa de percepção compreende dados coletados pela equipe pesquisadores da Painel Pesquisas, por meio de abordagem direta e com utilização de tablet. A abordagem seguiu os critérios de sigilo e neutralidade, ou seja: sem interferências de pessoas ligadas à família, amigos ou conhecidos, para que as crianças e adolescentes entrevistados, se sentissem confortáveis em responder a sua situação a respeito dos temas abordados. A pesquisa foi realizada em locais públicos como ruas, praças, próximos de escolas ou instituições públicas, entre outros.

Quadro 3: Plano amostral -Pesquisa de Percepção com Crianças e Adolescentes

Pesquisa	Descrição
Método	Quantitativo
Universo	Residentes na faixa etária de 09 a 17 anos
Unidade amostral	Área de situação urbana e rural
Amostragem	Aleatória
Estratificação	Região e idade
Tamanho da amostra	739
Erro	3,46%
Confiança	95%

A coleta dos dados em campo foi realizada no período de 17 de novembro de 2020 a 02 de dezembro de 2020, por uma equipe de dez (10) pesquisadores, por meio de abordagem presencial, com utilização de tablet e de acordo com os estratos da amostra de cada região. Os pesquisadores responsáveis pela coleta no campo foram capacitados e orientados para que mantivessem postura acolhedora, imparcial e sigilosa para proporcionar um ambiente seguro e confiável de modo que os entrevistados pudessem sentir-se à vontade para responder as perguntas do questionário.

Com base na metodologia utilizada a pesquisa resultou em uma amostra de 739 questionários, com confiança de 95% e erro amostral de 3,46%. O resultado da pesquisa é a identificação de crianças e adolescentes em situações irregulares de trabalho, por tipo de atividade e incidência por território o que permitirá a atuação futura da rede de atendimento de forma pontual no combate e erradicação do trabalho infantil no Município, bem como o perfil e percepção dos adolescentes nos temas correspondentes aos eixos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

3.3. TÉCNICAS ESTATÍSTICAS DE ANÁLISE

Todos os dados coletados foram levantados, tratados e mensurados a partir de técnicas estatísticas com o objetivo de traduzir, quantificar e mensurar em números os aspectos da realidade social do município. Para tanto, serão apresentados no formato de indicadores sociais, análises descritivas e

complementares, em conjunto com tabelas, gráficos, infográficos, mapas temáticos e de calor, de modo a facilitar a visualização e a compreensão dos resultados.

Os indicadores são proporcionalmente calculados com base no total da população residente em cada região geográfica - o que permite compará-las de forma equalizada – por meio de percentuais ou em taxas por habitantes, por mil ou cem mil. Sua classificação será apresentada em *Quantil - separatriz que divide o intervalo de frequência de uma população, ou de uma amostra, em partes iguais*. Os mais comuns têm nomes especiais, conforme o número de partes em que são divididos:

- *Percentil* para 100 grupos ou partes, cada uma com 1% dos dados;
- *Quintil* para 5 grupos ou partes, cada uma com 20% dos dados;
- *Quartil* para 4 grupos ou partes, cada uma com 25% dos dados;
- *Tercil* para 3 grupos ou partes, cada uma com 33,3% dos dados.

Assim, considerando o número de divisões territoriais deste diagnóstico, priorizou-se a utilização do *Quintil*⁴, o qual divide e ordena os indicadores em cinco partes iguais, conforme ilustrado no Quadro 4. Todavia, em algumas situações em que houver muitas taxas iguais a "zero", possivelmente os dados serão apresentados em menores divisões, de modo a possibilitar maior uniformidade na visualização e na classificação dos grupos.

Quadro 4: Ilustração do método *Quintil*.

Primeiro Quintil	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Quinto Quintil
É o agrupamento de até 20% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 20% a 40% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 40% a 60% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento de 60% a 80% dos valores da amostra ordenada	É o agrupamento dos valores acima de 80% da amostra ordenada
Muito Baixo Indicadores na extremidade inferior da mediana (Até 20%)	Baixo (De 21% até 40%)	Médio Indicadores em torno da mediana (De 41% até 60%)	Alto (De 61% até 80%)	Muito Alto Indicadores na extremidade superior da mediana (De 81% até 100%)
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

O cálculo da razão é o resultado entre o maior e menor valor do indicador da região geográfica. Para este cálculo são desprezados os indicadores iguais a 0 (zero), portanto, será considerado como menor indicador aquele que apresentar o menor número diferente de 0 (zero).

- **Fórmula para cálculo da Razão entre o maior e menor valor das regiões**

$$\frac{\text{Maior indicador}}{\text{Menor indicador}} = \text{Razão}$$

⁴ TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

PARTE II

Nesta parte será apresentado os dados gerais do município, com o descritivo histórico cultural da população e suas principais características, o perfil demográfico e socioeconômico a fim de identificar as potencialidades, fragilidades e as necessidades de cada região e o mapeamento da rede voltada ao atendimento da criança e do adolescente.

4. DADOS GERAIS DO MUNICÍPIO⁵

Divinópolis é um dos municípios do Estado de Minas Gerais, localizado na mesorregião Oeste de Minas, com distância de aproximadamente 120 quilômetros da capital Belo Horizonte. Com área territorial de 708,9 km², população estimada de 240.408 habitantes (IBGE, 2020) e densidade demográfica de 300,82 hab/km², é a maior cidade do Oeste de Minas. Uma cidade ímpar no cenário econômico mineiro, sendo destaque no setor de vestuário e siderúrgico/metalúrgico, além de possuir estratégico papel na logística da região. Também é reconhecida por ser uma cidade universitária e por suas grandes festas, com eventos diversos durante todo o ano.

Banhada pelos Rios Itapecerica e Pará, a presença da rica hidrografia foi importante no seu desenvolvimento inicial, quando em 1700 os “Candidés”, banidos pelo então governador de Minas, instalaram-se na região da Cachoeira Grande e ergueram a igreja, tendo como padroeiro o Divino Espírito Santo. O Município fundado em 1912, que antes pertenceu às comarcas de Sabará, Vila São José do Rio das Mortes, Pitangui e Itapecerica, foi batizado como Divinópolis, que significa “Cidade do Divino”, em homenagem a seu antigo nome, Divino Espírito Santo.

O Município situa-se numa região de terras altas e terrenos montanhosos. No alto rochoso dos 1.106 metros na Serra dos Caetanos pode ser vista parte da cidade e do distrito de Santo Antônio dos Campos. Na região urbana, o ponto mais elevado está no Jardim das Acácias, a 830 metros, e o ponto mais baixo na foz do córrego do Morro Grande no rio Itapecerica, a 670 metros. Seu clima é caracterizado por invernos secos e verões chuvosos e a vegetação predominante é o cerrado. Entre seus conterrâneos estão a poetisa e filósofa Adélia Prado, o violeiro e compositor Rodrigo Lemos e o compositor e pianista Túlio Mourão.

Mapa 2: Mapa da localização do Município



⁵ Bibliografia, dados e imagens cedidas pela Prefeitura Municipal de Divinópolis e extraído de fontes oficiais de consulta, cuja bibliografia completa está disponível nas referências bibliográficas.

Divinópolis alcança a nota de 0,764 para o IDHM⁶, ocupando a 21ª posição no ranking entre os 853 municípios do Estado de Minas Gerais e a 304ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. O IDH é uma unidade de medida criada a partir de uma referência numérica que varia de 0 (zero) a 1 (um), com faixas de desenvolvimento pré-estabelecidas, sendo que quanto mais próxima do 1 (um) maior o índice de desenvolvimento humano. A nota de Divinópolis é considerada “Alta” conforme representado na Figura abaixo.

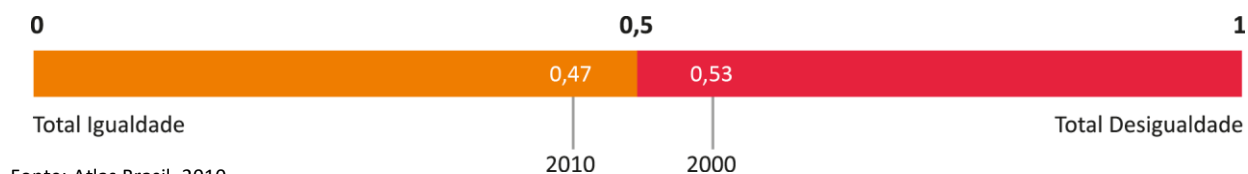
Figura 1: Representação em faixas de desenvolvimento do IDHM do Município



Fonte: Atlas Brasil, 2010

Outro índice comumente utilizado, principalmente na investigação sobre a distribuição de renda entre a população, é o índice de Gini⁷, que consiste em um número entre 0 (zero) a 1 (um), em que quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade. Divinópolis apresentava em 2000 índice de 0,53 e em 2010 passou para 0,47.

Figura 2: Representação em escala de 0 a 1 do índice de Gini do Município



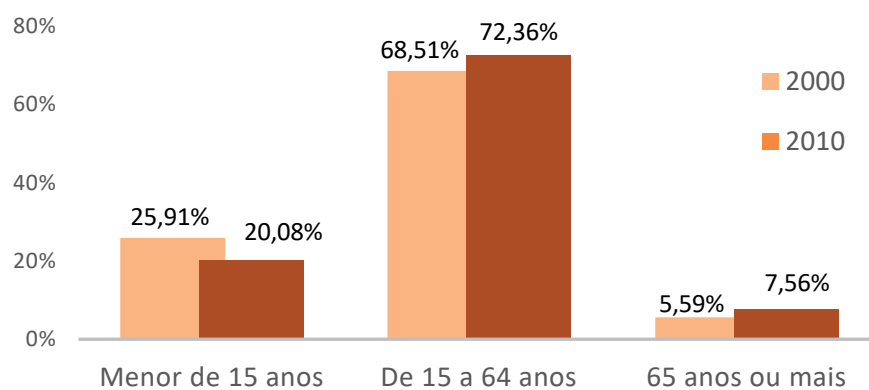
Fonte: Atlas Brasil, 2010

⁶ Calculado pela Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD Brasil, considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda – mas sua metodologia foi adaptada ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais.

⁷ Índice usado para medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

Segundo dados dos censos IBGE divulgados no Atlas Brasil, a razão de dependência da população economicamente dependente (com menos de 15 anos ou mais de 65 anos de idade) em relação à população potencialmente ativa (16 a 64 anos) reduziu de 45,98%, no ano de 2000, para 38,2% no ano de 2010. E a taxa de envelhecimento (razão entre a população de 65 anos ou mais em relação à população total) aumentou de 6,2% para 8,12%, no mesmo período.

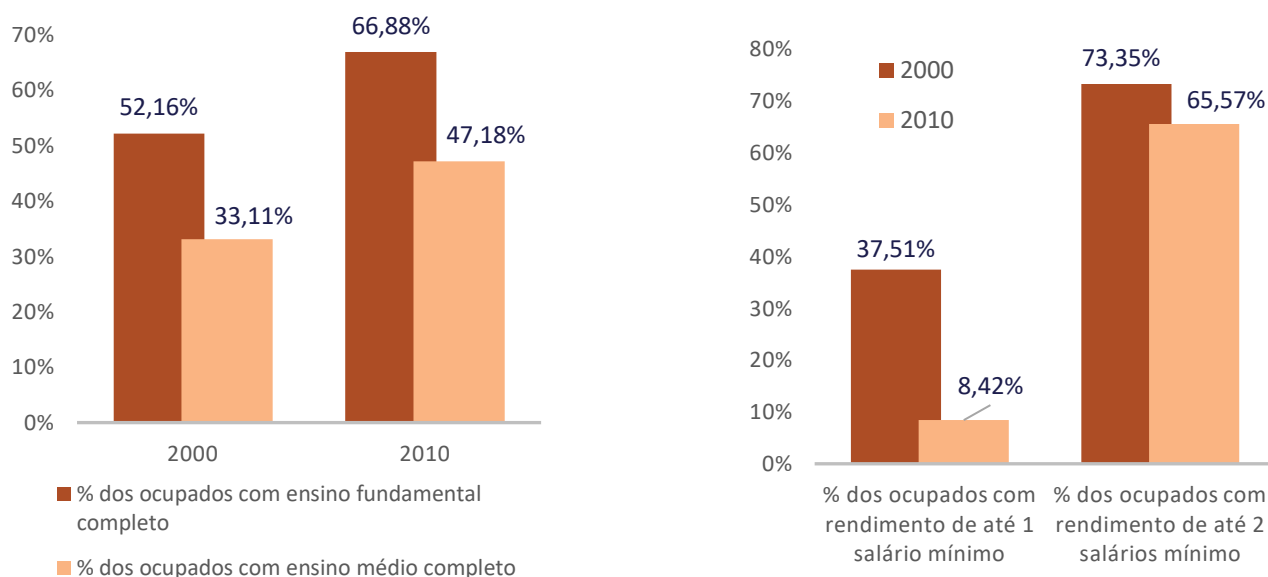
Gráfico 1 - Distribuição etária de 2000 a 2010



Fonte: Atlas Brasil, 2010

Em relação ao trabalho, a taxa de atividade cresceu entre os anos de 2000 para 2010, passando de 68,05% para 71,67% acrescido de grande queda na taxa de desocupação, de 11,15% no ano 2000 para 3,94% em 2010. Observou-se uma melhora significativa no indicador de renda per capita mensal entre os anos de 2000 a 2010 passando de R\$646,77 para R\$868,57, um aumento de 34,3%. A renda média da população ocupada evoluiu no período, com redução de 37,15% para 8,42% nos ocupados com até 1 SM e de 73,35% para 65,57% nos ocupados com renda de até dois salários. A taxa de ocupação formal, é um dos indicadores para medir o bem-estar econômico de uma região ou País, quanto maior a taxa de ocupação formal, maior será a sua contribuição para o desenvolvimento local.

Gráfico 2 - Perfil de ocupados por condição, nos anos de 2000 e 2010



5. PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO POR REGIÃO

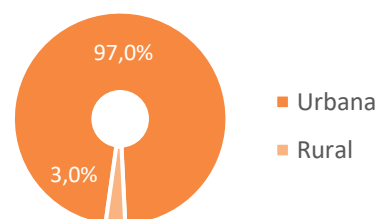
Os indicadores do perfil têm por objetivo mostrar as principais características demográficas da população residente, com destaque para as crianças e os adolescentes. Os dados do IBGE, por ser a fonte oficial de informações demográficas, podem ser comparados ao longo do tempo.

A maioria da população vive na região urbana (97,0%) e apenas 3,0% na região rural, caracterizando o território de Divinópolis com predominância de áreas urbanizadas.

Tabela 1: Distribuição da população urbana e rural

Área	Total	(%)
Urbana	64.821	97,0%
Rural	1.787	3,0%
Município	66.608	100,0%

Fonte: IBGE, 2010

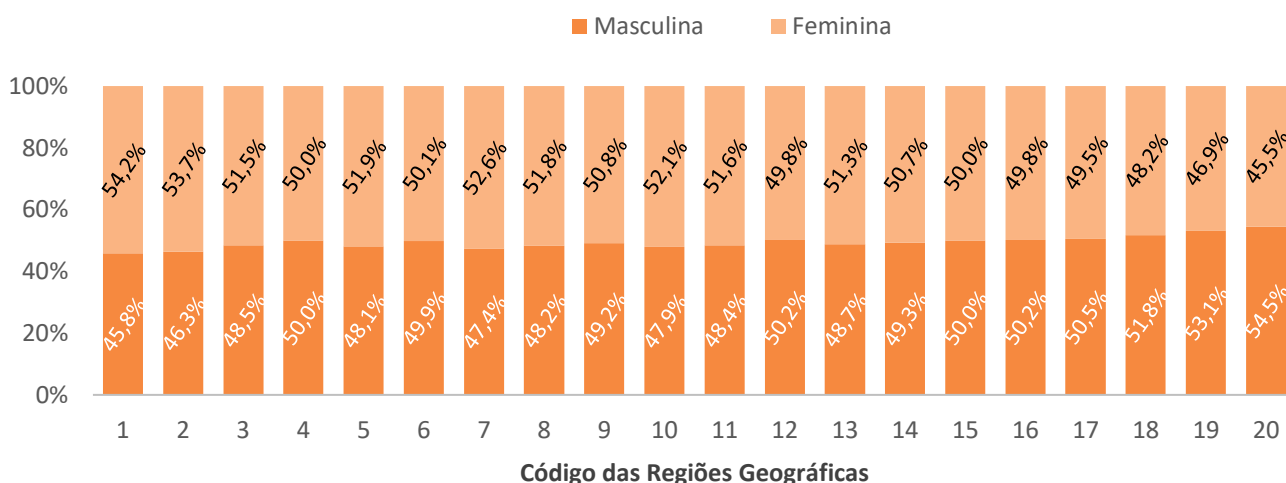


Os números em geral, apontam uma igualdade nas regiões, em relação ao sexo na população. A maior diferença está na Região 1 com 54,2% do sexo feminino e 45,8%, masculino.

Tabela 2: População total residente, segundo o sexo

Região Geográfica	População Total	Feminina		Masculina	
		Total	(%)	Total	(%)
Região 1	27.038	14.648	54,2%	12.390	45,8%
Região 2	8.556	4.591	53,7%	3.965	46,3%
Região 3	17.428	8.977	51,5%	8.451	48,5%
Região 4	11.591	5.790	50,0%	5.801	50,0%
Região 5	15.545	8.067	51,9%	7.478	48,1%
Região 6	7.435	3.725	50,1%	3.710	49,9%
Região 7	6.281	3.302	52,6%	2.979	47,4%
Região 8	7.632	3.950	51,8%	3.682	48,2%
Região 9	11.490	5.833	50,8%	5.657	49,2%
Região 10	12.812	6.681	52,1%	6.131	47,9%
Região 11	14.745	7.605	51,6%	7.140	48,4%
Região 12	12.356	6.153	49,8%	6.203	50,2%
Região 13	11.063	5.671	51,3%	5.392	48,7%
Região 14	9.064	4.591	50,7%	4.473	49,3%
Região 15	9.715	4.862	50,0%	4.853	50,0%
Região 16	11.311	5.630	49,8%	5.681	50,2%
Região 17	5.364	2.656	49,5%	2.708	50,5%
Região 18	8.027	3.873	48,2%	4.154	51,8%
Região 19	3.618	1.698	46,9%	1.920	53,1%
Região 20	1.945	885	45,5%	1.060	54,5%
Município	213.016	109.188	51,3%	103.828	48,7%

Fonte: IBGE, 2010



Segundo dados do Censo de 2010 (IBGE), entre as vinte regiões definidas para este diagnóstico, a mais populosa é a Região 1 com 12,7% do total de residentes. A estimativa de crescimento do IBGE para o período de 2010 a 2020 é de 12,9%, passando de 213.016 em 2010, para 240.408 habitantes em 2020.

Tabela 3: Percentual da população residente por região

Região Geográfica	População residente		
	2010	(%)	
Região 1	27.038	12,7%	
Região 2	8.556	4,0%	
Região 3	17.428	8,2%	
Região 4	11.591	5,4%	
Região 5	15.545	7,3%	
Região 6	7.435	3,5%	
Região 7	6.281	2,9%	
Região 8	7.632	3,6%	
Região 9	11.490	5,4%	
Região 10	12.812	6,0%	
Região 11	14.745	6,9%	
Região 12	12.356	5,8%	
Região 13	11.063	5,2%	
Região 14	9.064	4,3%	
Região 15	9.715	4,6%	
Região 16	11.311	5,3%	
Região 17	5.364	2,5%	
Região 18	8.027	3,8%	
Região 19	3.618	1,7%	
Região 20	1.945	0,9%	
Município	213.016	100%	

Fonte: IBGE, 2010

Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	6 Noroeste I	11 Sudoeste I	16 Sudeste Distante III
2 Sudeste	7 Nordeste I	12 Sudoeste II	17 Sudeste Distante IV
3 Sudoeste IV	8 Nordeste II	13 Sudoeste distante	18 Sudeste Distante V
4 Sudoeste III	9 Sudeste Distante II	14 Noroeste II	19 Rural 1
5 Oeste	10 Sudeste Distante I	15 Nordeste Distante	20 Rural 2

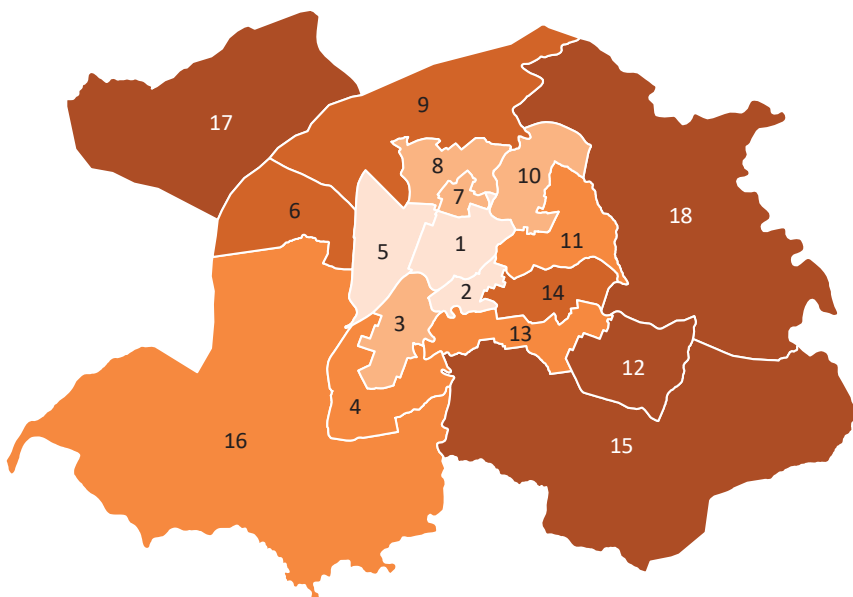
Indicador 1: Densidade domiciliar

As Regiões 18 e 1 se destacam com a maior e menor densidade domiciliar entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 9,4% e (-) 9,4%.

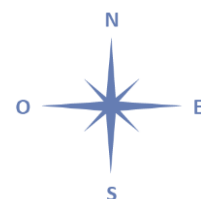
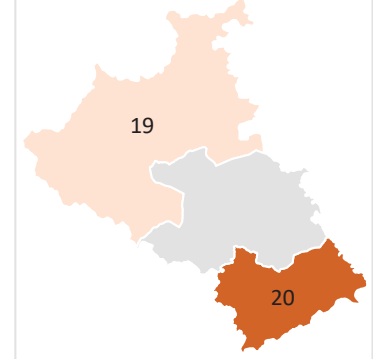
Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	População residente	Indicador (média de moradores)	Definição <i>População residente em domicílios particulares ocupados, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados</i>
Região 1	9.429	27.038	2,9	
Região 19	1.218	3.618	3,0	
Região 2	2.816	8.556	3,0	
Região 5	5.044	15.545	3,1	Menor Valor Região 1 2,9 Média Divinópolis 3,2 Maior Valor Região 18 3,5
Região 7	2.009	6.281	3,1	
Região 3	5.476	17.428	3,2	
Região 8	2.397	7.632	3,2	
Região 10	4.002	12.812	3,2	1,2 vezes É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões
Região 16	3.463	11.311	3,3	
Região 11	4.513	14.745	3,3	
Região 4	3.536	11.591	3,3	
Região 13	3.372	11.063	3,3	Legenda Muito Baixo Baixo Médio Alto Muito Alto
Região 20	592	1.945	3,3	
Região 6	2.237	7.435	3,3	
Região 9	3.437	11.490	3,3	
Região 14	2.698	9.064	3,4	
Região 17	1.596	5.364	3,4	
Região 12	3.652	12.356	3,4	
Região 15	2.825	9.715	3,4	
Região 18	2.296	8.027	3,5	
Município	66.608	213.016	3,2	

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 2: População residente com idade de 0 a 17 anos

As Regiões 12 e 1 se destacam com a maior e menor população residente com idade de 0 a 17 anos entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 27,9% e (-) 28,1%.

Região geográfica	Total da População residente	População residente de 0 a 17 anos	Indicador (%)
Região 1	27.038	4.846	17,9%
Região 2	8.556	1.595	18,6%
Região 7	6.281	1.312	20,9%
Região 3	17.428	3.850	22,1%
Região 19	3.618	817	22,6%
Região 5	15.545	3.548	22,8%
Região 8	7.632	1.761	23,1%
Região 10	12.812	2.969	23,2%
Região 14	9.064	2.344	25,9%
Região 13	11.063	2.887	26,1%
Região 11	14.745	3.864	26,2%
Região 4	11.591	3.077	26,5%
Região 6	7.435	1.993	26,8%
Região 17	5.364	1.477	27,5%
Região 20	1.945	540	27,8%
Região 9	11.490	3.352	29,2%
Região 15	9.715	2.909	29,9%
Região 16	11.311	3.469	30,7%
Região 18	8.027	2.544	31,7%
Região 12	12.356	3.918	31,7%
Município	213.016	53.072	24,9%

Definição

População residente de 0 a 17 anos de idade, dividido pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Região 1	17,9%
Média	Divinópolis	24,9%
Maior Valor	Região 12	31,7%

1,8 vezes

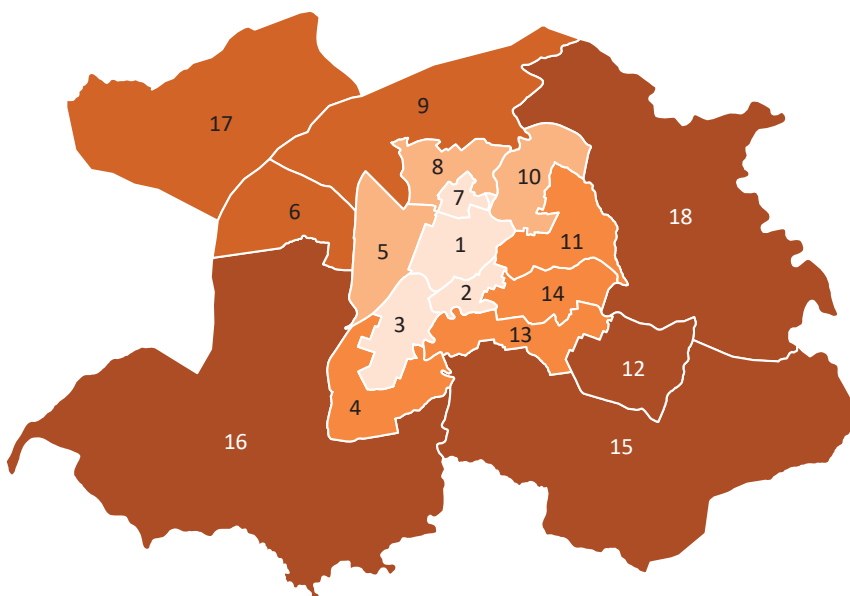
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

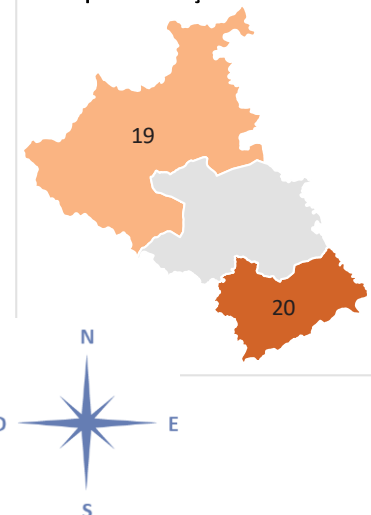
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural

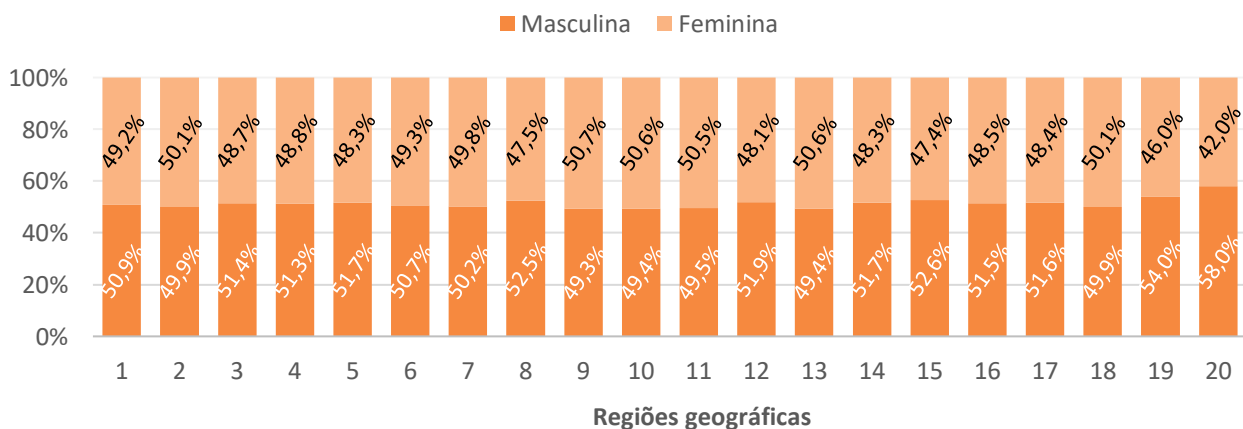


Na faixa etária de 0 a 17 anos, a população total masculina com 50,97% apresenta uma proporção maior, de 1,94%, sobre a população total feminina de 49,03%. A feminina se destaca com maior proporção na Região 9, com 50,66%. A região que se destaca com maior proporção da população masculina sobre a feminina é a Região 20, com 57,96%.

Tabela 4: População residente com idade de 0 a 17 anos, segundo o sexo e região

Região geográfica	População de 0 a 17 anos	Feminina		Masculina	
		Quant.	(%)	Quant.	(%)
Região 1	4.846	2.382	49,2%	2.464	50,9%
Região 2	1.595	799	50,1%	796	49,9%
Região 3	3.850	1.873	48,7%	1.977	51,4%
Região 4	3.077	1500	48,8%	1577	51,3%
Região 5	3.548	1.713	48,3%	1.835	51,7%
Região 6	1.993	983	49,3%	1.010	50,7%
Região 7	1.312	653	49,8%	659	50,2%
Região 8	1.761	837	47,5%	924	52,5%
Região 9	3.352	1.698	50,7%	1.654	49,3%
Região 10	2.969	1501	50,6%	1468	49,4%
Região 11	3.864	1951	50,5%	1.913	49,5%
Região 12	3.918	1.885	48,1%	2.033	51,9%
Região 13	2.887	1460	50,6%	1427	49,4%
Região 14	2.344	1.133	48,3%	1.211	51,7%
Região 15	2.909	1.379	47,4%	1.530	52,6%
Região 16	3.469	1.682	48,5%	1.787	51,5%
Região 17	1.477	715	48,4%	762	51,6%
Região 18	2.544	1274	50,1%	1270	49,9%
Região 19	817	376	46,0%	441	54,0%
Região 20	540	227	42,0%	313	58,0%
Município	53.072	26.021	49,0%	27.051	51,0%

Fonte: IBGE, 2010



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro	6	Noroeste I	11	Sudoeste I	16	Sudeste Distante III
2	Sudeste	7	Nordeste I	12	Sudoeste II	17	Sudeste Distante IV
3	Sudoeste IV	8	Nordeste II	13	Sudoeste distante	18	Sudeste Distante V
4	Sudoeste III	9	Sudeste Distante II	14	Noroeste II	19	Rural 1
5	Oeste	10	Sudeste Distante I	15	Nordeste Distante	20	Rural 2

Indicador 3: População residente de 0 a 5 anos

As Regiões 18 e 1 se destacam com a maior e menor população residente de 0 a 5 anos entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 38,0% e (-) 33,8%.

Região geográfica	Total da População residente	População de 0 a 5 anos	Indicador (%)
Região 1	27.038	1.261	4,7%
Região 2	8.556	414	4,8%
Região 7	6.281	364	5,8%
Região 19	3.618	214	5,9%
Região 3	17.428	1.058	6,1%
Região 8	7.632	474	6,2%
Região 5	15.545	980	6,3%
Região 10	12.812	901	7,0%
Região 13	11.063	808	7,3%
Região 14	9.064	675	7,4%
Região 11	14.745	1.103	7,5%
Região 20	1.945	148	7,6%
Região 17	5.364	422	7,9%
Região 4	11.591	920	7,9%
Região 6	7.435	611	8,2%
Região 9	11.490	947	8,2%
Região 15	9.715	858	8,8%
Região 12	12.356	1.108	9,0%
Região 16	11.311	1.036	9,2%
Região 18	8.027	789	9,8%
Município	213.016	15.091	7,1%

Definição

População residente de 0 a 5 anos, dividido pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Região 1	4,7%
Média	Divinópolis	7,1%
Maior Valor	Região 18	9,8%

2,1 vezes

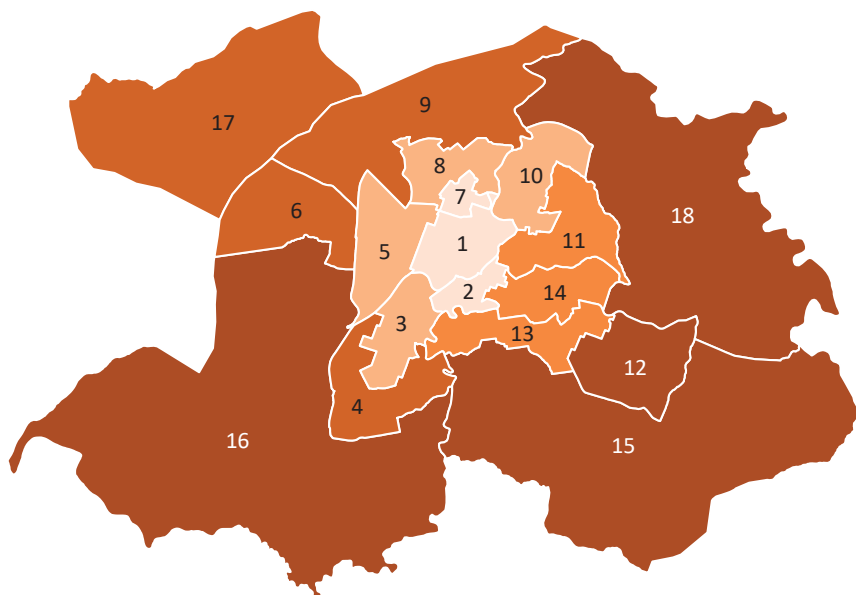
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

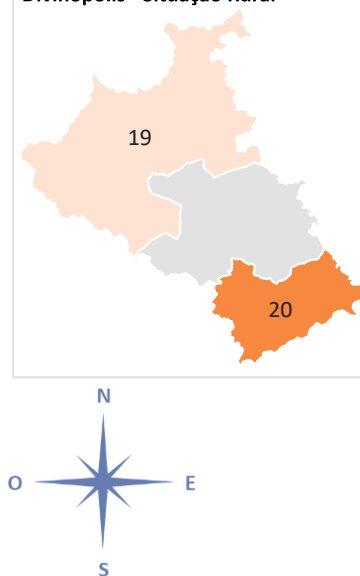
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 4: População residente de 6 a 11 anos

As Regiões 12 e 1 se destacam com a maior e menor população residente de 6 a 11 anos entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 34,9% e (-) 32,5%.

Região geográfica	População Total	População de 6 a 11 anos	Indicador (%)
Região 1	27.038	1.504	5,6%
Região 2	8.556	523	6,1%
Região 7	6.281	387	6,2%
Região 5	15.545	1.077	6,9%
Região 3	17.428	1.245	7,1%
Região 19	3.618	274	7,6%
Região 8	7.632	586	7,7%
Região 10	12.812	1.006	7,9%
Região 14	9.064	777	8,6%
Região 4	11.591	994	8,6%
Região 11	14.745	1.303	8,8%
Região 13	11.063	982	8,9%
Região 6	7.435	660	8,9%
Região 9	11.490	1.084	9,4%
Região 20	1.945	184	9,5%
Região 17	5.364	537	10,0%
Região 15	9.715	1.012	10,4%
Região 16	11.311	1.207	10,7%
Região 18	8.027	863	10,8%
Região 12	12.356	1.390	11,2%
Município	213.016	17.595	8,3%

Definição

População residente de 6 a 11 anos, dividido pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Região 1	5,6%
Média	Divinópolis	8,3%
Maior Valor	Região 12	11,2%

2 vezes

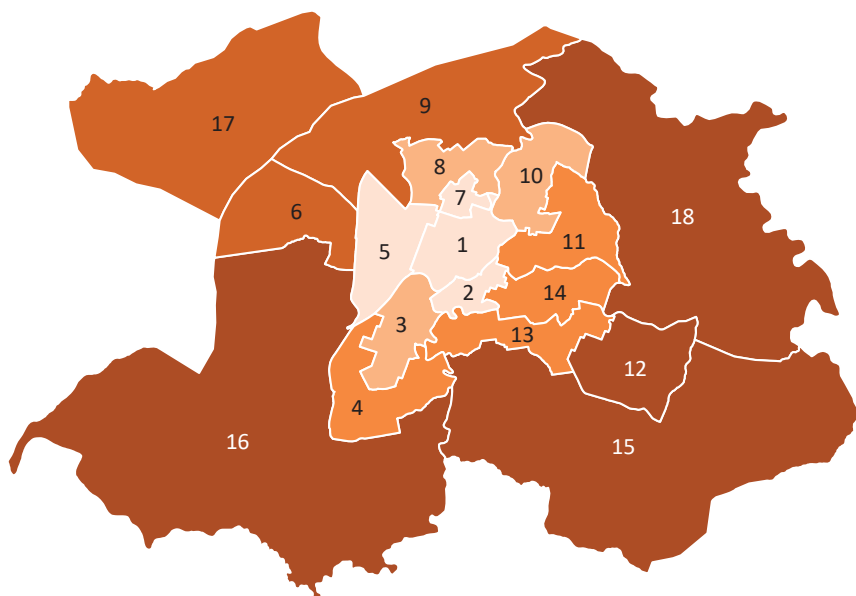
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

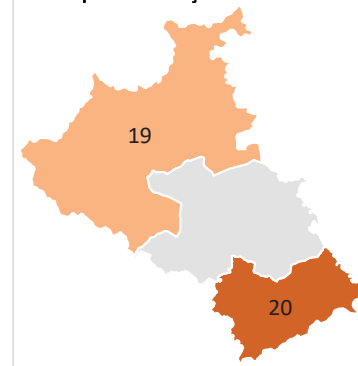
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 5: População residente de 12 a 17 anos

As Regiões 9 e 2 se destacam com a maior e menor população residente de 12 a 17 anos entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 19,8% e (-) 19,8%.

Definição

População residente de 12 a 17 anos, dividido pelo total da população residente, vezes 100

Região geográfica	Total da População residente	População de 12 a 17 anos	Indicador (%)
Região 2	8.556	658	7,7%
Região 1	27.038	2.081	7,7%
Região 10	12.812	1.062	8,3%
Região 3	17.428	1.547	8,9%
Região 7	6.281	561	8,9%
Região 19	3.618	329	9,1%
Região 8	7.632	701	9,2%
Região 5	15.545	1.491	9,6%
Região 17	5.364	518	9,7%
Região 6	7.435	722	9,7%
Região 14	9.064	892	9,8%
Região 11	14.745	1.458	9,9%
Região 13	11.063	1.097	9,9%
Região 4	11.591	1.163	10,0%
Região 20	1.945	208	10,7%
Região 15	9.715	1.039	10,7%
Região 16	11.311	1.226	10,8%
Região 18	8.027	892	11,1%
Região 12	12.356	1.420	11,5%
Região 9	11.490	1.321	11,5%
Município	213.016	20.386	9,6%

Menor Valor	Região 2	7,7%
Média	Divinópolis	9,6%
Maior Valor	Região 9	11,5%

1,5 vezes

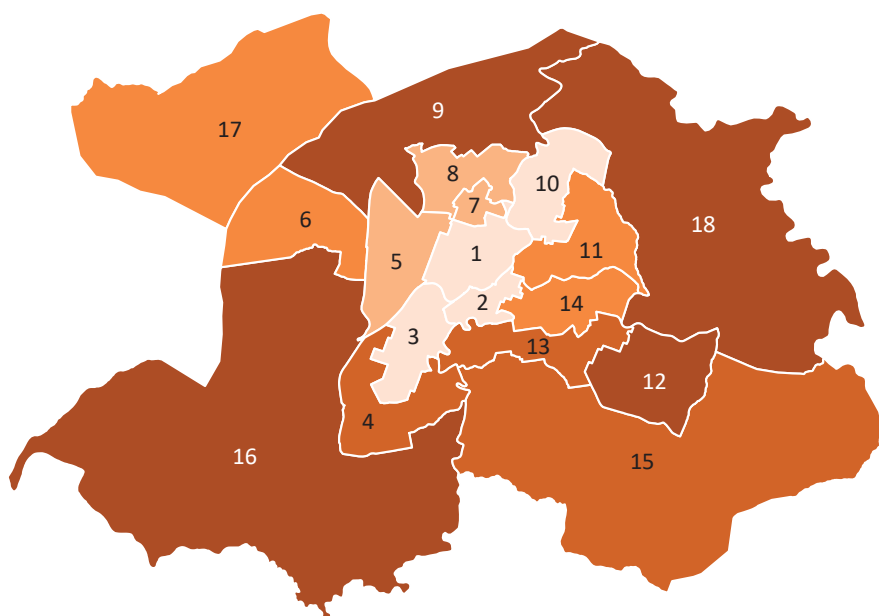
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

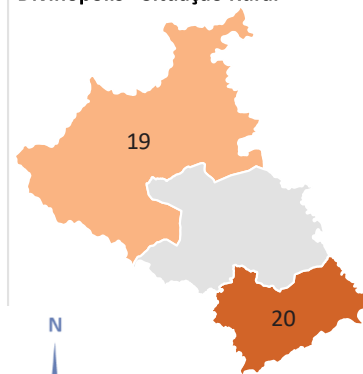
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 6: Razão de dependência total (RDT)

As Regiões 19 e 4 se destacam com a maior e menor razão de dependência total (RDT) entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 25,3% e (-) 10,0%.

Região geográfica	População de 15 a 59 anos	População de 0 a 14 e de 60 ou mais anos	Indicador (%)
Região 4	8.210	3.381	41,2%
Região 5	10.906	4.639	42,5%
Região 9	8.047	3.443	42,8%
Região 3	12.113	5.315	43,9%
Região 10	8.904	3.908	43,9%
Região 7	4.365	1.916	43,9%
Região 6	5.158	2.277	44,1%
Região 8	5.285	2.347	44,4%
Região 13	7.631	3.432	45,0%
Região 14	6.217	2.847	45,8%
Região 15	6.662	3.053	45,8%
Região 1	18.530	8.508	45,9%
Região 12	8.434	3.922	46,5%
Região 16	7.668	3.643	47,5%
Região 2	5.763	2.793	48,5%
Região 17	3.604	1.760	48,8%
Região 18	5.335	2.692	50,5%
Região 11	9.718	5.027	51,7%
Região 20	1.272	673	52,9%
Região 19	2.299	1.319	57,4%
Município	146.121	66.895	45,8%

Definição

População de 0 a 14 anos e de 60 anos e mais, de idade, dividido pelo total da população de 15 a 59 anos de idade, vezes 100

Menor Valor	Região 4	41,2%
Média	Divinópolis	45,8%
Maior Valor	Região 19	57,4%

1,4 vezes

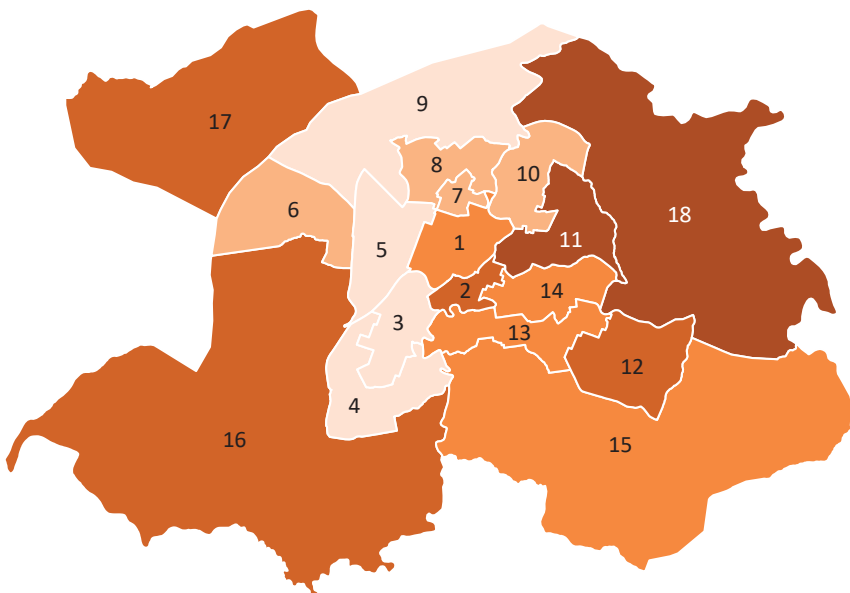
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

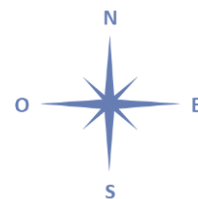
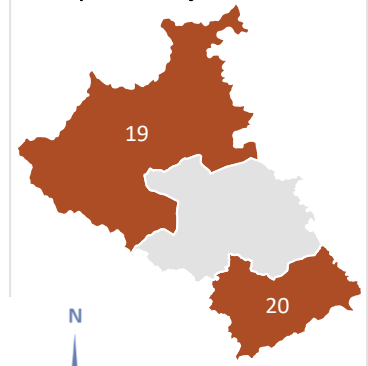
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 7: População residente com idade de 5 anos ou mais, não alfabetizada

As Regiões 20 e 1 se destacam entre as regiões, com o maior e menor população residente com idade de 5 anos ou mais, não alfabetizada. Apresentam variação em torno da média geral de (+) 209,3% e (-) 65,1%.

Região geográfica	População de 5 ou mais anos	População não alfabetizada de 5 ou mais anos	Indicador (%)
Região 1	25.984	388	1,5%
Região 2	8.222	136	1,7%
Região 8	7.237	224	3,1%
Região 12	11.433	382	3,3%
Região 5	14.746	499	3,4%
Região 10	12.075	442	3,7%
Região 3	16.547	618	3,7%
Região 4	10.829	438	4,0%
Região 9	10.696	458	4,3%
Região 15	9.021	401	4,4%
Região 7	5.989	293	4,9%
Região 13	10.415	519	5,0%
Região 6	6.915	347	5,0%
Região 14	8.511	438	5,1%
Região 16	10.441	541	5,2%
Região 17	5.014	296	5,9%
Região 18	7.376	554	7,5%
Região 11	13.829	1.103	8,0%
Região 19	3.445	387	11,2%
Região 20	1.821	243	13,3%
Município	200.546	8.707	4,3%

Definição

População residente de 5 ou mais anos de idade, não alfabetizada, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 100

Menor Valor	Região 1	1,5%
Média	Divinópolis	4,3%
Maior Valor	Região 20	13,3%

8,9 vezes

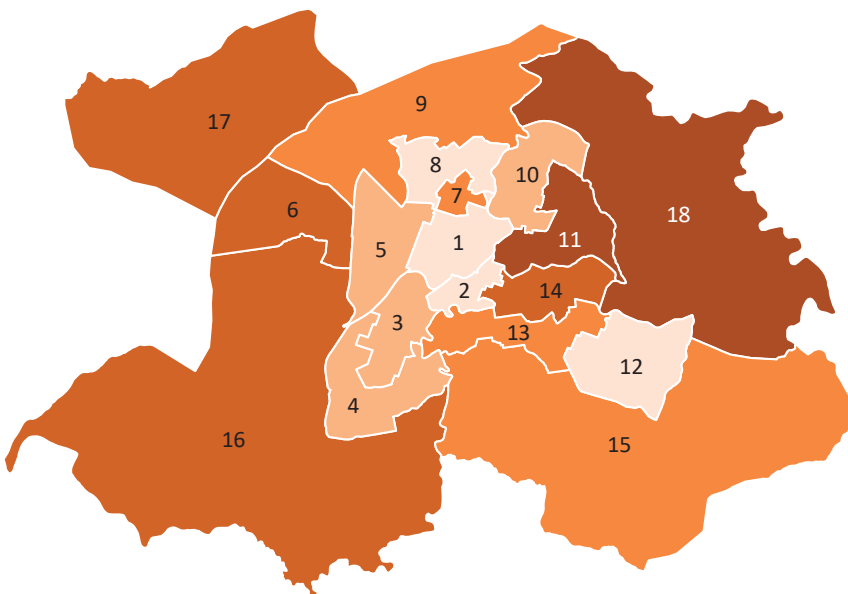
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

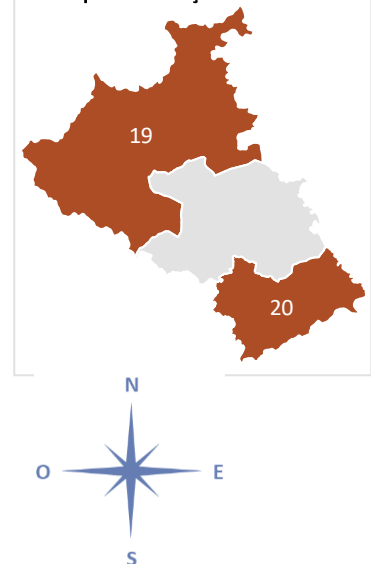
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 8: Rendimento nominal *per capita* em reais

As Regiões 1 e 20 se destacam com o maior e menor rendimento nominal *per capita* entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 113,4% e (-) 45,5%. Para este indicador quanto maior o valor, melhor a condição socioeconômica da região.

Região geográfica	Total da População residente	Rendimento nominal total (R\$)	Indicador (renda nominal <i>per capita</i>) R\$
Região 1	27.038	R\$ 42.425.931	R\$ 1.569,10
Região 8	7.632	R\$ 7.156.584	R\$ 937,70
Região 2	8.556	R\$ 7.559.840	R\$ 883,60
Região 5	15.545	R\$ 12.312.008	R\$ 792,00
Região 7	6.281	R\$ 4.591.220	R\$ 731,00
Região 3	17.428	R\$ 12.739.640	R\$ 731,00
Região 10	12.812	R\$ 8.816.306	R\$ 688,10
Região 4	11.591	R\$ 7.474.762	R\$ 644,90
Região 9	11.490	R\$ 6.668.714	R\$ 580,40
Região 17	5.364	R\$ 3.107.569	R\$ 579,30
Região 13	11.063	R\$ 6.103.336	R\$ 551,70
Região 11	14.745	R\$ 7.940.755	R\$ 538,50
Região 6	7.435	R\$ 3.979.212	R\$ 535,20
Região 14	9.064	R\$ 4.793.660	R\$ 528,90
Região 15	9.715	R\$ 4.494.976	R\$ 462,70
Região 19	3.618	R\$ 1.673.168	R\$ 462,50
Região 12	12.356	R\$ 5.690.784	R\$ 460,60
Região 16	11.311	R\$ 4.877.147	R\$ 431,20
Região 18	8.027	R\$ 3.456.987	R\$ 430,70
Região 20	1.945	R\$ 779.627	R\$ 400,80
Município	213.016	R\$ 156.642.226	R\$ 735,40

Definição

Rendimento nominal total em reais, dividida pelo total da população residente, vezes 100

Menor Valor	Região 20	R\$ 400,80
Média	Divinópolis	R\$ 735,40
Maior Valor	Região 1	R\$ 1.569,10

3,9 vezes

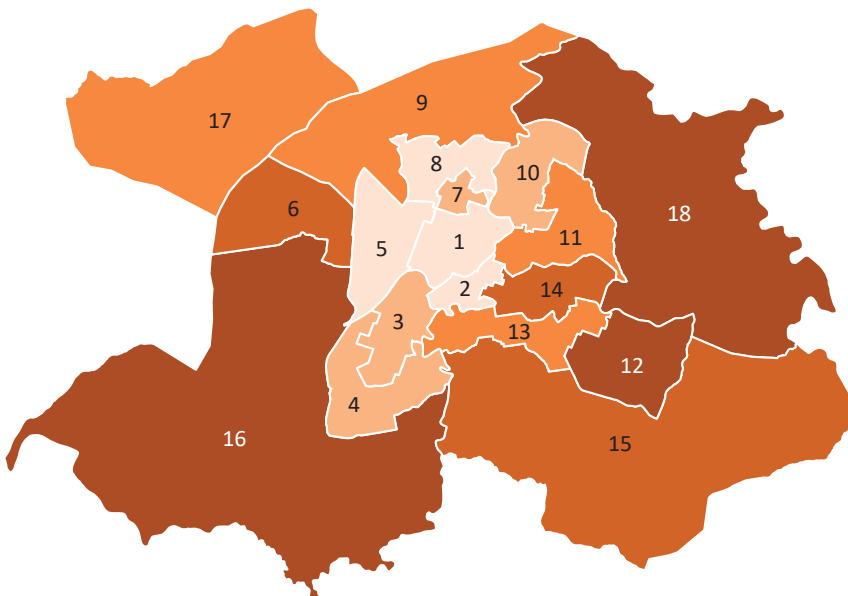
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

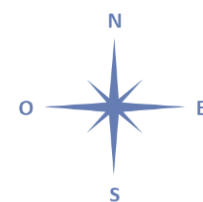
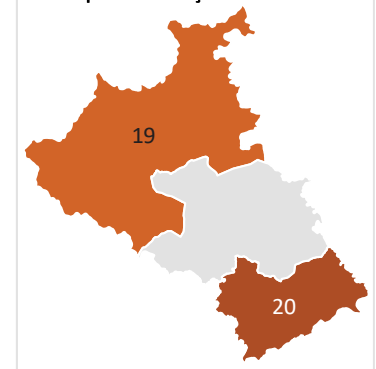
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 9: Renda *per capita* domiciliar de até 1/2 SM

As Regiões 18 e 1 se destacam com a maior e menor renda *per capita* domiciliar de até ½ SM entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 89,9% e (-) 73,4%.

Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	Domicílios com renda <i>per capita</i> de até 1/2 SM	Indicador (%)
Região 1	9.429	346	3,7%
Região 2	2.816	185	6,6%
Região 8	2.397	172	7,2%
Região 5	5.044	493	9,8%
Região 3	5.476	557	10,2%
Região 10	4.002	430	10,7%
Região 7	2.009	294	14,6%
Região 4	3.536	545	15,4%
Região 13	3.372	525	15,6%
Região 6	2.237	364	16,3%
Região 17	1.596	263	16,5%
Região 11	4.513	755	16,7%
Região 9	3.437	584	17,0%
Região 12	3.652	716	19,6%
Região 14	2.698	534	19,8%
Região 15	2.825	588	20,8%
Região 19	1.218	293	24,1%
Região 16	3.463	844	24,4%
Região 20	592	148	25,0%
Região 18	2.296	605	26,4%
Município	66.608	9.241	13,9%

Definição

Domicílios particulares ocupados com renda *per capita* de até ½ salário mínimo, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 1	3,7%
Média	Divinópolis	13,9%
Maior Valor	Região 18	26,4%

7,1 vezes

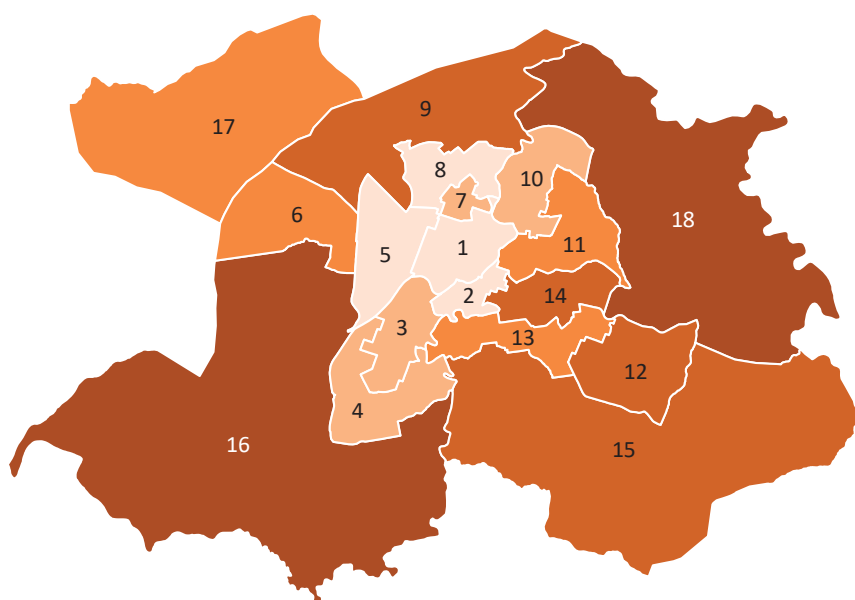
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

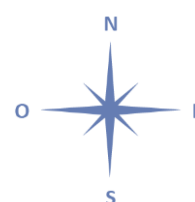
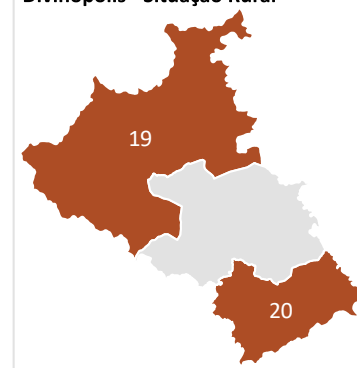
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



5.1 MAPA SOCIAL DO PERFIL DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÔMICO

O mapa social retrata a situação das 20 (vinte) regiões geográficas dos 9 (nove) indicadores, em relação ao parâmetro ou média geral do Município. Para efeito de contagem, considerou-se os indicadores que sinalizam fragilidade na região: abaixo da média (renda nominal *per capita*) e acima da média (todos os demais). A finalidade do mapa social é identificar as regiões que mais necessitam de atenção do gestor público.

Q u i n t i l	Indicadores do Perfil Demográfico e Socioeconômico – 9 indicadores										CLASSIFICAÇÃO CONFORME PARÂMETRO	
	MÉDIA (Parâmetro)	3,2	24,9%	7,1%	8,3%	9,6%	45,8%	4,3%	R\$ 735,40	13,9%	TOTAL	
		>	>	>	>	>	>	>	<	>		
	Regiões geográficas	Densidade Domiciliar	População residente com idade de 0 a 17 anos	População residente de 0 a 5 anos	População residente de 6 a 11 anos	População residente de 12 a 17 anos	Razão de dependência total (RDT)	População residente com idade de 5 anos ou mais, não alfabetizada	Rendimento nominal per capita (R\$)	Renda per capita domiciliar de até 1/2 SM	Contagem de Indicadores por região	Percentual sobre o total de Indicadores
	5	3,1	22,8%	6,3%	6,9%	9,6%	42,5%	3,4%	792,00	9,8%	-	-
	8	3,2	23,1%	6,2%	7,7%	9,2%	44,4%	3,1%	937,70	7,2%	-	-
	3	3,2	22,1%	6,1%	7,1%	8,9%	43,9%	3,7%	731,00	10,2%	1	11,1%
	10	3,2	23,2%	7,0%	7,9%	8,3%	43,9%	3,7%	688,10	10,7%	1	11,1%
	1	2,9	17,9%	4,7%	5,6%	7,7%	45,9%	1,5%	1569,10	3,7%	1	11,1%
	2	3,0	18,6%	4,8%	6,1%	7,7%	48,5%	1,7%	883,60	6,6%	1	11,1%
	7	3,1	20,9%	5,8%	6,2%	8,9%	43,9%	4,9%	731,00	14,6%	3	33,3%
	19	3,0	22,6%	5,9%	7,6%	9,1%	57,4%	11,2%	462,50	24,1%	4	44,4%
	4	3,3	26,5%	7,9%	8,6%	10,0%	41,2%	4,0%	644,90	15,4%	7	77,8%
	9	3,3	29,2%	8,2%	9,4%	11,5%	42,8%	4,3%	580,40	17,0%	7	77,8%
	6	3,3	26,8%	8,2%	8,9%	9,7%	44,1%	5,0%	535,20	16,3%	8	88,9%
	12	3,4	31,7%	9,0%	11,2%	11,5%	46,5%	3,3%	460,60	19,6%	8	88,9%
	13	3,3	26,1%	7,3%	8,9%	9,9%	45,0%	5,0%	551,70	15,6%	8	88,9%
	14	3,4	25,9%	7,4%	8,6%	9,8%	45,8%	5,1%	528,90	19,8%	8	88,9%
	15	3,4	29,9%	8,8%	10,4%	10,7%	45,8%	4,4%	462,70	20,8%	8	88,9%
	11	3,3	26,2%	7,5%	8,8%	9,9%	51,7%	8,0%	538,50	16,7%	9	100,0%
	16	3,3	30,7%	9,2%	10,7%	10,8%	47,5%	5,2%	431,20	24,4%	9	100,0%
	17	3,4	27,5%	7,9%	10,0%	9,7%	48,8%	5,9%	579,30	16,5%	9	100,0%
	18	3,5	31,7%	9,8%	10,8%	11,1%	50,5%	7,5%	430,70	26,4%	9	100,0%
	20	3,3	27,8%	7,6%	9,5%	10,7%	52,9%	13,3%	400,80	25,0%	9	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

• Representação gráfica do indicador por região geográfica

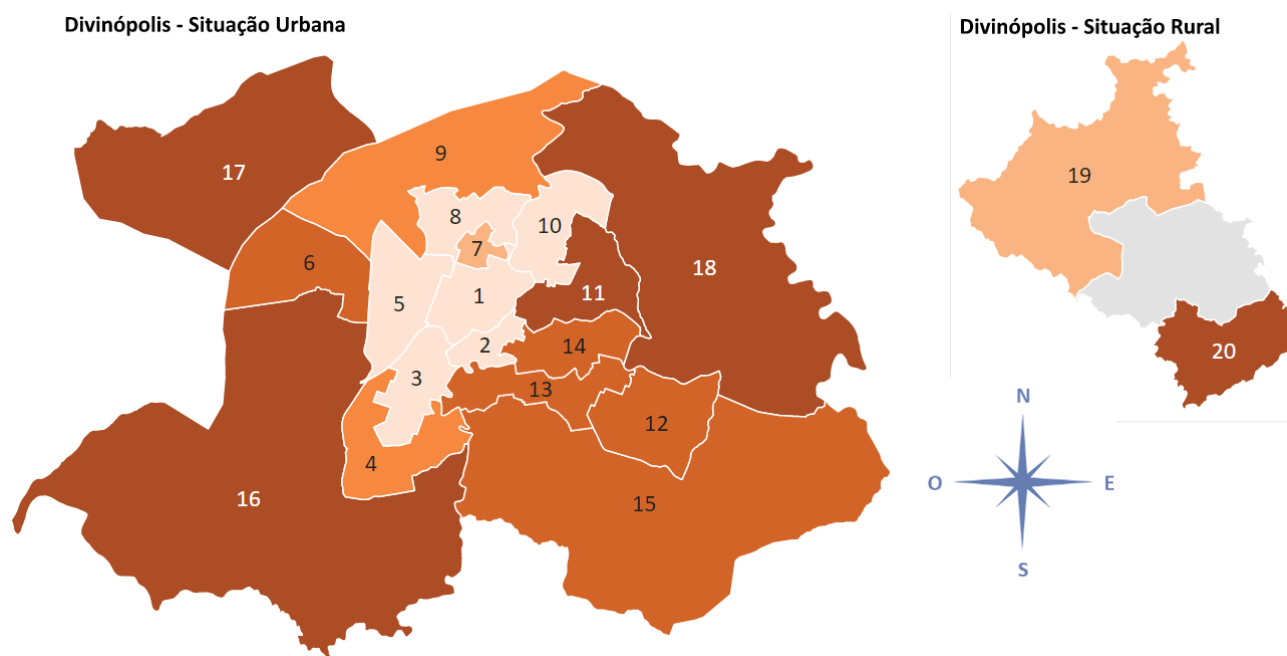
O mapa mostra as divisões das regiões, classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Dos 9 (nove) indicadores analisados no capítulo do Perfil Demográfico e Socioeconômico, a contagem alcançou os nove indicadores, todos, em alguma região, estão acima da média geral do Município (100,0%) do total.

As regiões 11, 16, 17, 18 e 20, aparecem com os nove indicadores acima da média geral do Município, o que sinaliza que essas regiões são prioritárias nas ações voltadas para melhorias na condição socioeconômica das famílias residentes nos territórios referidos na classificação de **Muito Alto**.



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro	6	Noroeste I	11	Sudoeste I	16	Sudeste Distante III
2	Sudeste	7	Nordeste I	12	Sudoeste II	17	Sudeste Distante IV
3	Sudoeste IV	8	Nordeste II	13	Sudoeste distante	18	Sudeste Distante V
4	Sudoeste III	9	Sudeste Distante II	14	Noroeste II	19	Rural 1
5	Oeste	10	Sudeste Distante I	15	Nordeste Distante	20	Rural 2

6. MAPEAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

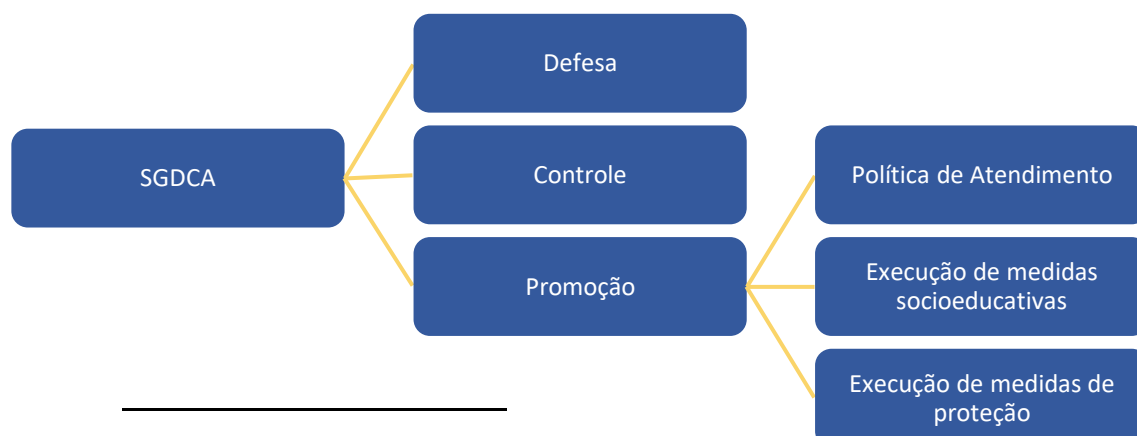
O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, concebido pelo ECA, constitui-se na articulação de forma integrada e sistemática das instâncias públicas governamentais – a nível federal, estadual-distrital e municipal - e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e na elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente.⁸

O mapeamento do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente (SGDCA) do município de Divinópolis, em um primeiro momento, foi realizado com base em fontes oficiais. No decorrer do projeto e da coleta de dados foram validas pela Comissão de Acompanhamento, as instituições, órgãos e entidades mapeadas que compõem o atual desenho da rede de atendimento.

Foram utilizadas como fonte de dados os cadastros e sites oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); da Prefeitura Municipal de Divinópolis e das Secretarias Municipais; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP do Governo Federal; do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e do Ministério Público de Minas Gerais. Considerou-se ainda as instituições ativas cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

A organização e a classificação da Rede de Atendimento tiveram como norte a Resolução 113/2016 do CONANDA, que trata dos parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do SGDCA, de modo a delinear sobre o papel dos atores na operacionalização das políticas públicas direcionadas à efetivação das garantias e direitos fundamentais preconizados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, como fundamento normativo legal, o mapeamento da rede de atendimento observou os preceitos contidos da referida Resolução quanto à sua classificação, uma vez que os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que o integram o SGDCA deverão exercer suas funções em rede a partir de três eixos estratégicos de ação - Defesa, Controle e Promoção.

- **Classificação da rede de atendimento**

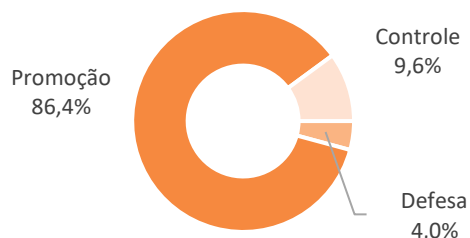


⁸ Artigos 70-A e 88 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Em Divinópolis foram mapeadas 125 instituições que compõem a rede de atendimento do (SGDCA), classificadas pelos eixos estratégicos de ação, conforme mostra a tabela que segue.

Tabela 5: Número de instituições por Eixo Estratégico de Ação do SGDCA

Eixos Estratégico de Ação	Instituições	(%)
Defesa	5	4,0%
Promoção	108	86,4%
Controle	12	9,6%
Total	125	100,0%



• Eixo Estratégico de Defesa

Este eixo representa 4,0% do total de instituições que compõem o Mapeamento da Rede, e é caracterizado pela garantia do acesso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos da infância e adolescência, compostos pelos órgãos públicos judiciais; Ministério Público, especialmente as promotorias de justiça, as procuradorias gerais de justiça; defensorias públicas; Advocacia Geral da União e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

Tabela 6: Instituições do Eixo Estratégico de Defesa – 4,0%

Descrição	Instituições
Conselho Tutelar	1
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais	1
Vara Única Judicial da Infância e Juventude	1
Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais	1
Defensoria Pública	1
Ministério Público do Estado de Minas Gerais	1
Promotoria de Justiça	1
Secretaria de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais	1
Delegacia de Polícia Civil	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	5

• Eixo Estratégico de Promoção

Este eixo representa 86,4% do total de instituições e é caracterizado pela promoção e efetivação dos direitos humanos das crianças e adolescentes, por meio da política de atendimento⁹ desenvolvida estrategicamente de maneira transversal e intersetorial, de modo a articular todas as políticas públicas em favor da proteção integral. Neste eixo são considerados os atores envolvidos na execução de serviços e programas em três frentes de atuação: voltadas para as políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento; as de execução de medidas de proteção de direitos humanos; e as de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas.

Tabela 7: Instituições do Eixo Estratégico de Promoção – 86,4%

Descrição	Instituições
Unidades de atendimento	84
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)*	5
Centro de Referência de Assistência Social Especializado (CREAS)	1
Unidade de Saúde de Atenção Primária	15
Unidades de Saúde com a Estratégia Saúde da Família (ESF)	18
Assistência Farmacêutica	1
Centro de Atenção Psicossocial (CAPSi em implantação)	1
Unidades educacionais ¹⁰	41
Sistema Nacional de Emprego – SINE	1
Departamento Habitacional	1
Secretarias municipais	8
Secretaria de Desenvolvimento Econômico	1
Secretaria Municipal de Assistência Social	1
Secretaria Municipal de Educação	1
Secretaria Municipal de Finanças	1
Secretaria Municipal de Governo	1
Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente	1
Secretaria Municipal de Saúde	1
Secretaria de Turismo e Cultura	1
Instituições Não Governamentais registradas no CMDCA	16
ACESA – Associação Cultural de Educação Social e Artística	1
ADAP – Aliança Divinopolitana de Assistência e Promoção	1
ADEFOM – Associação de Deficientes do Oeste de Minas	1
APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Divinópolis	1
Associação Imaculada do Espírito Santo	1
Associação Missão Maria de Nazaré	1
Comunidade Servos Cruz de São Damião	1
GEEC – Grupo Educação, Ética e Cidadania	1
INECC – Instituto de Educação e Construção da Cidadania	1
Instituto Helena Antipoff	1
ONG Céu Azul – Centro Especializado Unidos pelo Autismo	1
Pão da Alma – Associação de Promoção a Cidadania do Bairro Santa Lúcia	1
Sacramento de Amor – Associação Imaculada Conceição	1
Samaritana Sociedade de Assistência a Pobres	1
SOS do Câncer – Associação para a Prevenção e Combate ao Câncer Infantil e Adulto	1
Vila de Nazaré	1
Total de Instituições, Órgãos ou Entidades	108

Nota: O CRAS Jardinópolis foi implantado em dezembro de 2020, e o CAPSi iniciou o atendimento em 24 de agosto de 2020.

⁹ Prevista no artigo 86 do ECA, integra o âmbito da política de promoção e proteção dos direitos humanos.

¹⁰ Dados do, 2018. Foram considerados todos, independente de sua vinculação administrativa pública ou privada, pública.

• Eixo Estratégico de Controle

Este eixo representa 9,6% do total de instituições que compõem o Mapeamento da Rede, e é caracterizado pelo controle social no planejamento, acompanhamento, e monitoramento das ações de promoção e defesa dos direitos fundamentais. Tal controle é realizado pelos conselhos de direito, conselhos setoriais e órgãos de controle interno e externo definidos pela Constituição Federal. Os Conselhos são instâncias públicas colegiadas, onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais, de entidades sociais e da sociedade civil.

Tabela 8: Instituições do Eixo Estratégico de Controle – 9,6%

Descrição	Conselhos
Conselhos de Direito	2
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)	1
Conselho Municipal do Idoso	1
Conselhos Setoriais	10
Conselho Municipal da Educação	1
Conselho Municipal de Assistência Social	1
Conselho Municipal de Saúde	1
Conselho Municipal de Turismo	1
Conselho Municipal de Política Cultural e do Patrimônio Histórico	1
Conselho Municipal do Meio Ambiente	1
Conselho Municipal de Desenvolvimento Integrado	1
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano	1
Conselho Municipal da Defesa Civil	1
Conselho Municipal de Habitação Popular	1
Total de instituições, órgãos ou entidades	12

Fonte: As instituições não governamentais vinculadas ao COMDICA estão listadas no Eixo de Promoção, conforme interpretação da Resolução nº 113/2016 do CONANDA

O ECA prevê a criação de conselhos municipais, estaduais e federal dos direitos da criança e do adolescente, com poder deliberativo e função controladora da política pública, composto de forma paritária, por representantes governamentais e não governamentais. Além dos conselhos de direitos, são previstas também a criação de conselhos setoriais e do Fundo Municipal da Infância e Adolescência.

Os Conselhos têm papel fundamental no controle social como instrumento na discussão, formulação e deliberação da política social com a participação popular nas decisões estatais.

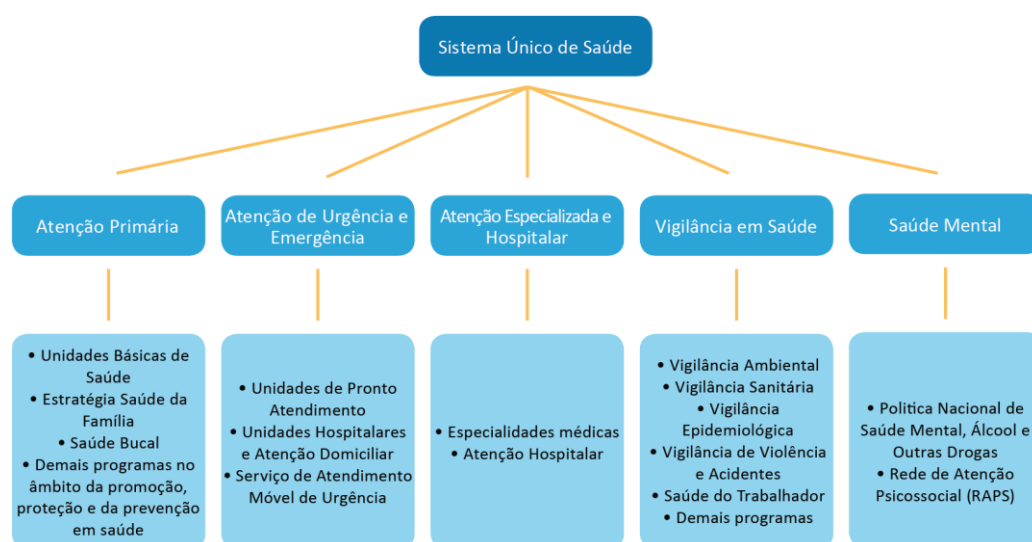
PARTE III

Esta parte compreende os indicadores sociais e estatísticas complementares, organizados a partir dos cinco eixos de direito do Estatuto da Criança e do Adolescente, e os projetos e programas de iniciativa governamental e não governamental. Os indicadores são apresentados no mapa do município no formato de cartograma, tendo como denominador a população residente, de modo a indicar as regiões com maior ou menor incidência de valores, indicando as diferenças no território.

7. INDICADORES DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

A proteção a vida e a saúde é constitucionalmente assegurada a todos os indivíduos e sua efetivação se dá por meio de políticas públicas comuns às esferas de governo, federal, estadual-distrital e municipal. Na seara da criança e do adolescente, foram incorporados como um dos 5 eixos de direito previstos pelo ECA.¹¹ Na rede pública, a execução de tais políticas é realizada pelo Sistema Único de Saúde (SUS)¹², assegurados os princípios da universalidade, igualdade e prioridade no atendimento de crianças e adolescentes. A rede de atendimento do SUS é ampla e abrange ações e serviços com foco na qualidade de vida, na promoção e na prevenção da saúde nas seguintes esferas de atuação.

- **Organograma do fluxo de atendimento do direito à vida e saúde**



Os indicadores deste eixo têm como referencial a Rede Interagencial de Informações para a Saúde (RIPSA), e como principal fonte os bancos de dados epidemiológicos nacionais da Secretaria de Vigilância em Saúde¹³, com destaque ao de nascidos vivos (SINASC), de mortalidade (SIM) e o de agravos (SINAN). Tais sistemas são gerenciados pela gestão municipal, o que permite o controle de natalidade, mortalidade e de agravo de sua população, já que os dados são retroalimentados pela rede pública e privada, e independentemente do local em que é registrado, é referenciada a localidade de residência do usuário. Foram coletados ainda outros dados da Secretaria Municipal de Saúde e do Conselho Tutelar.

¹¹ Caput dos artigos 5º e 6º, e Artigos 198 e seguintes da Constituição Federal. Os Artigos 7º ao 14º ampliaram de forma expressa e inovadora aspectos da saúde da mulher, do planejamento reprodutivo familiar e do atendimento humanizado às gestantes durante a gravidez, no parto, puerpério, e no atendimento pré, peri e pós-natal.

¹² Criado pela Lei nº 8.080/1990 para efetivação do princípio constitucional da saúde como política pública.

¹³ Vinculada ao Ministério da Saúde, é responsável nacionalmente por todas as ações de vigilância, prevenção e controle de doenças. Conforme a política instituída pela Resolução CNS nº 588/2018, compreende o processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise, e disseminação de dados para a proteção e promoção da saúde da população, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças. É colaborada da Rede Interagencial de Informações para a Saúde RIPSA, formalizada em 1996, para subsídio das políticas públicas em saúde no Brasil.

Indicador 10: Percentual de domicílios sem abastecimento de água da rede geral

As Regiões 20 e 1 se destacam entre as demais regiões, com a maior e menor percentual de domicílios sem abastecimento de água da rede geral. A variação em torno da média geral é de (+) 37,5% e (-) 96,25%. Não foram consideradas no cálculo da variação entre as regiões as Regiões 19 e 20 por se tratar de áreas rurais, cujo serviço de abastecimento de água da rede geral não é obrigatório.

	Região cu	Domicílios particulares ocupados	Domicílios sem abastecimento de água da rede geral	Indicador (%)
	Região 8	2.397	-	-
	Região 10	4.002	-	-
	Região 2	2.816	-	-
	Região 1	9.429	3	0,03%
	Região 3	5.476	2	0,04%
	Região 13	3.372	2	0,06%
	Região 5	5.044	7	0,14%
	Região 12	3.652	7	0,19%
	Região 4	3.536	7	0,20%
	Região 11	4.513	9	0,20%
	Região 17	1.596	4	0,25%
	Região 14	2.698	7	0,26%
	Região 7	2.009	6	0,30%
	Região 6	2.237	9	0,40%
	Região 18	2.296	10	0,44%
	Região 9	3.437	22	0,64%
	Região 15	2.825	23	0,81%
	Região 16	3.463	38	1,10%
	Região 19	1.218	233	19,13%
	Região 20	592	124	20,95%
	Município	66.608	513	0,8%

Definição

Domicílios sem abastecimento de água da rede geral dividido pelo Total de domicílios, vezes 100

Menor Valor	Região 1	0,03%
Média	Divinópolis	0,8%
Maior Valor	Região 16	1,10%

36,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

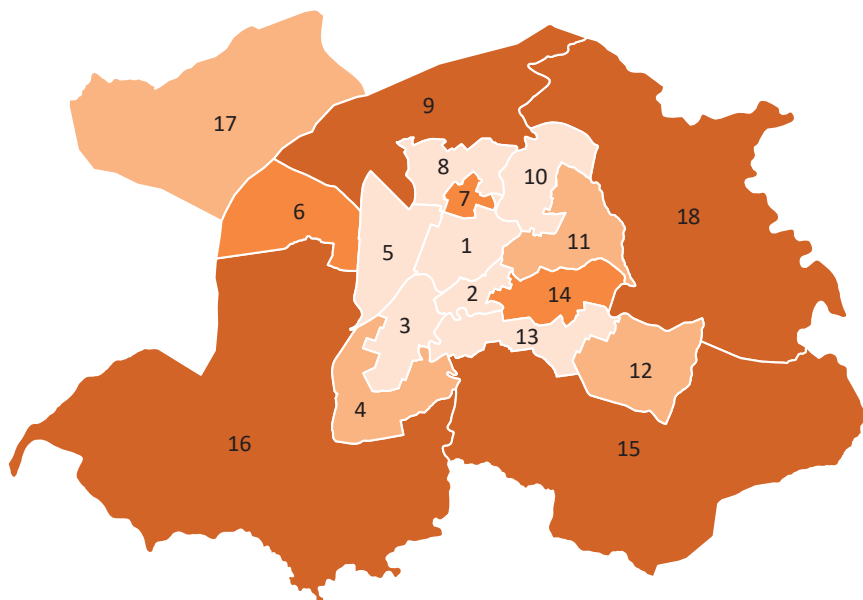
Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

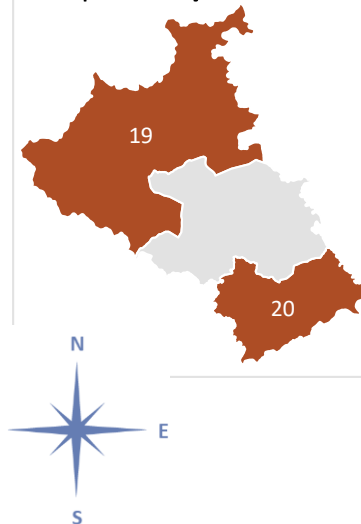
Fonte: IBGE, 2010

Nota: As regiões 19 e 20 são áreas rurais e o abastecimento de água não é obrigatório, portanto, as duas regiões não foram consideradas no cálculo da variação e da razão.

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 11: Cobertura domiciliar da rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário

Para este indicador, quanto maior a taxa de cobertura, melhor. As Regiões 1 e 19 se destacam com a maior e menor percentual de cobertura domiciliar da rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 13,6% e (-) 34,4%.

Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	Domicílios com ligação de esgoto sanitário	Indicador (%)	Definição <i>Domicílios com ligação de esgoto sanitário da rede geral ou pluvial dividido pelo Total de domicílios, vezes 100</i>
Região 1	9.429	9.354	99,2%	
Região 8	2.397	2.372	99,0%	Menor Valor
Região 7	2.009	1.989	99,0%	
Região 5	5.044	4.930	97,7%	Média
Região 10	4.002	3.903	97,5%	
Região 13	3.372	3.252	96,4%	Maior Valor
Região 2	2.816	2.710	96,2%	
Região 3	5.476	5.225	95,4%	Região 16
Região 14	2.698	2.572	95,3%	
Região 6	2.237	2.098	93,8%	Divinópolis
Região 9	3.437	3.051	88,8%	
Região 4	3.536	3.138	88,7%	87,3%
Região 11	4.513	3.900	86,4%	
Região 12	3.652	3.128	85,7%	Região 1
Região 17	1.596	1.235	77,4%	
Região 15	2.825	1.844	65,3%	57,3%
Região 18	2.296	1.357	59,1%	
Região 16	3.463	1.985	57,3%	29,2 vezes
Região 20	592	68	11,5%	
Região 19	1.218	41	3,4%	É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões
Município	66.608	58.152	87,3%	

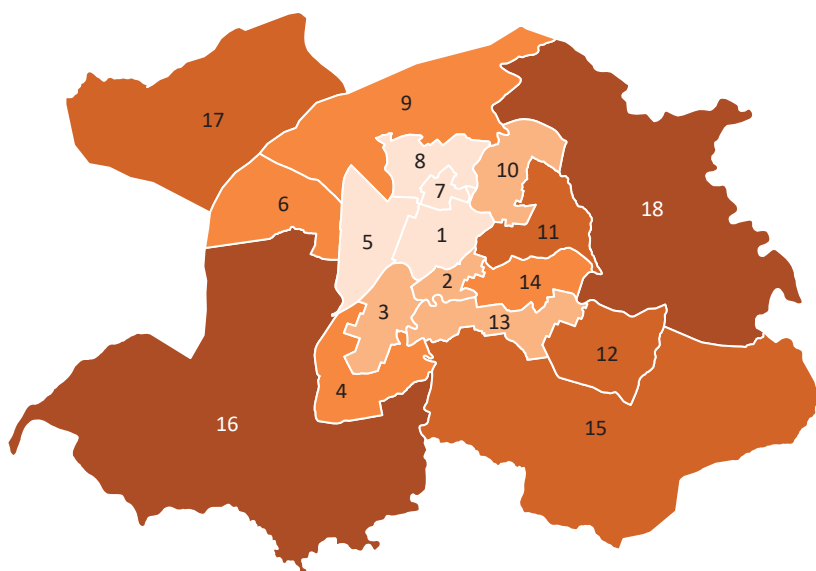
Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

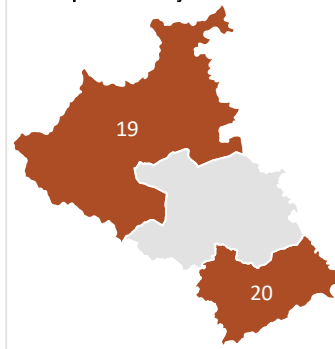
Fonte: IBGE, 2010

Nota: As regiões 19 e 20 são áreas rurais e o serviço da rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário não é obrigatório, portanto, as duas regiões não foram consideradas no cálculo da variação e da razão.

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 12: Domicílios particulares ocupados sem coleta de lixo

As Regiões 19 e 9 se destacam com a maior e menor percentual de domicílios particulares ocupados sem coleta de lixo entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 100,0% e (-) 70,0%.

				Definição		
	Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	Domicílios sem coleta de lixo	Indicador (%)	Domicílios particulares ocupados sem coleta de lixo, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100	
	Região 6	2.237	-	-		
	Região 1	9.429	-	-		
	Região 5	5.044	-	-		
	Região 10	4.002	-	-		
	Região 14	2.698	-	-		
	Região 2	2.816	-	-	Menor Valor	Região 9 0,03%
	Região 13	3.372	-	-	Média	Divinópolis 0,10%
	Região 9	3.437	1	0,03%	Maior Valor	Região 19 4,52%
	Região 15	2.825	1	0,04%		
	Região 3	5.476	2	0,04%		
	Região 8	2.397	1	0,04%		
	Região 7	2.009	1	0,05%		
	Região 12	3.652	2	0,05%		
	Região 17	1.596	1	0,06%		
	Região 16	3.463	5	0,14%		
	Região 20	592	1	0,17%		
	Região 4	3.536	6	0,17%		
	Região 11	4.513	9	0,20%		
	Região 18	2.296	7	0,30%		
	Região 19	1.218	55	4,52%		
	Município	66.608	92	0,10%		

150,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	6 Noroeste I	11 Sudoeste I	16 Sudeste Distante III
2 Sudeste	7 Nordeste I	12 Sudoeste II	17 Sudeste Distante IV
3 Sudoeste IV	8 Nordeste II	13 Sudoeste distante	18 Sudeste Distante V
4 Sudoeste III	9 Sudeste Distante II	14 Noroeste II	19 Rural 1
5 Oeste	10 Sudeste Distante I	15 Nordeste Distante	20 Rural 2

Indicador 13: Natalidade

As Regiões 12 e 7 se destacam com a maior e menor taxa de natalidade entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 104,6% e (-) 93,9%.

Região geográfica	Total da População residente	Total de Nascidos Vivos	Indicador (por mil habitantes)
Região 7	6.281	5	0,8
Região 19	3.618	27	7,5
Região 1	27.038	209	7,7
Região 11	14.745	114	7,7
Região 4	11.591	99	8,5
Região 17	5.364	50	9,3
Região 2	8.556	80	9,4
Região 5	15.545	162	10,4
Região 3	17.428	200	11,5
Região 10	12.812	148	11,6
Região 14	9.064	109	12,0
Região 20	1.945	27	13,9
Região 13	11.063	158	14,3
Região 9	11.490	167	14,5
Região 6	7.435	116	15,6
Região 15	9.715	174	17,9
Região 18	8.027	165	20,6
Região 8	7.632	166	21,8
Região 16	11.311	273	24,1
Região 12	12.356	331	26,8
Não Informado	-	15	-
Município	213.016	2.795	13,1

Definição

Total de nascidos vivos, dividido pelo total da população, vezes 1000

Menor Valor	Região 7	0,8
Média	Divinópolis	13,1
Maior Valor	Região 12	26,8

33,5 vezes

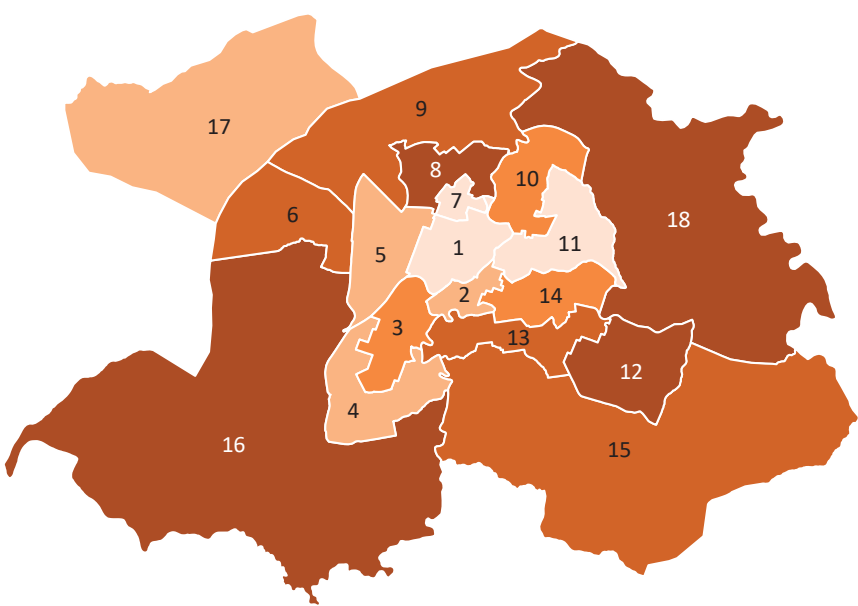
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

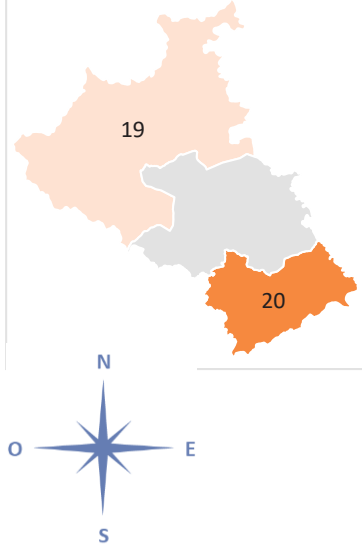
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: SINASC, 2019

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



A análise da faixa etária das mulheres com filhos nascidos vivos em 2019 foi dividida de duas maneiras: a primeira considerando a faixa da Organização Mundial da Saúde (OMS), de 10 a 19 anos, cujo percentual é de 7,1% e a segunda, pela faixa preconizada pelo ECA, com 5,0% do total de mulheres com filhos nascidos vivos na idade de até 18 anos.

Tabela 9: Faixa etária das mães dos nascidos vivos, segundo a OMS

Faixa Etária (OMS)	Quant.	(%)	
De 10 a 19 anos	198	7,1%	
De 20 a 34 anos	1.937	69,3%	
Mais de 35 anos	660	23,6%	
Total	2.795	100,0%	

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Nascidos Vivos (SINASC), 2019

Tabela 10: Faixa etária das mães dos nascidos vivos, segundo o ECA

Faixa Etária (ECA)	Quant.	(%)	
Até 18 anos	140	5,0%	
De 19 a 21 anos	239	8,6%	
De 22 a 34 anos	1.756	62,8%	
Mais de 35 anos	660	23,6%	
Total	2.795	100,0%	

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Nascidos Vivos (SINASC), 2019

Quanto a escolaridade, entre as mães dos nascidos vivos no Município em 2019, 96,2% possui 8 anos de estudo ou mais, enquanto 3,6% possuem menos de 8 anos de estudo.

Tabela 11: Escolaridade das mães dos nascidos vivos

Escolaridade	Quant.	(%)	
Menos de 8 anos de estudo	101	3,6%	
8 anos de estudo ou mais	2.690	96,2%	
Não informado	4	0,1%	
Total	2.795	100,0%	

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Nascidos Vivos (SINASC), 2019

Indicador 14: Pré-Natal Insuficiente

As Regiões 7 e 19 se destacam com a maior e menor percentual de pré-natal insuficiente entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 97,0% e (-) 45,3%.

Região geográfica	Total de Nascidos Vivos	Mães com menos de 7 consultas no Pré-natal	Indicador (%)
Região 19	27	3	11,1%
Região 16	273	42	15,4%
Região 12	331	53	16,0%
Região 13	158	27	17,1%
Região 2	80	14	17,5%
Região 6	116	21	18,1%
Região 1	209	38	18,2%
Região 15	174	33	19,0%
Região 18	165	32	19,4%
Região 9	167	34	20,4%
Região 10	148	32	21,6%
Região 5	162	36	22,2%
Região 3	200	46	23,0%
Região 17	50	12	24,0%
Região 8	166	41	24,7%
Região 11	114	29	25,4%
Região 4	99	26	26,3%
Região 20	27	8	29,6%
Região 14	109	36	33,0%
Região 7	5	2	40,0%
Não Informado	15	3	-
Município	2.795	568	20,3%

Definição

Total de nascidos vivos cujas mães fizeram menos de 7 consultas no pré-natal, dividido pelo total de nascidos vivos, vezes 100

Menor Valor	Região 19	11,1%
Média	Divinópolis	20,3%
Maior Valor	Região 7	40%

3,6 vezes

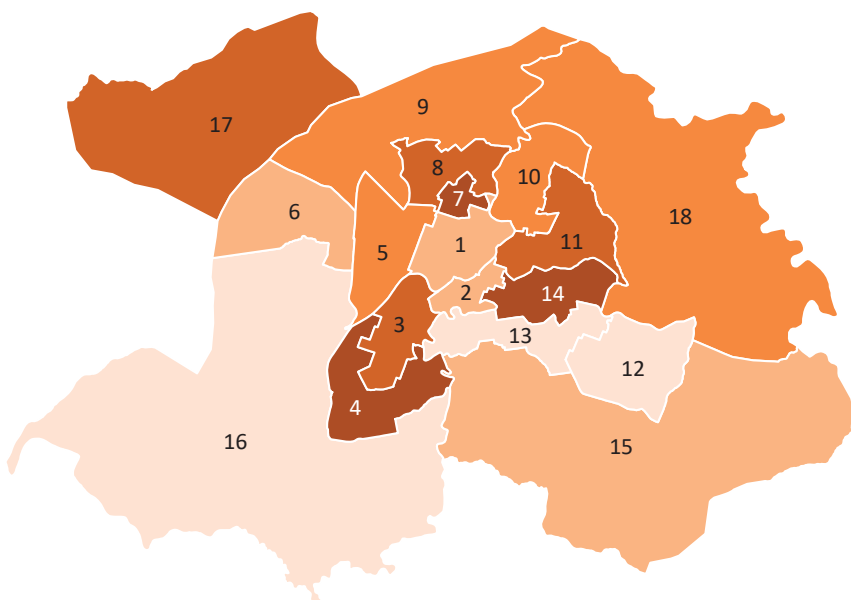
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

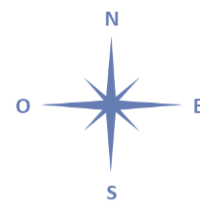
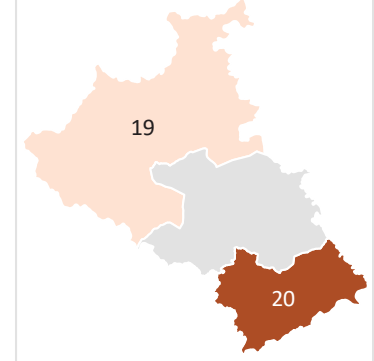
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: SINASC, 2019

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Entre as 568 gestantes com pré-natal insuficiente (menos de 7 consultas), 336 (59,2%) têm de 22 a 34 anos, 116 (20,4%) mais de 35 anos, 68 (12%) de 19 a 21 anos e 48 (8,5%) até 18 anos de idade.

Tabela 12: Faixa etária das gestantes com pré-natal insuficiente

Faixa Etária	Quant.	(%)	
Até 18 anos	48	8,5%	
e 19 a 21 anos	68	12%	
De 22 a 34 anos	336	59,2%	
Mais de 35 anos	116	20,4%	
Total	568	100,0%	

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Nascidos Vivos (SINASC), 2019

Quanto a escolaridade e situação conjugal, 93,1% das gestantes possui 8 anos de estudo ou mais e 55,5% não tem companheiro.

Tabela 13: Escolaridade (em anos de estudo) das gestantes com pré-natal insuficiente

Escolaridade	De 12 a 17 anos		Maior de 18 anos		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Menos de 8 anos de estudo	3	11,5%	34	6,3%	37	6,5%
8 anos de estudo ou mais	22	84,6%	507	93,5%	529	93,1%
Não informado	1	3,8%	1	0,2%	2	0,4%
Total Geral	26	100,0%	542	100,0%	568	100,0%

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Nascidos Vivos (SINASC), 2019

Tabela 14: Situação conjugal das gestantes com pré-natal insuficiente

Situação Conjugal	De 12 a 17 anos		Maior de 18 anos		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Com companheiro	-	-	253	46,7%	253	44,5%
Sem companheiro	26	100,0%	289	53,3%	315	55,5%
Total Geral	26	100,0%	542	100,0%	568	100,0%

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Nascidos Vivos (SINASC), 2019

Indicador 15: Gravidez na adolescência segundo a OMS

As Regiões 18 e 5 se destacam com a maior e menor percentual de gravidez na adolescência entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 58,0% e (-) 76,0%.

Região geográfica	Total de Nascidos Vivos	Nascidos vivos de mulheres de 10 a 19 anos	Indicador (%)
Região 19	27	-	-
Região 7	5	-	-
Região 5	162	2	1,2%
Região 1	209	6	2,9%
Região 4	99	3	3,0%
Região 10	148	5	3,4%
Região 20	27	1	3,7%
Região 2	80	3	3,8%
Região 3	200	8	4,0%
Região 17	50	2	4,0%
Região 8	166	7	4,2%
Região 14	109	5	4,6%
Região 13	158	8	5,1%
Região 16	273	15	5,5%
Região 12	331	20	6,0%
Região 15	174	11	6,3%
Região 11	114	8	7,0%
Região 6	116	9	7,8%
Região 9	167	13	7,8%
Região 18	165	13	7,9%
Não Informado	15	1	-
Município	2.795	140	5%

Definição

Nascidos vivos de mulheres de 10 a 19 anos de idade, dividido pelo total de nascidos vivos, vezes 100

Menor Valor	Região 5	1,2%
Média	Divinópolis	5%
Maior Valor	Região 18	7,9%

6,6 vezes

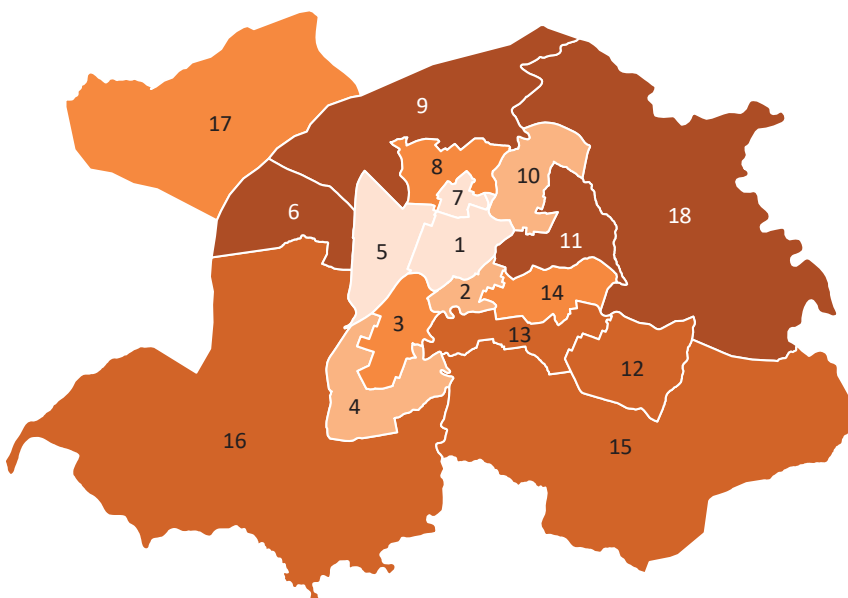
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

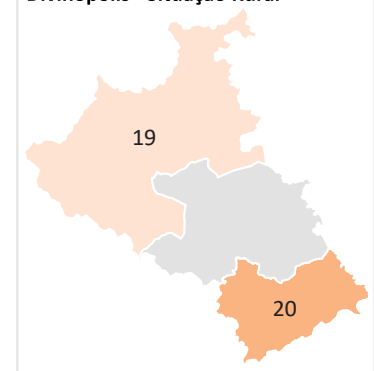
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: SINASC, 2019

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Dentre as 140 gestantes adolescentes (até 18 anos), 51,4%, têm de 15 a 17 anos, e 94,3%, não têm companheiro.

Tabela 15: Faixa etária das gestantes adolescentes

Faixa Etária	Quant.	(%)	
Até 11 anos	-	-	
De 12 a 14 anos	5	3,6%	
De 15 a 17 anos	72	51,4%	
18 anos	63	45,0%	
Total	140	100,0%	

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Nascidos Vivos (SINASC), 2019

Tabela 16: Situação conjugal das gestantes adolescentes

Situação Conjugal	Quant.	(%)	
Sem companheiro	132	94,30%	
Com companheiro	6	4,30%	
Não informado	2	1,40%	
Total	140	100,0%	

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Nascidos Vivos (SINASC), 2019

Quanto a escolaridade, dentre as 140 gestantes adolescentes, 13 (9,3%) tem menos de 8 anos de estudo enquanto 125 (89,3%) tem 8 anos de estudo ou mais, além de 2 que não informaram.

Tabela 17: Escolaridade das gestantes adolescentes

Escolaridade	Quant.	(%)	
Menos de 8 anos de estudo	13	9,3%	
8 anos de estudo ou mais	125	89,3%	
Não informado	2	1,4%	
Total	140	100,0%	

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Nascidos Vivos (SINASC), 2019

Indicador 16: Baixo Peso ao Nascer

As Regiões 19 e 9 se destacam com a maior e menor percentual de baixo peso ao nascer entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 122,0% e (-) 46,0%.

Região geográfica	Total de nascidos Vivos	Nascidos vivos com peso inferior a 2,5kg	Indicador (%)
Região 7	5	-	-
Região 9	167	9	5,4%
Região 14	109	8	7,3%
Região 20	27	2	7,4%
Região 11	114	9	7,9%
Região 10	148	12	8,1%
Região 12	331	29	8,8%
Região 15	174	16	9,2%
Região 3	200	19	9,5%
Região 5	162	16	9,9%
Região 2	80	8	10,0%
Região 8	166	17	10,2%
Região 18	165	17	10,3%
Região 16	273	29	10,6%
Região 13	158	17	10,8%
Região 6	116	13	11,2%
Região 4	99	13	13,1%
Região 1	209	29	13,9%
Região 17	50	8	16,0%
Região 19	27	6	22,2%
Não Informado	15	3	-
Município	2.795	280	10%

Definição

Nascidos vivos de mães residentes, com peso ao nascer inferior a 2,5kg, dividido pelo total de nascidos vivos de mães residentes, vezes 100

Menor Valor	Região 9	5,4%
Média	Divinópolis	10%
Maior Valor	Região 19	22,2%

4,1 vezes

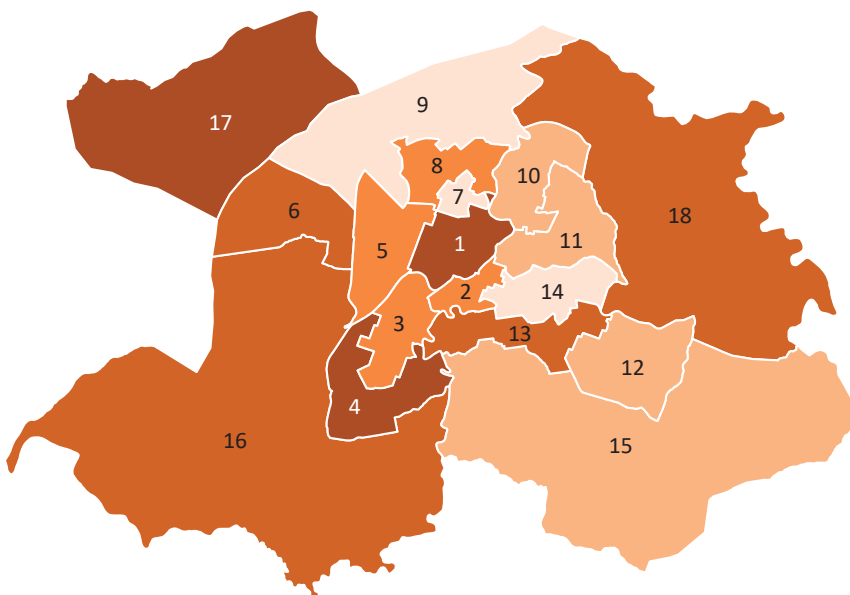
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

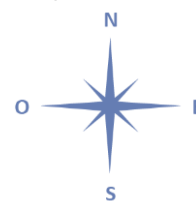
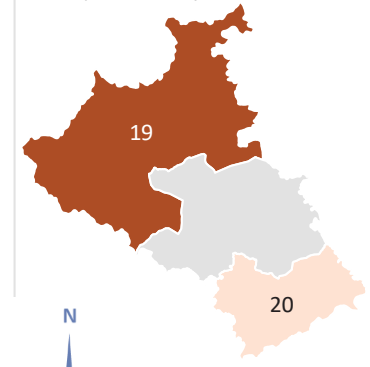
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: SINASC, 2019

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Entre as 280 mães dos nascidos vivos com baixo peso ao nascer, 16 (5,7%) têm até 18 anos, 26 (9,3%) de 19 a 21 anos, 160 (57,1%) de 22 a 34 anos e 78 (27,9%) tem mais de 35 anos de idade.

Tabela 18: Faixa etária das mães dos nascidos vivos com baixo peso ao nascer

Faixa etária	Quant.	(%)	
Até 18 anos	16	5,7%	
De 19 a 21 anos	26	9,3%	
De 22 a 34 anos	160	57,1%	
Mais de 35 anos	78	27,9%	
Total	280	100,0%	

Fonte: SINASC, 2019

A escolaridade e situação conjugal, 91,1% das gestantes possui 8 anos de estudo ou mais e 49,3% não tem companheiro.

Tabela 19: Escolaridade das Mães dos nascidos vivos com baixo peso ao nascer

Escolaridade	De 12 a 17 anos		Maior de 18 anos		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Menos de 8 anos de estudo	3	23,1%	21	7,9%	24	8,6%
8 anos de estudo ou mais	9	69,2%	246	92,1%	255	91,1%
Não informado	1	7,7%	-	-	1	0,4%
Total Geral	13	100,0%	267	100,0%	280	100,0%

Fonte: SINASC, 2019

Tabela 20: Situação conjugal das Mães dos nascidos vivos com baixo peso ao nascer

Situação conjugal	De 12 a 17 anos		Maior de 18 anos		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Com companheiro	-	-	142	53,2%	142	50,7%
Sem companheiro	13	100,0%	125	46,8%	138	49,3%
Total Geral	13	100,0%	267	100,0%	280	100,0%

Fonte: SINASC, 2019

Indicador 17: Nascidos Vivos com Anomalias Congênicas

As Regiões 17 e 15 se destacam com a maior e menor percentual de nascidos vivos com anomalias congênicas entre as regiões.

Região geográfica	Total de Nascidos Vivos	Nascidos vivos com anomalia congênita	Indicador (%)
Região 7	5	-	-
Região 20	27	-	-
Região 16	273	-	-
Região 18	165	-	-
Região 19	27	-	-
Região 4	99	-	-
Região 2	80	-	-
Região 15	174	1	0,6%
Região 8	166	1	0,6%
Região 5	162	1	0,6%
Região 10	148	1	0,7%
Região 12	331	3	0,9%
Região 14	109	1	0,9%
Região 9	167	2	1,2%
Região 13	158	2	1,3%
Região 3	200	3	1,5%
Região 6	116	2	1,7%
Região 11	114	2	1,8%
Região 1	209	4	1,9%
Região 17	50	3	6,0%
Não Informado	15	-	-
Município	2.795	26	0,9%

Definição

Nascidos vivos com anomalia congênita, dividido pelo total de nascidos vivos, vezes 100

Menor Valor	Região 15	0,6%
Média	Divinópolis	0,9%
Maior Valor	Região 17	6%

10 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: SINASC, 2019

Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	6 Noroeste I	11 Sudoeste I	16 Sudeste Distante III
2 Sudeste	7 Nordeste I	12 Sudoeste II	17 Sudeste Distante IV
3 Sudoeste IV	8 Nordeste II	13 Sudoeste distante	18 Sudeste Distante V
4 Sudoeste III	9 Sudeste Distante II	14 Noroeste II	19 Rural 1
5 Oeste	10 Sudeste Distante I	15 Nordeste Distante	20 Rural 2

Entre as 26 mães dos nascidos vivos com anomalia congênita, 1 (3,8%) tem até 18 anos, 5 (19,2%) de 19 a 21 anos, 12 (46,2%) de 22 a 34 anos e 8 (30,8%) tem mais de 35 anos de idade.

Tabela 21: Faixa etária das mães dos nascidos vivos com anomalia congênita

Faixa etária	Quant.	(%)	
Até 18 anos	1	3,8%	
e 19 a 21 anos	5	19,2%	
De 22 a 34 anos	12	46,2%	
Mais de 35 anos	8	30,8%	
Total	26	100,0%	

Fonte: SINASC, 2019

A escolaridade e situação conjugal das mães dos nascidos vivos com anomalias congênicas, 92,3% tem 8 anos ou mais de estudo e 53,8% não tem companheiro.

Tabela 22: Escolaridade das Mães dos nascidos vivos com anomalia congênita

Escolaridade	De 12 a 17 anos		Maior de 18 anos		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Menos de 8 anos de estudo	-	-	2	8,0%	2	7,7%
8 anos de estudo ou mais	1	100,0%	23	92,0%	24	92,3%
Total Geral	1	100,0%	25	100,0%	26	100,0%

Fonte: SINASC, 2019

Tabela 23: Situação Conjugal das mães dos nascidos vivos com anomalia congênita

Situação Conjugal	De 12 a 17 anos		Maior de 18 anos		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Com companheiro	-	-	12	48,0%	12	46,2%
Sem companheiro	1	100,0%	13	52,0%	14	53,8%
Total Geral	1	100,0%	25	100,0%	26	100,0%

Fonte: SINASC, 2019

Indicador 18: Mortalidade de 1 a 17 anos

As Regiões 20 e 11 se destacam com a maior e menor taxa de mortalidade de 1 a 17 anos entre as regiões.

				Definição		
Região geográfica	Total da População de 1 a 17 anos	Óbitos da população de 1 a 17 anos	Indicador (por mil habitantes)	Óbitos da população de 1 a 17 anos de idade, dividido pelo total da população de 1 a 17 anos, vezes 1000		
Região 14	2.242	-	-	Menor Valor Região 11 0,3 Média Divinópolis 0,3 Maior Valor Região 20 3,8		
Região 3	3.661	-	-			
Região 2	1.528	-	-			
Região 7	1.246	-	-			
Região 13	2.763	-	-			
Região 5	3.390	-	-			
Região 19	783	-	-			
Região 1	4.646	-	-			
Região 11	3.670	1	0,3	12,7 vezes É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões		
Região 9	3.199	1	0,3			
Região 4	2.934	1	0,3			
Região 15	2.771	1	0,4			
Região 18	2.428	1	0,4			
Região 6	1.890	1	0,5			
Região 12	3.740	2	0,5			
Região 8	1.696	1	0,6			
Região 16	3.291	2	0,6			
Região 10	2.827	2	0,7			
Região 17	1.406	1	0,7			
Região 20	521	2	3,8			
Não informado	-	1	-	Legenda Muito Baixo Baixo Médio Alto Muito Alto		
Município	50.632	17	0,3			

Fonte: SIM, 2019



Os percentuais de sexo e faixa etária estão calculados sobre 17 entrevistados, porém, no cálculo sobre a amostra (736) representa 0,3%.

Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	6 Noroeste I	11 Sudoeste I	16 Sudeste Distante III
2 Sudeste	7 Nordeste I	12 Sudoeste II	17 Sudeste Distante IV
3 Sudoeste IV	8 Nordeste II	13 Sudoeste distante	18 Sudeste Distante V
4 Sudoeste III	9 Sudeste Distante II	14 Noroeste II	19 Rural 1
5 Oeste	10 Sudeste Distante I	15 Nordeste Distante	20 Rural 2

Indicador 19: Mortalidade Infantil

As Regiões 19 e 3 se destacam com a maior e menor taxa de mortalidade infantil entre as regiões.

Região geográfica	Total de nascidos vivos	Óbitos de menores de 1 ano de idade	Indicador (por mil nascidos vivos)
Região 20	27	-	-
Região 11	114	-	-
Região 10	148	-	-
Região 7	5	-	-
Região 15	174	-	-
Região 3	200	1	5,0
Região 18	165	1	6,1
Região 13	158	1	6,3
Região 16	273	2	7,3
Região 12	331	3	9,1
Região 14	109	1	9,2
Região 1	209	2	9,6
Região 4	99	1	10,1
Região 9	167	2	12,0
Região 2	80	1	12,5
Região 6	116	2	17,2
Região 8	166	3	18,1
Região 5	162	3	18,5
Região 17	50	1	20,0
Região 19	27	2	74,1
Não informado	15	1	-
Município	2.795	27	9,7

Definição

Óbitos de crianças menores de 1 ano de idade, dividido pelo total nascidos vivos, vezes 1000

Menor Valor	Região 3	5
Média	Divinópolis	9,7
Maior Valor	Região 19	74,1

14,8 vezes

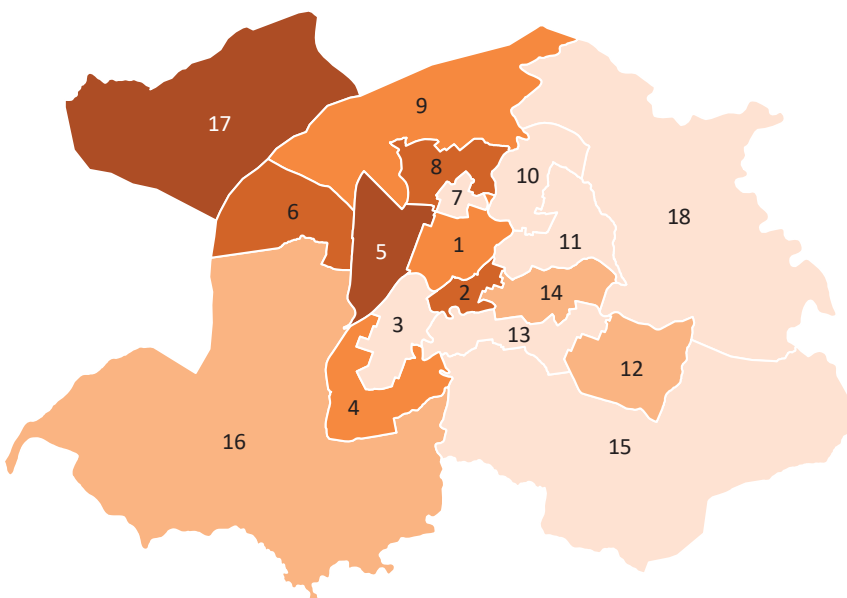
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

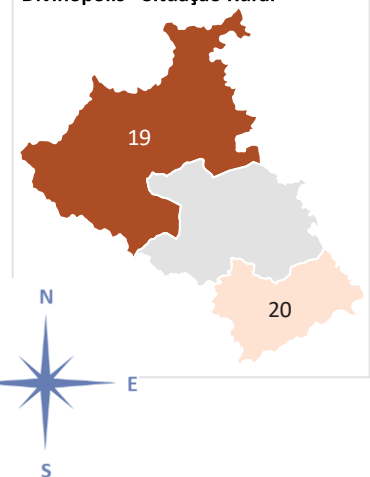
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: SIM, 2019

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural

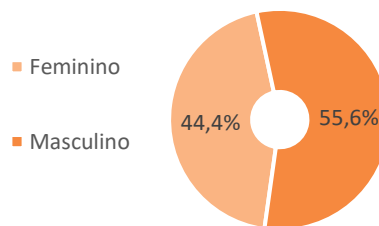


Dos 27 óbitos de menores de 1 ano ocorridos no ano de 2019, predomina o sexo feminino (55,5%).

Tabela 24: Sexo dos óbitos de menores de 1 ano

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	12	44,4%
Feminino	15	55,6%
Total	27	100,0%

Fonte: SIM, 2019



• Curetagem pós aborto

Sobre curetagem pós-aborto o destaca-se as mulheres de 30 a 59 anos (55,2%) e a menor incidência foi em mulheres de cor preta (3,3%).

Tabela 25: Faixa etária das mulheres que passaram por procedimento de curetagem pós-aborto

Faixa etária	Quant.	(%)
De 12 a 17 anos	6	3,3%
De 18 a 29 anos	75	41,4%
De 30 a 59 anos	100	55,2%
Total	181	100,0%

Fonte: SIH, 2019



Tabela 26: Raça ou cor das mulheres que passaram por procedimento de curetagem pós-aborto

Raça/cor	Quant.	(%)
Parda	59	32,6%
Branca	58	32,0%
Não informado	58	32,0%
Preta	6	3,3%
Total	181	100,0%

Fonte: SIH, 2019



- **Sistema de Notificação de Agravos de violência (SINAN)**

Na Tabela 27 está representada a situação das Notificações de Agravos registradas no SINAN de Divinópolis no ano de 2019, foram no total 303 pessoas com notificações de agravos, lembrando que uma pessoa pode ter mais de uma notificação de agravo. Os destaques sobre o total de notificações, ficam por conta da violência física com 83,2% e Lesão autoprovocada 42,2%. Quando a análise se reporta à faixa de idade de 0 até 19 anos, segundo critério da OMS as crianças e adolescentes totalizam 92 pessoas e correspondem a 30,4% do total da população com registro de notificações de agravos em 2019. A violência física e a lesão autoprovocada também são as que aparecem com a maior incidência de casos nessa faixa etária, 56,5%) e 52,1%), respectivamente.

Tabela 27: População vítima de Notificações de agravo por tipo de violência e faixa etária

Faixa etária	Violência física		Violência psicomoral		Assédio sexual		Estupro		Lesão autoprovocada		Outras violências		Total de Notificações	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Menos de 1 Ano	-	-	-	-	2	7,0%	-	-	-	-	1	20,0%	3	1,0%
De 1 a 4 anos	4	2,0%	3	5,0%	5	19,0%	2	7,0%	-	-	2	40,0%	11	4,0%
De 5 a 9 anos	3	1,0%	2	3,0%	4	15,0%	-	-	2	2,0%	2	40,0%	8	3,0%
De 10 a 14 anos	12	5,0%	13	21,0%	10	37,0%	6	20,0%	18	14,0%	-	-	28	9,0%
De 15 a 19 anos	33	13,0%	3	5,0%	3	11,0%	8	27,0%	28	22,0%	-	-	42	14,0%
Subtotal	52	56,5%	21	22,8%	24	26,1%	16	17,4%	48	52,1%	5	5,4%	92	30,4%
20 anos ou mais	200	79,0%	42	67,0%	3	11,0%	14	47,0%	80	63,0%	-	-	211	7,0%
% tipo violência	252	100%	63	100%	27	100%	30	100%	128	100%	5	100%	303	100%
% total Geral	252	83,2%	63	20,8%	27	8,9%	30	9,9%	128	42,2%	5	1,6%	303	-

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Notificação de Agravos (SINAN), 2019

Nota: uma pessoa pode ter tido registro de mais de uma notificação de agravos.

No comparativo com o Estado de Minas Gerais as participações dos percentuais por classe de idade são semelhantes.

Tabela 28: População com registro de Notificações de agravo por violência e por faixa etária

Faixa etária	Divinópolis		Minas Gerais	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não informado	-	-	538	1,1%
Menos de 1 Ano	3	1%	375	1%
De 1 a 4 anos	11	4%	1193	2%
De 5 a 9 anos	8	3%	1488	3%
De 10 a 14 anos	28	9%	3895	8%
De 15 a 19 anos	42	14%	7908	15%
De 20 a 29 anos	60	20%	12412	24%
De 30 a 39 anos	71	23%	10383	20%
De 40 a 49 anos	48	16%	6713	13%
De 50 a 59 anos	16	5%	3170	6%
60 anos ou mais	16	5%	3450	7%
Total Geral	303	100%	51094	100%

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Notificação de Agravos (SINAN), 2019

Indicador 20: Entrevistados que já cometeram tentativa de suicídio ou automutilação

As Regiões 17 e 14 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados que já cometeram tentativa de suicídio ou automutilação, com variação em torno da média geral de (+) 152,3% e (-) 67,0%.

Região geográfica	Total de entrevistados	Entrevistados que já cometeram tentativa de suicídio ou automutilação	Indicador (%)
Região 20	15	-	-
Região 10	34	-	-
Região 14	34	1	2,9%
Região 9	31	1	3,2%
Região 2	29	1	3,4%
Região 1	73	4	5,5%
Região 18	32	2	6,2%
Região 11	45	3	6,7%
Região 3	62	5	8,1%
Região 6	24	2	8,3%
Região 16	44	4	9,1%
Região 5	49	5	10,2%
Região 12	75	8	10,7%
Região 7	17	2	11,8%
Região 19	15	2	13,3%
Região 15	37	5	13,5%
Região 13	37	5	13,5%
Região 4	40	6	15,0%
Região 8	25	5	20,0%
Região 17	18	4	22,2%
Município	736	65	8,8%

Definição

Entrevistados que já cometeram tentativa de suicídio ou automutilação, dividido pelo total de entrevistados, vezes 100

Menor Valor

Região 14

2,9%

Média

Divinópolis

8,8%

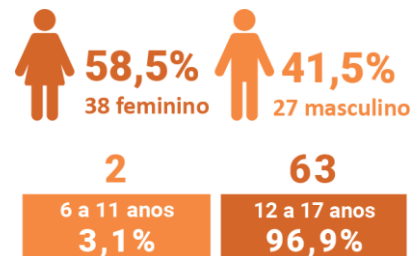
Maior Valor

Região 17

22,2%

7,7 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

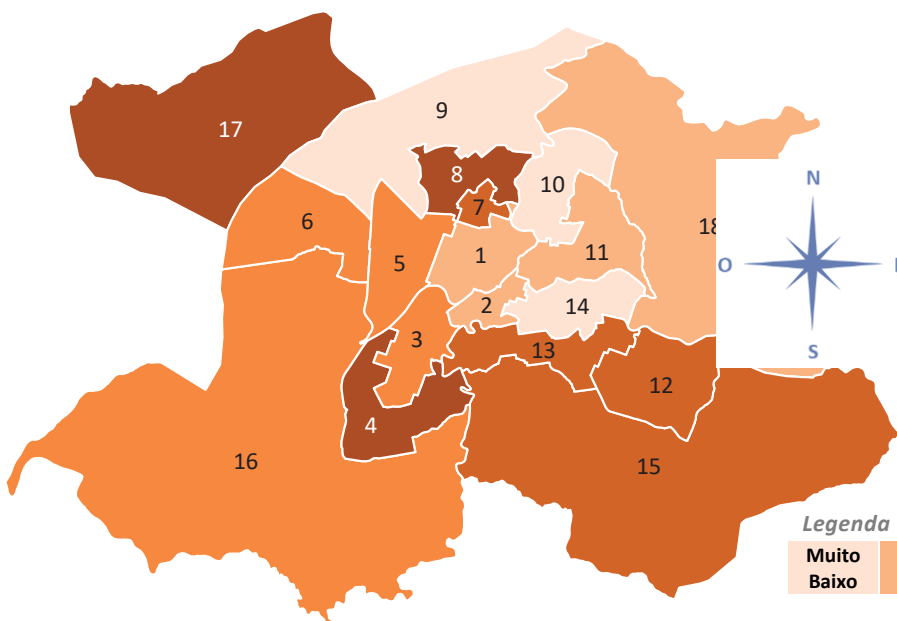


Os percentuais de sexo e faixa etária estão calculados sobre 65 entrevistados, porém, no cálculo sobre a amostra (736) representa 8,8%.

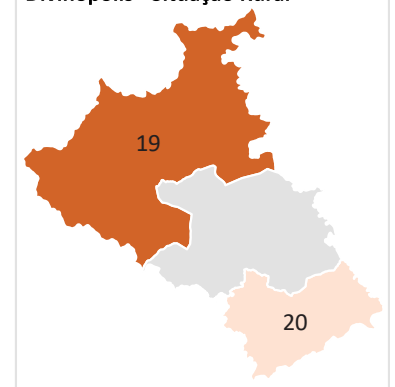
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Indicador 21: Entrevistados que utilizam drogas lícitas frequentemente ou às vezes

As Regiões 17 e 18 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados que utilizam drogas ilícitas frequentemente ou às vezes entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 109,1% e (-) 83,3%.

Região geográfica	Total de entrevistados	Entrevistados que utilizam drogas lícitas	Indicador (%)
Região 20	15	-	-
Região 18	32	1	3,1%
Região 7	17	1	5,9%
Região 19	15	1	6,7%
Região 2	29	2	6,9%
Região 16	44	5	11,4%
Região 3	62	8	12,9%
Região 15	37	7	18,9%
Região 1	73	14	19,2%
Região 4	40	8	20,0%
Região 5	49	10	20,4%
Região 10	34	7	20,6%
Região 14	34	7	20,6%
Região 12	75	16	21,3%
Região 13	37	8	21,6%
Região 11	45	10	22,2%
Região 9	31	9	29,0%
Região 8	25	8	32,0%
Região 6	24	8	33,3%
Região 17	18	7	38,9%
Município	736	137	18,6%

Definição

Entrevistados que utilizam drogas lícitas frequentemente, ou às vezes, dividido pelo total de entrevistados, vezes 100

Menor Valor	Região 18	3,1%
Média	Divinópolis	18,6%
Maior Valor	Região 17	38,9%

12,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

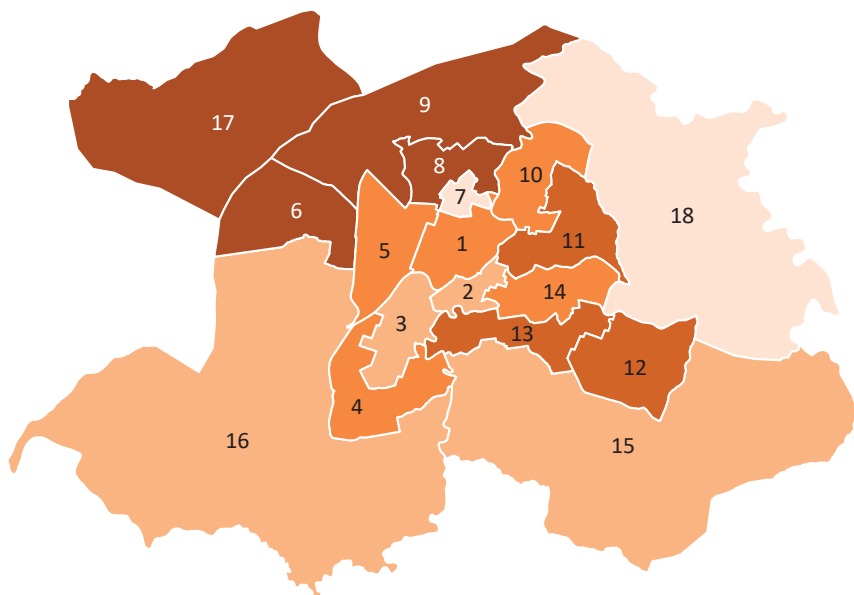
Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

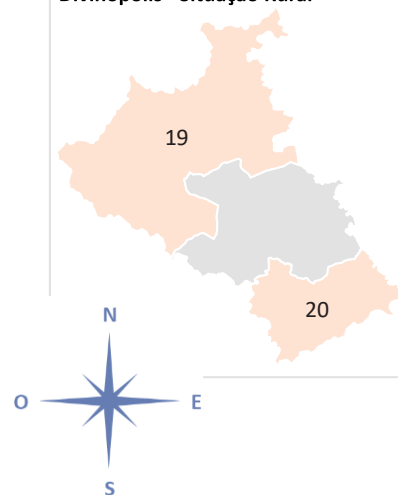
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 22: Entrevistados que utilizam drogas ilícitas frequentemente ou às vezes

As Regiões 17 e 11 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados que utilizam drogas ilícitas frequentemente ou às vezes entre as regiões.

Região geográfica	Total de entrevistados	Entrevistados que utilizam drogas ilícitas	Indicador (%)	Definição		
				Entrevistados que utilizam drogas ilícitas frequentemente ou às vezes, dividido pelo total de entrevistados, vezes 100		
Região 20	15	-	-			
Região 14	34	-	-			
Região 19	15	-	-			
Região 7	17	-	-			
Região 2	29	-	-			
Região 13	37	-	-	Menor Valor	Região 11	2,2%
Região 16	44	-	-	Média	Divinópolis	2,6%
Região 3	62	-	-	Maior Valor	Região 17	11,1%
Região 8	25	-	-			
Região 9	31	-	-			
Região 11	45	1	2,2%			
Região 15	37	1	2,7%			
Região 10	34	1	2,9%			
Região 18	32	1	3,1%			
Região 12	75	3	4,0%			
Região 6	24	1	4,2%			
Região 4	40	2	5,0%			
Região 1	73	4	5,5%			
Região 5	49	3	6,1%			
Região 17	18	2	11,1%			
Município	736	19	2,6%			

5,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.

Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	6 Noroeste I	11 Sudoeste I	16 Sudeste Distante III
2 Sudeste	7 Nordeste I	12 Sudoeste II	17 Sudeste Distante IV
3 Sudoeste IV	8 Nordeste II	13 Sudoeste distante	18 Sudeste Distante V
4 Sudoeste III	9 Sudeste Distante II	14 Noroeste II	19 Rural 1
5 Oeste	10 Sudeste Distante I	15 Nordeste Distante	20 Rural 2

7.1 MAPA SOCIAL DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE

O mapa social retrata a situação das 20 (vinte) regiões geográficas, de acordo com a posição do indicador de cada região em relação à média geral do Município. A finalidade deste mapa é apresentar de maneira simplista o panorama de prioridades do Direito à Vida e Saúde, para a população infanto Juvenil residentes no município.

Classificação Quintil	MÉDIA (Parâmetro)	Indicadores do Direito à Vida e Saúde – 13 indicadores													TOTAL POR REGIÃO	
		0,8%	87,3%	0,1%	13,1	20,3%	5,0%	10,0%	0,9%	0,3	9,7	8,8%	18,6%	2,6%	Contagem de Indicadores	Percentual sobre o total de Indicadores
		>	<	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>		
Regiões geográficas		Percentual de domicílios sem abastecimento de água da rede geral	Cobertura domiciliar da rede geral ou pluvial de esgotamento sanitário	Percentual de domicílios sem coleta de lixo	Taxa de Natalidade	Percentual de Gestante com Pré-Natal Insuficiente	Gravidez na adolescência	Percentual de Baixo Peso ao Nascer	Percentual de Nascidos Vivos com Anomalias Congênicas	Taxa de Mortalidade de 1 a 17 anos	Taxa de Mortalidade Infantil	Já cometeram tentativa de suicídio ou automutilação	Utilizam drogas lícitas frequentemente ou às vezes	Utilizam drogas ilícitas frequentemente ou às vezes		
	2	-	96,2%	-	9,4	17,5%	3,8%	10,0%	-	-	12,5	3,4%	6,9%	-	1	7,7%
	3	0,04%	95,4%	0,04%	11,5	23,0%	4,0%	9,5%	1,5%	-	5,0	8,1%	12,9%	-	2	15,4%
	7	0,30%	99,0%	0,05%	0,8	40,0%	-	-	-	-	-	11,8%	5,9%	-	2	15,4%
	14	0,26%	95,3%	-	12,0	33,0%	4,6%	7,3%	0,9%	-	9,2	2,9%	20,6%	-	2	15,4%
	1	0,03%	99,2%	-	7,7	18,2%	2,9%	13,9%	1,9%	-	9,6	5,5%	19,2%	5,5%	4	30,8%
	10	0,00%	97,5%	-	11,6	21,6%	3,4%	8,1%	0,7%	0,7	-	-	20,6%	2,9%	4	30,8%
	19	19,13%	3,4%	4,52%	7,5	11,1%	-	22,2%	-	-	74,1	13,3%	6,7%	-	4	46,2%
	20	20,95%	11,5%	0,17%	13,9	29,6%	3,7%	7,4%	-	3,8	-	-	-	-	4	46,2%
	5	0,14%	97,7%	-	10,4	22,2%	1,2%	9,9%	0,6%	-	18,5	10,2%	20,4%	6,1%	5	38,5%
	9	0,64%	88,8%	0,03%	14,5	20,4%	7,8%	5,4%	1,2%	0,3	12,0	3,2%	29,0%	-	6	46,2%
	11	0,20%	86,4%	0,20%	7,7	25,4%	7,0%	7,9%	1,8%	0,3	-	6,7%	22,2%	2,2%	6	46,2%
	13	0,06%	96,4%	-	14,3	17,1%	5,1%	10,8%	1,3%	-	6,3	13,5%	21,6%	-	6	46,2%
	4	0,20%	88,7%	0,17%	8,5	26,3%	3,0%	13,1%	-	0,3	10,1	15,0%	20,0%	5,0%	7	53,8%
	8	-	99,0%	0,04%	21,8	24,7%	4,2%	10,2%	0,6%	0,6	18,1	20,0%	32,0%	-	7	53,8%
	12	0,19%	85,7%	0,05%	26,8	16,0%	6,0%	8,8%	0,9%	0,5	9,1	10,7%	21,3%	4,0%	7	53,8%
	18	0,44%	59,1%	0,30%	20,6	19,4%	7,9%	10,3%	-	0,4	6,1	6,2%	3,1%	3,1%	7	53,8%
	6	0,40%	93,8%	-	15,6	18,1%	7,8%	11,2%	1,7%	0,5	17,2	8,3%	33,3%	4,2%	8	61,5%
	15	0,81%	65,3%	0,04%	17,9	19,0%	6,3%	9,2%	0,6%	0,4	-	13,5%	18,9%	2,7%	8	61,5%
	16	1,10%	57,3%	0,14%	24,1	15,4%	5,5%	10,6%	-	0,6	7,3	9,1%	11,4%	-	8	61,5%
	17	0,25%	77,4%	0,06%	9,3	24,0%	4,0%	16,0%	6,0%	0,7	20,0	22,2%	38,9%	11,1%	9	69,2%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Nota: As taxas podem ter valores acima ou abaixo da média geral do município. Não foi considerada na contagem deste mapa social, as taxas de esgotamento sanitário e da rede geral de esgoto para as áreas rurais (19 e 20), por este serviço não ser obrigatoriedade do gestor público nestas regiões.

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

• Representação gráfica do indicador por região geográfica

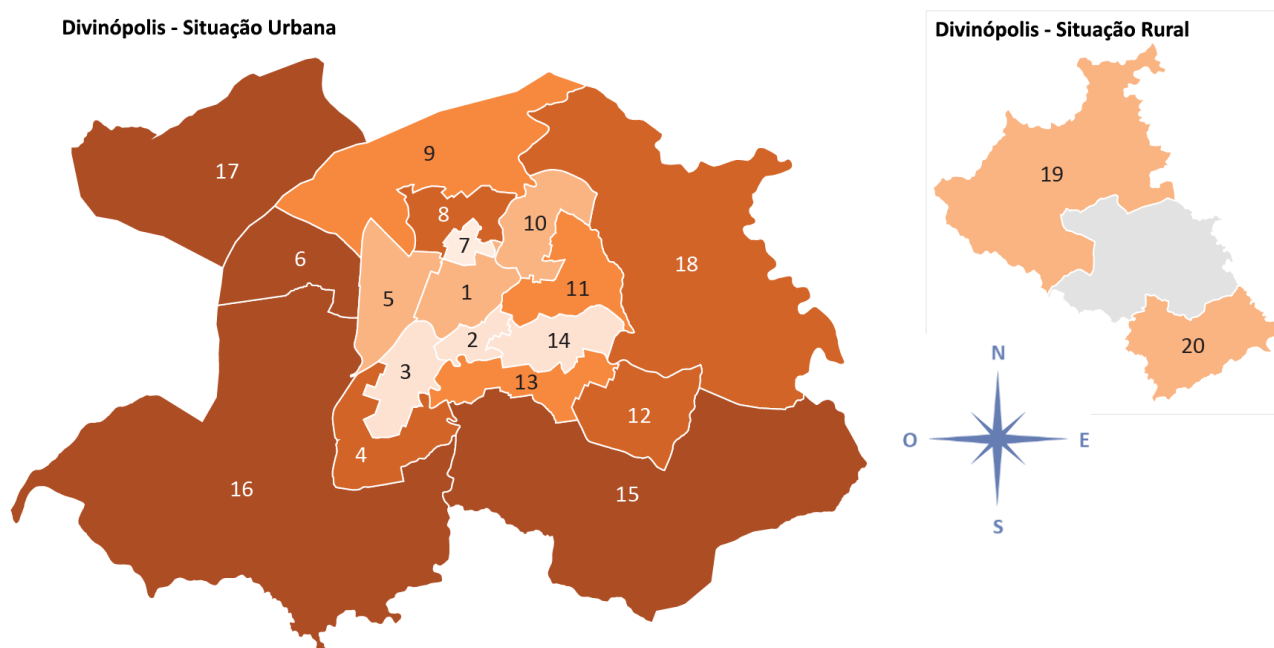
O mapa mostra as divisões das regiões, classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Dos treze indicadores analisados no eixo de Direito à Vida e Saúde, a contagem máxima alcançou 9 indicadores acima da média geral do Município (69,2%) do total. As regiões 6, 15, 16 e 17, aparecem com a maior contagem, entre as vinte regiões estudadas neste diagnóstico.

A incidência de maior número de indicadores acima da média geral do Município, indica que as quatro regiões classificadas como **muito alto**, são prioritárias nas ações deste eixo de direito e ponto de atenção do Gestor Público, por apresentar maior vulnerabilidade social em relação as demais.



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro	6	Noroeste I	11	Sudoeste I	16	Sudeste Distante III
2	Sudeste	7	Nordeste I	12	Sudoeste II	17	Sudeste Distante IV
3	Sudoeste IV	8	Nordeste II	13	Sudoeste distante	18	Sudeste Distante V
4	Sudoeste III	9	Sudeste Distante II	14	Noroeste II	19	Rural 1
5	Oeste	10	Sudeste Distante I	15	Nordeste Distante	20	Rural 2

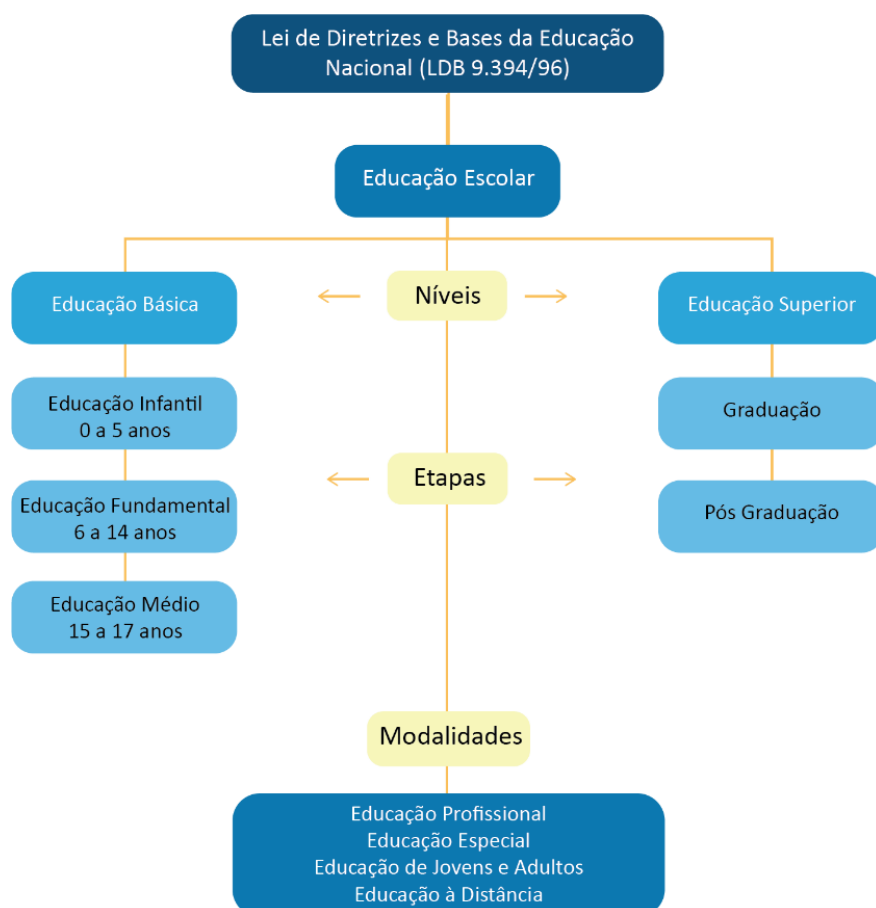
8. INDICADORES DO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

A educação é direito fundamental social previsto no Artigo 6º e 205 e seguintes da Constituição Federal - dever da União, dos Estados e municípios – devendo ser assegurado de maneira ampla, irrestrita, obrigatória e gratuita a todas as crianças e adolescentes, incluindo os que estejam internados ou cumprindo medida socioeducativa, ou àqueles que não tiveram acesso em idade própria.

O Estatuto da Criança e do Adolescente possui papel vital na reiteração da educação como eixo de direito fundamental, integrado ao acesso ao esporte, a cultura e ao lazer, para o pleno desenvolvimento da pessoa humana e para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho.

A educação enquanto direito fundamental e política pública - compreende a educação infantil, o ensino fundamental e médio - é competência nacional do Ministério da Educação (MEC), regulamentada através de instrumentos normativos, como a Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB)¹⁴, do Plano Nacional de Educação (PNE), da Política Nacional de Educação Infantil, de portarias do MEC, dentre outros.

- **Organograma do fluxo de atendimento do Direito à Educação, Esporte, Cultura e Lazer**



¹⁴ Aprovada em 1996, regulamenta o sistema educacional no Brasil, público ou privado, da educação básica ao ensino superior. Trata ainda das modalidades como a educação especial; à distância; profissional e tecnológica; jovens e adultos; e indígena.

Neste mesmo sentido, o Estatuto reforça a importância dos valores culturais, históricos, da expressão artística, da liberdade de criação e da prática da educação física, do esporte e de atividades de lazer, individual ou em grupo, para o desenvolvimento de competências pessoais e coletivas, no resgate de princípios e valores, e para o enfrentamento de problemáticas sociais como desigualdade, preconceito, saúde, drogadição, violência, desemprego e educação.

Ao longo dos anos o esporte foi ganhando espaço como política pública e tratado como dever do Estado, com a efetivação da Política Nacional do Esporte, tendo como diretriz a democratização do seu acesso, sua intersectorialidade e articulação com as demais políticas públicas, por meio de uma rede de cooperação entre todas as esferas de governo, da sociedade civil e entidades públicas e privadas. A cultura, por sua vez, ganhou destaque no país com a publicação da Lei Rouanet, Lei nº 8.313/1991, que traça as diretrizes para a cultura nacional, tendo como base o exercício dos direitos culturais, o livre acesso, e a promoção, a proteção e valorização das expressões culturais nacionais.

Tratar da educação na perspectiva de um diagnóstico é uma tarefa complexa, uma vez que vários são os fatores que devem ser analisados e considerados, relacionando desde o acesso à educação, à permanência no sistema escolar, ao desempenho educacional e ao progresso do aluno, a qualidade do ensino e da infraestrutura escolar, dentre outros. Outro desafio é a falta de um banco de dados ou de um procedimento nacional que permita mensurar o acesso as atividades esportivas e culturais.

Para tal intento, foram utilizadas como referência neste diagnóstico fontes oficiais como o utilizadas para subsidiar a formulação das políticas educacionais nas diferentes esferas de governo, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹⁵, com destaque ao Censo Escolar (2018) e ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Todavia, é importante destacar que tais fontes compreendem apenas as informações de crianças e de adolescentes que estão na escola, ignorando aqueles que estão fora dela e que não é possível sua abertura por território para cálculo de indicadores, apenas de dados complementares. Por este motivo também serão utilizados os dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), para traçar um panorama educacional territorial, incluindo a perspectiva da população fora da escola.

Foram utilizados ainda como fonte outras informações da Secretaria de Educação, Secretaria de Esporte e Juventude, Secretaria de Cultura e do Conselho Tutelar, como projetos e programas e ações de promoção à educação, ao esporte e ao Lazer.

¹⁵ Autarquia vinculada ao Ministério da Educação e responsável pelas estatísticas educacionais, pelas avaliações, exames e indicadores da educação básica e superior, dentre outros

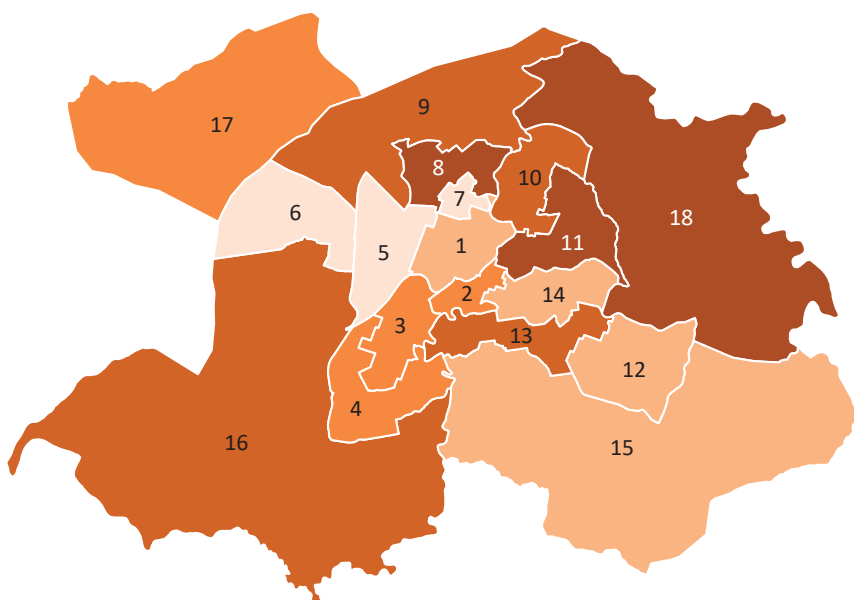
Indicador 23: População não alfabetizada de 12 a 17 anos de idade

As Regiões 20 e 7 se destacam com a maior e menor população não alfabetizada de 12 a 17 anos de idade entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 133,3% e (-) 66,7%.

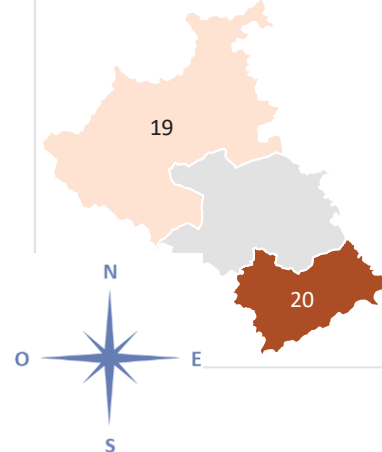
Região geográfica	Total da População de 12 a 17 anos	População de 12 a 17 anos não alfabetizada	Indicador (%)	Definição		
Região 19	329	-	-	População de 12 a 17 anos de idade, não alfabetizada, dividido pelo total da população de 12 a 17 anos, vezes 100		
Região 6	722	-	-			
Região 7	561	1	0,2%	Menor Valor	Região 7	0,2%
Região 5	1.491	5	0,3%			
Região 1	2.081	7	0,3%	Média	Divinópolis	0,6%
Região 12	1.420	5	0,4%			
Região 15	1.039	4	0,4%	Maior Valor	Região 20	1,4%
Região 14	892	4	0,4%			
Região 17	518	3	0,6%	7,0 vezes É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões		
Região 3	1.547	9	0,6%			
Região 4	1.163	7	0,6%			
Região 2	658	4	0,6%			
Região 16	1.226	9	0,7%			
Região 10	1.062	8	0,8%			
Região 9	1.321	10	0,8%			
Região 13	1.097	9	0,8%			
Região 11	1.458	12	0,8%			
Região 8	701	7	1,0%			
Região 18	892	9	1,0%	Legenda Muito Baixo Baixo Médio Alto Muito Alto		
Região 20	208	3	1,4%			
Município	20.386	116	0,6%			

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural

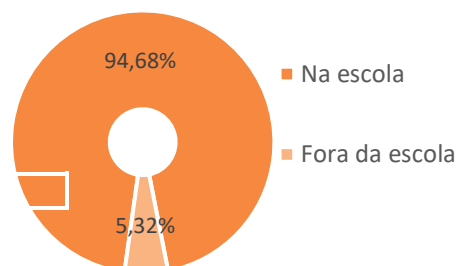


Os dados do Censo Demográfico de 2010 mostram que, dos 37.942 habitantes com idade de 6 a 17 anos, 2.019 (5,32%) não frequentam ou nunca frequentaram creche ou escola.

Tabela 29: Crianças e adolescentes fora da escola

Crianças e adolescente	Quant.	(%)
Na escola	35.923	94,68%
Fora da escola	2.019	5,32%
Total	37.942	100,0%

Fonte: IBGE, 2010.



• Censo Escolar de 2019

Realizado anualmente pelo INEP em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação, é o principal instrumento de levantamento e fonte de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional, cujos dados são fornecidos pelas escolas públicas e privadas, abrangendo a educação básica, regular, especial, de jovens e adultos e profissional.

A partir dos dados do Censo é possível montar um panorama da educação, pois são sistematizados desde o número de matrículas, até informações de rendimento, do espaço físico e infraestrutura das escolas, do transporte de alunos, alimentação, das funções docentes, outros.

No ano de 2019, o Município tinha 20.307 crianças e adolescentes de 0 a 17 anos matriculadas.

Destes, 63,9% estão na rede municipal e os demais, 32,9%, estão matriculados na rede privada.

Tabela 30: Matriculados de 0 a 17 anos por dependência administrativa e localização, em 2019

Dependência Administrativa	Rural		Urbana		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Estadual	-	-	482	2,4%	482	2,4%
Federal	4	1,0%	178	0,9%	182	0,9%
Municipal	389	98,5%	12.578	63,2%	12967	63,9%
Privada	2	0,5%	6.674	33,5%	6676	32,9%
Total Geral	395	100,0%	19.912	100,0%	20.307	100,0%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Sobre as etapas de ensino, a maioria 11.379 (56,1%) estão cursando o ensino fundamental mais a Escola de Jovens e Adultos (EJA). Apenas 4,3% (874 alunos) estão matriculados no ensino médio e o Curso Técnico Integrado.

Tabela 31: Matriculados de 0 a 17 anos por etapa de ensino, em 2019

Etapa de ensino	Quant.	(%)	
Ensino Fundamental	11.347	55,9%	
Educação Infantil	7.064	34,8%	
Não se aplica	983	4,8%	
Ensino Médio	698	3,4%	
Curso Técnico Integrado	176	0,9%	
EJA Ensino Fundamental	32	0,2%	
Curso Técnico Concomitante	4	0,02%	
Curso FIC Concomitante	3	0,01%	
Total	20.307	100,0%	

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Em relação a faixa etária, 64,6% dos matriculados no ensino fundamental e na EJA, tem de 6 a 11 anos de idade e 100% do ensino médio estão com 12 a 17 anos de idade. Dos 20.307 matriculados, 64 estudam em classes especiais, sendo a maioria (85,9%) em classes do ensino fundamental.

Tabela 32: Matriculados de 0 a 17 anos por faixa etária, em 2019

Faixa etária	Ensino Fundamental		Ensino Médio		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	1	-	-	-	1	0,0%
De 6 a 11 anos	7.353	64,6%	-	-	7.353	60,0%
De 12 a 17 anos	4.025	35,4%	874	100,0%	4.899	40,0%
Total Geral	11.379	100,0%	874	10,00%	12.253	100,0%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Tabela 33: Matriculados de 0 a 17 anos em classes especiais

Classe especial	Quant.	(%)	
Não	19.260	94,8%	
Não se aplica	983	4,8%	
Sim	64	0,3%	
Total	20.307	100,0%	

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Tabela 34: Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos em classes especiais, por etapa

Etapa de ensino	Quant.	(%)	
Educação Infantil	9	14,1%	
Ensino Fundamental	55	85,9%	
Ensino Médio	-	-	
Total	64	100,0%	

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Nota: Divinópolis existe 3 (três) escolas que possuem salas especiais (ver tabela 48)

A Escola de Jovens e Adultos é frequentada por apenas 32 adolescentes de 15 a 17 anos. Ampliando a faixa etária para 14 a 17 anos, a demanda potencial para a EJA é de 6.229 adolescentes, 45% da população da mesma faixa de idade, que não possuem o ensino fundamental completo.

Tabela 35: Adolescentes de 15 a 17 anos que frequentavam EJA

EJA	Quant.	População de 15 a 17	Taxa (por 1.000 hab.)
EJA	32	10.298	3,1

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Tabela 36: Demanda potencial EJA Ensino Fundamental

População de 14 anos ou mais sem ensino fundamental completo	Quant.	População total	(%)
De 14 a 17 anos	6.229	13.848	45,0%
De 18 a 19 anos	1.259	7.044	17,9%
De 20 a 24 anos	3.002	19.099	15,7%
De 25 a 29 anos	3.231	18.840	17,1%
De 30 a 39 anos	12.097	34.923	34,6%
De 40 a 49 anos	14.653	31.981	45,8%
De 50 a 59 anos	12.821	23.858	53,7%
60 anos ou mais	17.961	24.058	74,7%
Total	71.253	173.651	41,0%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Seguindo a análise da população sem o ensino médio completo com idade de 18 anos e mais, o maior percentual comparado com o total de residentes está nas faixas de 18 a 19 anos e de 20 a 24 anos, 35,7% e 22,7% respectivamente. Esse dado demonstra que no Município existe demanda elevada para a Escola de Jovens e Adultos (EJA).

Tabela 37: Demanda potencial EJA Ensino Médio

População de 18 anos ou mais sem ensino médio completo	Quant.	População total	(%)
De 18 a 19 anos	2.517	7.044	35,7%
De 20 a 24 anos	4.343	19.099	22,7%
De 25 a 29 anos	3.718	18.840	19,7%
De 30 a 39 anos	6.553	34.923	18,8%
De 40 a 49 anos	6.007	31.981	18,8%
De 50 a 59 anos	3.621	23.858	15,2%
60 anos ou mais	1.937	24.058	8,1%
Total	28.696	159.803	18,0%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Quanto à algumas características dos alunos, 12% utilizam o transporte escolar e 5,7% dos matriculados tem indicação de "Aluno(a) com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação".

Tabela 38: Características dos matriculados de 0 a 17 anos em 2019

Característica	Quant.	Total	(%)
Matriculados de 0 a 17 anos que utilizam transporte escolar	2.427	20.307	12%
Matriculados de 0 a 17 anos deficientes que estão na Escola	1.153	20.307	5,7%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Nota: Tanto o transporte Público Estadual como os alunos que estudam em turma especial podem ter erros de digitação do Censo Escolar porque são poucos os registros desta informação.

Dentre os 1.153 alunos matriculados com indicação de "aluno(a) com deficiência, transtorno do espectro autista ou altas habilidades/superdotação", destaca-se a deficiência intelectual, com 56,9%, seguida do transtorno do espectro autista, com 23,7%.

Tabela 39: Deficiências classificadas por tipo, segundo o censo escolar de 2019

Tipo de deficiência	Quant.	(%)
Deficiência intelectual	834	56,9%
Transtorno do Espectro Autista	347	23,7%
Deficiência física	101	6,9%
Deficiência múltipla	92	6,3%
Baixa visão	37	2,5%
Deficiência auditiva	30	2,0%
Surdez	22	1,5%
Altas habilidades/superdotação	3	0,2%
Cegueira	-	-
Surdez	-	-
Total	1.466	100,0%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

As Tabelas 40, 41 e 42 (página 83), mostram que entre as 3 (três) opções que agregam valor aos espaços escolares, o site ou blog é predominante com 38,4%, em detrimento dos espaços escola-comunidade, com 30,4% e dos espaços de entorno para as atividades dos alunos com apenas 19,4%.

Tabela 40: Escolas que possuem site ou blog

Possui site ou blog	Estadual		Federal		Municipal		Privada		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não	21	53,8%	-	-	67	65,7%	58	61,1%	146	61,6%
Sim	18	46,2%	1	100,0%	35	34,3%	37	38,9%	91	38,4%
Total Geral	39	100,0%	1	100,0%	102	100,0%	95	100,0%	237	100,0%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Tabela 41: Escolas que compartilham espaços para interação escola-comunidade

Compartilha espaços	Estadual		Federal		Municipal		Privada		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não	16	41,0%	-	-	73	71,6%	76	80,0%	165	69,6%
Sim	23	59,0%	1	100,0%	29	28,4%	19	20,0%	72	30,4%
Total Geral	39	100,0%	1	100,0%	102	100,0%	95	100,0%	237	100,0%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Tabela 42: Escolas que utilizam espaços do entorno para atividades com os alunos

Utiliza espaços do entorno	Estadual		Federal		Municipal		Privada		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não	30	76,9%	-	-	84	82,4%	77	81,1%	191	80,6%
Sim	9	23,1%	1	100,0%	18	17,6%	18	18,9%	46	19,4%
Total Geral	39	100,0%	1	100,0%	102	100,0%	95	100,0%	237	100,0%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

As escolas da rede municipal e privada possuem todos os itens da infraestrutura nas áreas externas. Quanto aos espaços de áreas de estudo, a rede privada atende todos os itens na Tabela 44.

Tabela 43: Infraestrutura das escolas nas áreas externas, em 2019

Infraestrutura	Estadual		Federal		Municipal		Privada		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Água potável	34	25,8%	1	0,8%	52	39,4%	45	34,1%	132	100,0%
Cozinha	33	26,6%	1	0,8%	52	41,9%	38	30,6%	124	100,0%
Refeitório	29	30,5%	1	1,1%	40	42,1%	25	26,3%	95	100,0%
Pátio Coberto	10	14,7%	-	-	29	42,6%	29	42,6%	68	100,0%
Parque infantil	3	3,9%	-	-	38	49,4%	36	46,8%	77	100,0%
Quadra de esportes	32	39,5%	1	1,2%	22	27,2%	26	32,1%	81	100,0%
Pátio Descoberto	28	26,9%	1	1,0%	45	43,3%	30	28,8%	104	100,0%
Área Verde	17	26,6%	1	1,6%	23	35,9%	23	35,9%	64	100,0%
Auditório	8	22,2%	-	-	11	30,6%	17	47,2%	36	100,0%
Piscina	-	-	-	-	1	16,7%	5	83,3%	6	100,0%
Sala de repouso	-	-	-	-	4	66,7%	2	33,3%	6	100,0%
Total de Escolas	39	16,5%	1	0,4%	102	43,0%	95	40,1%	237	100,0%
Total de unidades	194	-	6	-	317	-	276	-	793	-

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Tabela 44: Espaços disponíveis nas Escolas para áreas de estudo, situação em 2019

Tipos de Espaço	Estadual		Federal		Municipal		Privada		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sala multiuso	1	6,3%	-	-	8	50,0%	7	43,8%	16	100,0%
Sala/ateliê de artes	-	-	-	-	1	14,3%	6	85,7%	7	100,0%
Sala de música/coral	-	-	-	-	1	50,0%	1	50,0%	2	100,0%
Sala/estúdio de dança	-	-	-	-	-	-	1	100,0%	1	100,0%
Total de Escolas	39	16,5%	1	0,4%	102	43,0%	95	40,1%	237	100,0%
Total Geral	1	-	-	-	10	-	15	-	26	-

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Três escolas das 237 existentes possuem classes especiais, que compreendem 32 turmas com 64 alunos matriculados, sendo 9 (nove) na educação infantil e 55 (cinquenta e cinco) no ensino fundamental.

Tabela 45: Escolas que possuem classes especiais

Escolas	Quant.	(%)	
Não	129	54,4%	
Não se aplica	105	44,3%	
Sim	3	1,3%	
Total	237	100,0%	

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Tabela 46: Turmas de classes especiais

Turmas	Quant.	(%)	
Não	1.831	91,9%	
Não se aplica	129	6,5%	
Sim	32	1,6%	
Total	1.992	100,0%	

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Dos 24 (vinte e quatro) cursos disponibilizados no Município no ano de 2019, enfermagem se sobressai com 17,6% e na segunda posição os cursos de informática com 9,8%.

Tabela 47: Cursos técnicos disponíveis no Município no ano de 2019

Cursos técnicos	Quant.	(%)	
Enfermagem	9	17,6%	
Informática	5	9,8%	
Produção de Moda	4	7,8%	
Administração	3	5,9%	
Informática para Internet	3	5,9%	
Mecânica	3	5,9%	
Mecatrônica	3	5,9%	
Eletroeletrônica	2	3,9%	
Eletromecânica	2	3,9%	
Eletrotécnica	2	3,9%	
Logística	2	3,9%	
Análises clínicas	1	2,0%	
Automação Industrial	1	2,0%	
Contabilidade	1	2,0%	
Design de Interiores	1	2,0%	
Edificações	1	2,0%	
Eletrônica	1	2,0%	
Estética	1	2,0%	
Farmácia	1	2,0%	
Meio Ambiente	1	2,0%	
Química	1	2,0%	
Radiologia	1	2,0%	
Segurança do Trabalho	1	2,0%	
Tradução e Interpretação de Libras	1	2,0%	
Total	51	100,0%	

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

• Sobre Rendimento Escolar

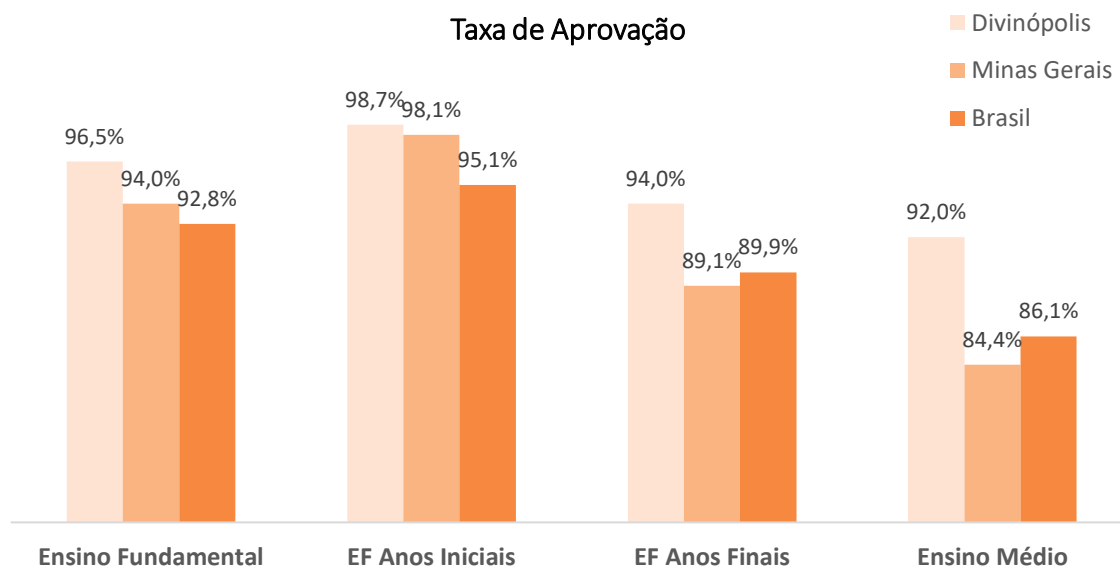
As Tabelas 49, 50 e 51, mostram as taxas de **Aprovação, Reprovação e Abandono** e análise do panorama geral do rendimento escolar no município de Divinópolis.

As maiores taxas de aprovação, estão concentradas nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com 98,7% de aprovados. Comparando com o Estado de MG e Brasil, Divinópolis apresenta as maiores taxas.

Tabela 48: Taxa de Aprovação em 2019 das escolas do Município

Localização	Dependência Administrativa	EF Anos Iniciais e Anos Finais	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Urbana	Municipal	93,9%	97,0%	88,7%	-
Urbana	Estadual	97,2%	99,8%	95,1%	91,2%
Urbana	Federal	-	-	-	92,1%
Urbana	Privada	98,9%	99,7%	97,6%	98,1%
Rural	Municipal	92,6%	93,5%	89,7%	-
Totais		96,5%	98,7%	94,0%	92,0%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

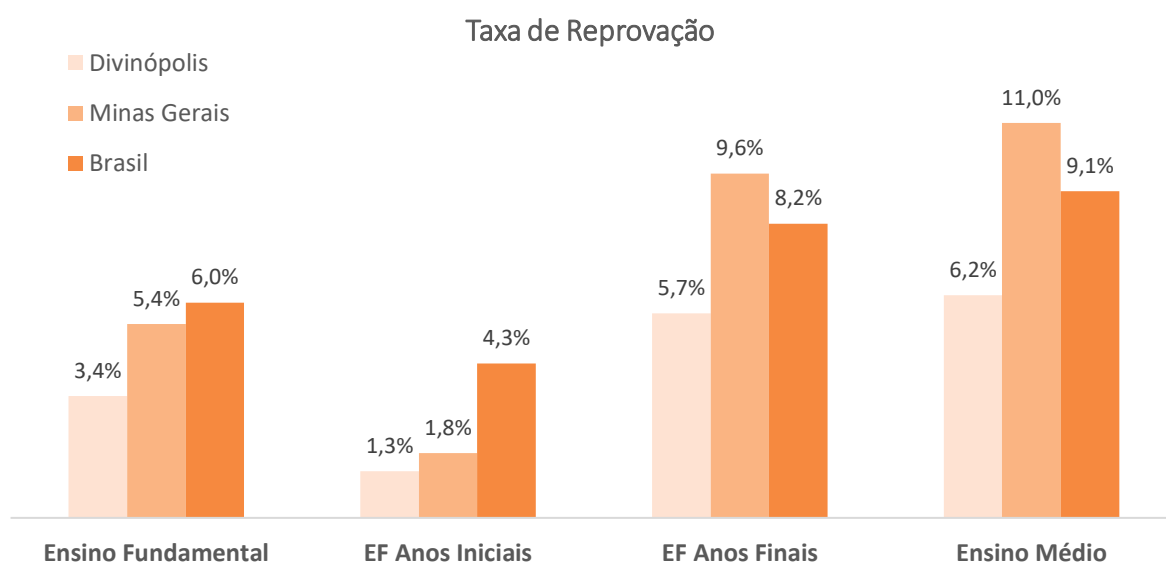


As maiores taxas de reprovação estão no Ensino Fundamental, Anos Finais (em média 5,7%) e no Ensino Médio (em média, 6,2%). Divinópolis se destaca com as menores taxas, quando comparada com o Estado de Minas Gerais e Brasil.

Tabela 49: Taxa de Reprovação em 2019 das escolas do Município

Localização	Dependência Administrativa	EF Anos Iniciais e Anos Finais	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Urbana	Municipal	5,8%	3,0%	10,5%	-
Urbana	Estadual	2,7%	0,2%	4,8%	6,7%
Urbana	Federal	-	-	-	7,9%
Urbana	Privada	1,1%	0,3%	2,4%	1,9%
Rural	Municipal	7,4%	6,5%	10,3%	-
Totais		3,4%	1,3%	5,7%	6,2%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.



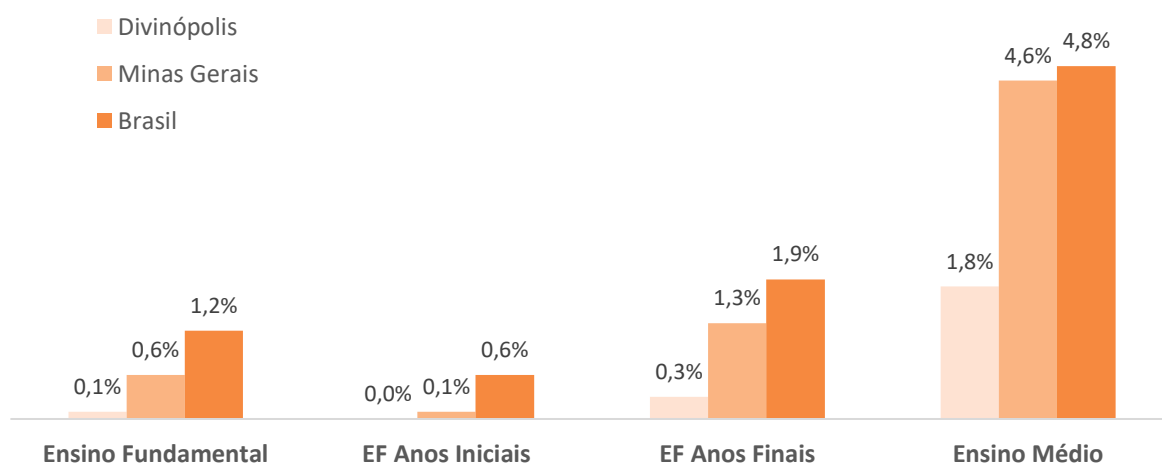
Sobre o abandono escolar, o Ensino Médio se sobressai com 1,8%. Novamente Divinópolis tem melhor posição quando comparada com as taxas do Estado de Minas Gerais e o Brasil.

Tabela 50: Taxa de Abandono em 2019 das escolas do Município

Localização	Dependência Administrativa	EF Anos Iniciais e Anos Finais	EF Anos Iniciais	EF Anos Finais	Ensino Médio
Urbana	Municipal	0,3%	-	0,8%	-
Urbana	Estadual	0,1%	-	0,1%	2,1%
Urbana	Federal	-	-	-	-
Urbana	Privada	-	-	-	-
Rural	Municipal	-	-	-	-
Totais		0,1%	0,0%	0,3%	1,8%

Fonte: INEP. Censo Escolar, 2019.

Taxa de Abandono



8.1 MAPA SOCIAL DO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E LAZER

Neste capítulo não está sendo apresentado o mapa dos indicadores por falta de registros por região geográfica. No entanto, o único indicador analisado a partir da base do censo de 2010: **População de 12 a 17 anos não alfabetizada**, sinaliza quatro regiões (8, 11, 18 e 20) de **alta prioridade** ou atenção do gestor neste eixo de direito.

Comparando o indicador da **população de 12 a 17 anos, não alfabetizada**, com os resultados dos indicadores do Perfil socioeconômico, três regiões: 11, 18 e 20 classificadas pelo método Quintil como **muito alta** no perfil socioeconômico, também estão nesta condição no indicador de **população de adolescentes não alfabetizada**, onde conclui-se que um dos motivos de não alfabetização pode ser decorrente da condição socioeconômica da população residente nas três regiões.

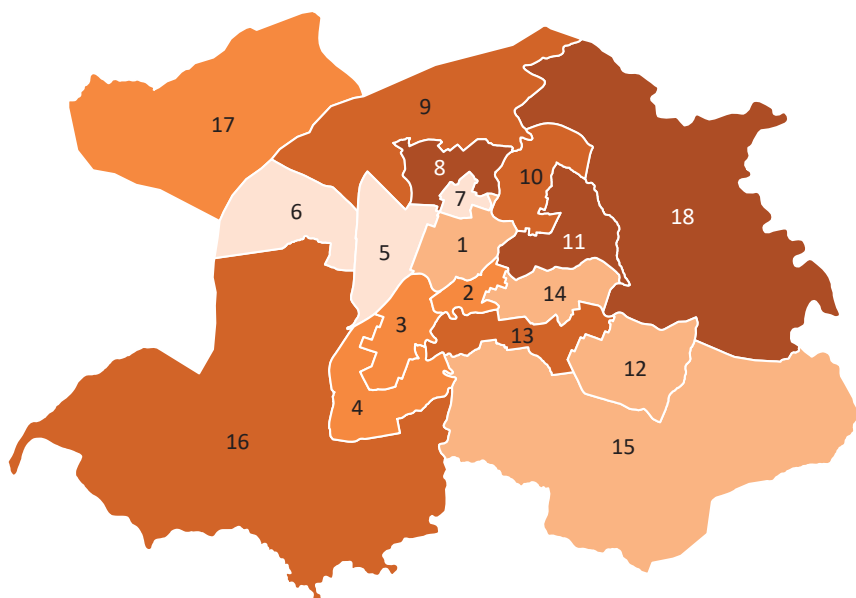
Representação gráfica do indicador por região geográfica

O mapa mostra as divisões das regiões, classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

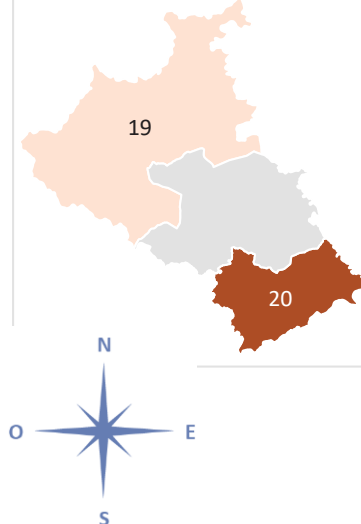
Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Legenda das Regiões Geográficas

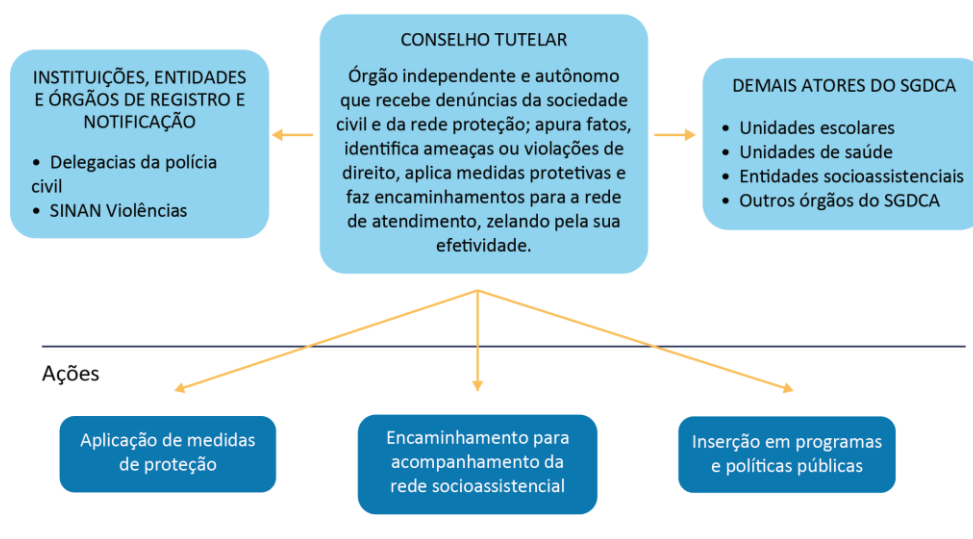
1	Centro	6	Noroeste I	11	Sudoeste I	16	Sudeste Distante III
2	Sudeste	7	Nordeste I	12	Sudoeste II	17	Sudeste Distante IV
3	Sudoeste IV	8	Nordeste II	13	Sudoeste distante	18	Sudeste Distante V
4	Sudoeste III	9	Sudeste Distante II	14	Noroeste II	19	Rural 1
5	Oeste	10	Sudeste Distante I	15	Nordeste Distante	20	Rural 2

9. INDICADORES DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

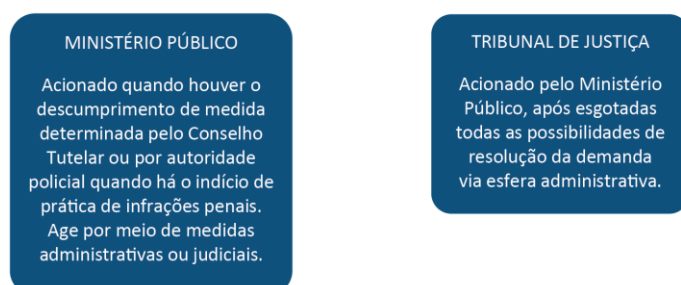
As crianças e adolescentes são sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos pela Constituição e demais leis infraconstitucionais, com destaque ao ECA. A garantia ao exercício da liberdade é fundamental para o seu desenvolvimento sadio e pleno, ao processo de formação da cidadania, assim como o direito ao respeito as protege contra qualquer ofensa ilícita ou que ameace sua integridade física ou moral, sendo dever de todos – família, Estado e sociedade - velar pela dignidade das crianças e dos adolescentes, pondo-os a salvo de quaisquer tratamentos desumano, violento, aterrorizante ou constrangedor.

Configuram como violações as situações de abandono, negligência, conflitos familiares, convivência com pessoas que fazem uso abusivo de álcool e drogas, trabalho infantil, falta de vagas em políticas socioassistenciais, educacionais de saúde etc., incluindo toda e qualquer forma de violência. A principal fonte de dados deste eixo é o Conselho Tutelar, órgão não jurisdicional, criado e disciplinado pelo ECA, com objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes, a ser acionado sempre que for identificada situação de abuso, ameaça suspeita ou situações e violação de tais direitos, conforme disciplina o ECA. Foram utilizados ainda como fonte o SINAN, da Secretaria de Segurança Pública do Estado e do CREAS /PAEFI, representados no organograma de atendimento abaixo.

Porta de entrada das situações de suspeita, ameaça ou de violação de direitos de criança e adolescente



Situações graves requerem a atuação paralela e em conjunto



Indicador 24: Densidade domiciliar de crianças e adolescentes

As Regiões 18 e 1 se destacam com a maior e menor densidade domiciliar de crianças e adolescentes entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 37,5% e (-) 37,5%.

Definição

População residente de 0 a 17 anos de idade, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	População residente de 0 a 17 anos	Indicador (média de moradores)
Região 1	9.429	4.846	0,5
Região 2	2.816	1.595	0,6
Região 7	2.009	1.312	0,7
Região 19	1.218	817	0,7
Região 3	5.476	3.850	0,7
Região 5	5.044	3.548	0,7
Região 8	2.397	1.761	0,7
Região 10	4.002	2.969	0,7
Região 13	3.372	2.887	0,9
Região 11	4.513	3.864	0,9
Região 14	2.698	2.344	0,9
Região 4	3.536	3.077	0,9
Região 6	2.237	1.993	0,9
Região 20	592	540	0,9
Região 17	1.596	1.477	0,9
Região 9	3.437	3.352	1,0
Região 16	3.463	3.469	1,0
Região 15	2.825	2.909	1,0
Região 12	3.652	3.918	1,1
Região 18	2.296	2.544	1,1
Município	66.608	53.072	0,8

Menor Valor	Região 1	0,5
Média	Divinópolis	0,8
Maior Valor	Região 18	1,1

2,2 vezes

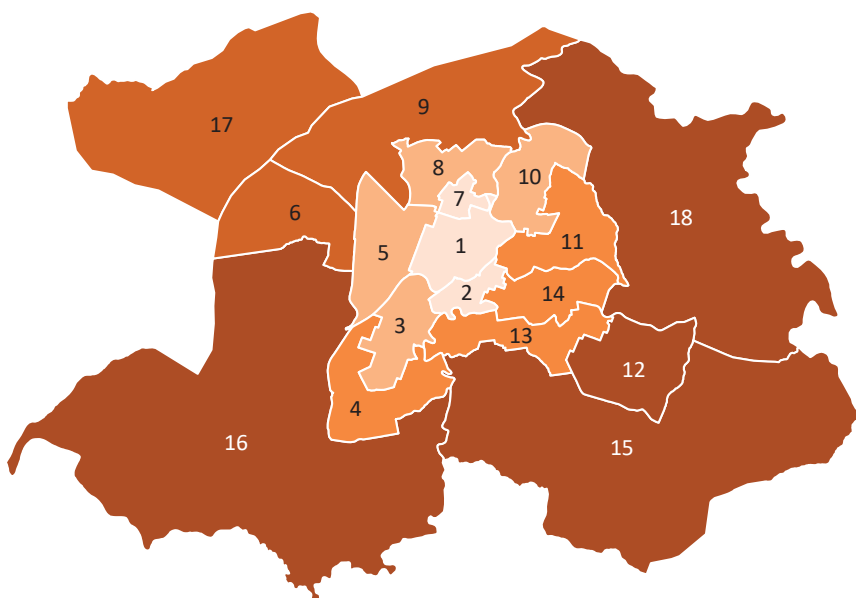
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

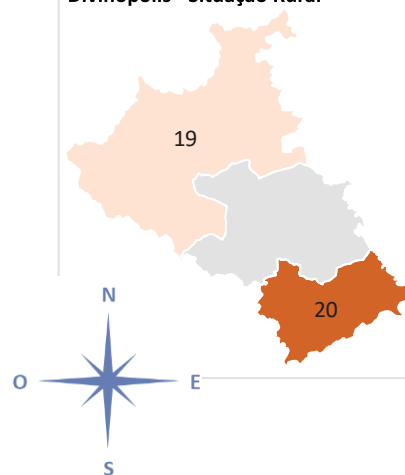
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 25: Denúncia de violações de Direitos das Crianças e dos Adolescentes

As Regiões 12 e 17 se destacam com a maior e menor percentual de denúncias de violações de direitos das crianças e dos adolescentes entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 136,4% e (-) 90,9%.

Região geográfica	População residente de 0 a 17 anos	Denúncias de violação de direito	Indicador (%)
Região 7	1.312	-	-
Região 17	1.477	1	0,1%
Região 1	4.846	18	0,4%
Região 11	3.864	25	0,6%
Região 5	3.548	24	0,7%
Região 20	540	4	0,7%
Região 3	3.850	30	0,8%
Região 4	3.077	24	0,8%
Região 9	3.352	28	0,8%
Região 14	2.344	23	1,0%
Região 6	1.993	20	1,0%
Região 10	2.969	31	1,0%
Região 19	817	9	1,1%
Região 13	2.887	32	1,1%
Região 8	1.761	21	1,2%
Região 18	2.544	37	1,5%
Região 16	3.469	58	1,7%
Região 2	1.595	28	1,8%
Região 15	2.909	70	2,4%
Região 12	3.918	101	2,6%
Não Informado	-	8	-
Município	53.072	592	1,1%

Definição

Denúncias de violações de direito da população de 0 a 17 anos de idade, dividido pelo total da população residente da mesma idade, vezes 100

Menor Valor	Região 17	0,1%
Média	Divinópolis	1,1%
Maior Valor	Região 12	2,6%

26,0 vezes

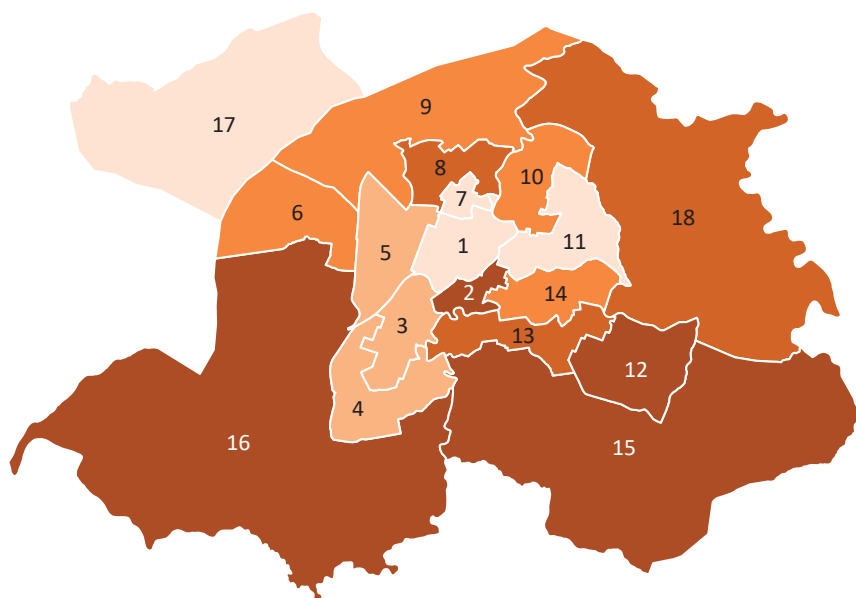
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

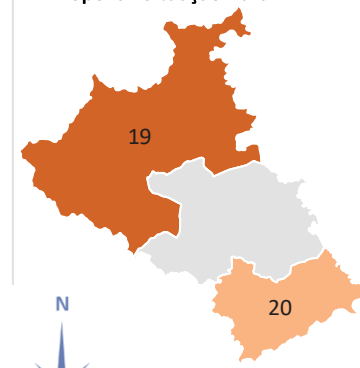
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: Conselho Tutelar, 2019

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Tendo em vista a não disponibilização pela Secretaria de Segurança do Estado e pelo Conselho Tutelar, dos nomes das crianças e dos adolescentes, se tornou inviável a construção de uma base unificada e consolidada com todos os registros de violência das bases oficiais (Delegacia, Conselho Tutelar e SINAN). Assim, os indicadores de violação e violência apresentados neste eixo foram calculados com base na pesquisa de percepção.

O Conselho Tutelar é órgão não jurisdicional, instituído pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e regulamentado por lei municipal, eletivo, com atributos de permanência, autonomia, e objetivo de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes, a ser acionado sempre que for identificada situações de abuso, ameaça ou risco contra esse público. Suas atribuições e competência de atuação estão disciplinadas no ECA, as quais compreende a aplicação de medida protetiva às crianças e adolescentes (artigo 101) e aos pais e responsáveis (artigo 129).

Na sintetização dos atendimentos do Conselho Tutelar baseou-se na classificação preconizada pelo Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (Sipia), cujos fatos comunicados foram agrupados por categorias. Dentre as medidas de proteção que podem ser aplicadas, estão o encaminhamento da criança ou do adolescente aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade, orientação, apoio e acompanhamento temporários, matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental, inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente, e requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial, entre outros.

Em 2019 o Conselho Tutelar registrou 592 notificações, entre violações de direitos e outros fatos comunicados. Dentre as notificações, destacam-se faltas reiteradas com 17,7% e negligências com 13%. As situações de maus tratos representam 4,4% do total de notificações e as de abuso sexual 4,1%.

Tabela 51: Fatos comunicados no Conselho Tutelar por categoria

Categoria do fato	Notificações	(%)	
Faltas reiteradas	105	17,7%	
Negligências	77	13,0%	
Vagas escolares	76	12,8%	
Declarações ou documentos	71	12,0%	
Não informado	64	10,8%	
Orientações	54	9,1%	
Posto de saúde (acesso)	38	6,4%	
Desvio de conduta	30	5,1%	
Maus tratos	26	4,4%	
Abuso sexual	24	4,1%	
Vagas CMEI (Vaga escolar)	21	3,5%	
Alienação parental	3	0,5%	
Transportes escolares	2	0,3%	
Encaminhamento	1	0,2%	
Total	592	100,0%	

Fonte: Conselho Tutelar, 2019.

Indicador 26: População de 12 a 17 anos de idade em cumprimento de MSE

As Regiões 12 e 1 se destacam com a maior e menor população de 12 a 17 anos de idade em cumprimento de MSE entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 164,7% e (-) 83,5%.

Região geográfica	População residente de 12 a 17 anos	População de 12 a 17 anos em MSE	Indicador (por 1.000 habitantes)
Região 20	208	-	-
Região 7	561	-	-
Região 19	329	-	-
Região 1	2.081	3	1,4
Região 17	518	1	1,9
Região 5	1.491	5	3,4
Região 4	1.163	4	3,4
Região 10	1.062	4	3,8
Região 3	1.547	7	4,5
Região 2	658	3	4,6
Região 9	1.321	8	6,1
Região 6	722	7	9,7
Região 13	1.097	11	10,0
Região 18	892	11	12,3
Região 11	1.458	18	12,3
Região 8	701	9	12,8
Região 14	892	12	13,5
Região 15	1.039	16	15,4
Região 16	1.226	23	18,8
Região 12	1.420	32	22,5
Não Informado	-	2	-
Município	20.386	176	8,5

Definição

População de 12 a 17 anos de idade, em cumprimento de MSE, dividido pelo total da população residente da mesma idade, vezes 1000

Menor Valor	Região 1	1,4
Média	Divinópolis	8,5
Maior Valor	Região 12	22,5

16,1 vezes

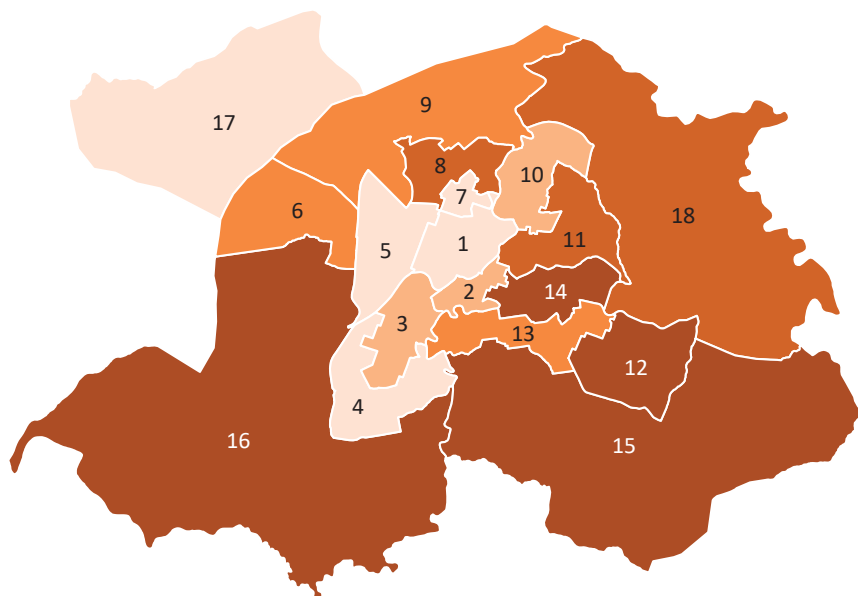
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

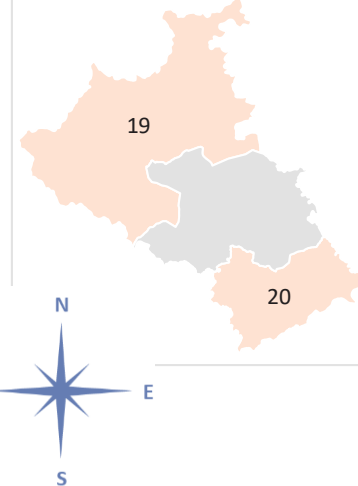
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Secretaria Estadual de Segurança Pública, 2019

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Dos 176 adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas, 27 (vinte e sete) 15,3% têm de 12 a 14 anos, 19 (dezenove) 10,8% são do sexo feminino, e 90,3% a medida é de Liberdade Assistida.

Tabela 52: Faixa etária dos adolescentes em cumprimento de MSE

Faixa etária	Quant.	(%)
De 12 a 14 anos	27	15,3%
De 15 a 17 anos	149	84,7%
Total	176	100,0%

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, 2019

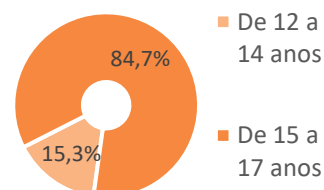


Tabela 53: Sexo dos adolescentes em cumprimento de MSE

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	157	89,2%
Feminino	19	10,8%
Total	176	100,0%

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, 2019

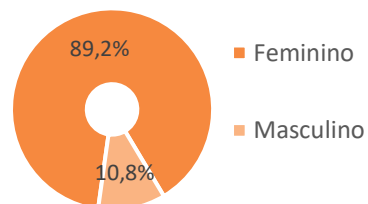


Tabela 54: Tipo de medida dos adolescentes em cumprimento de MSE

Tipo de medida	Quant.	(%)
Liberdade assistida	159	90,30%
Prestação de serviços à comunidade	14	8,00%
Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade	3	1,70%
Total	176	100,0%

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, 2019



Indicador 27: População de 18 a 21 anos de idade em cumprimento de MSE

As Regiões 12 e 1 possuem a maior e menor população de 18 a 21 anos de idade em cumprimento de MSE entre as regiões, e apresentam variação em torno da média de (+) 181,3% e (-) 76,9%.

Região geográfica	População residente de 18 a 21 anos	População de 18 a 21 anos em MSE	Indicador (por 1.000 habitantes)
Região 20	120	-	-
Região 4	823	-	-
Região 7	471	-	-
Região 19	203	-	-
Região 1	1.883	4	2,1
Região 10	858	2	2,3
Região 17	396	1	2,5
Região 5	1.014	3	3,0
Região 9	845	4	4,7
Região 3	1.288	9	7,0
Região 11	1.023	9	8,8
Região 13	743	7	9,4
Região 6	511	5	9,8
Região 8	483	5	10,4
Região 14	666	8	12,0
Região 18	558	9	16,1
Região 2	579	11	19,0
Região 15	694	16	23,1
Região 16	770	19	24,7
Região 12	860	22	25,6
Não Informado	-	1	-
Município	14.788	135	9,1

Definição

População de 18 a 21 anos de idade em cumprimento de MSE, dividido pelo total da população residente da mesma idade, vezes 1000

Menor Valor

Região 1

2,1

Média

Divinópolis

9,1

Maior Valor

Região 12

25,6

12,2 vezes

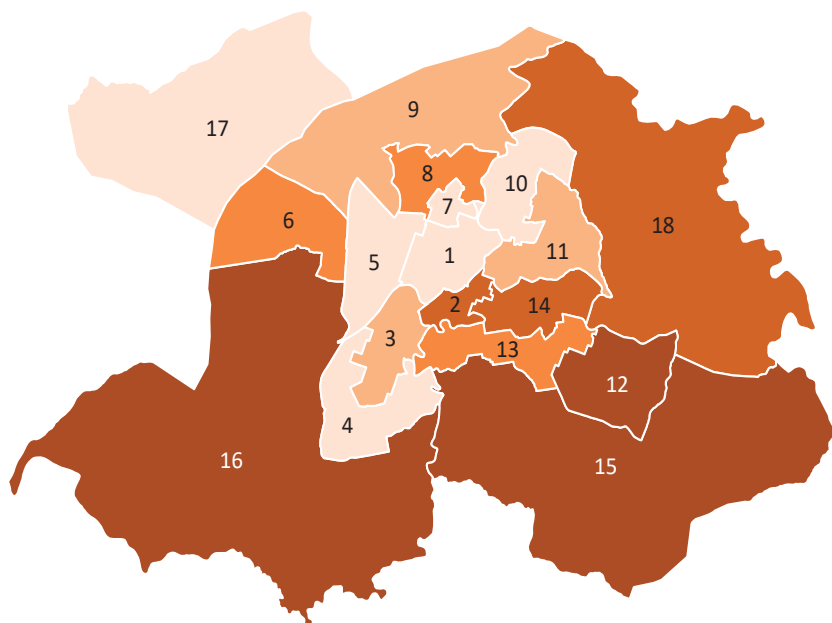
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

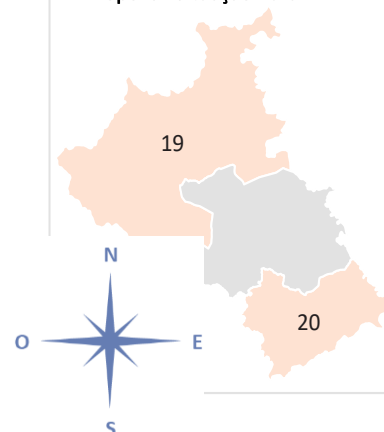
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Secretaria Estadual de Segurança Pública, 2019

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



O perfil predominante dos jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de medidas socioeducativas é masculino (94,1%) e o tipo de medida liberdade assistida, com 78%.

Tabela 55: Sexo dos jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de MSE

Sexo	Quant.	(%)
Masculino	127	94,1%
Feminino	8	5,9%
Total	135	100,0%

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, 2019

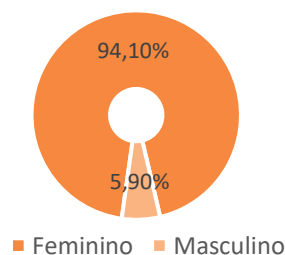


Tabela 56: Tipo de medida dos jovens de 18 a 21 anos em cumprimento de MSE

Tipo de medida	Quant.	(%)
Liberdade assistida	105	78%
Liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade	15	11%
Prestação de serviços à comunidade	15	11%
Total	135	100,0%

Fonte: Secretaria Estadual de Segurança Pública, 2019



Tabela 57: Histórico de crimes violentos

Ano	População estimada pelo IBGE	Registro de crimes violentos	Taxa (por 1.000 hab.)	Variação percentual
2016	232.945	3.052	13,10	-
2017	234.937	2.103	8,95	-32%
2018	235.977	1.530	6,48	-28%
2019	238.230	1.175	4,93	-24%
2020	238.230	343	1,44	-45%

Fonte: Armazém de Dados do Sistema Integrado de Defesa Social

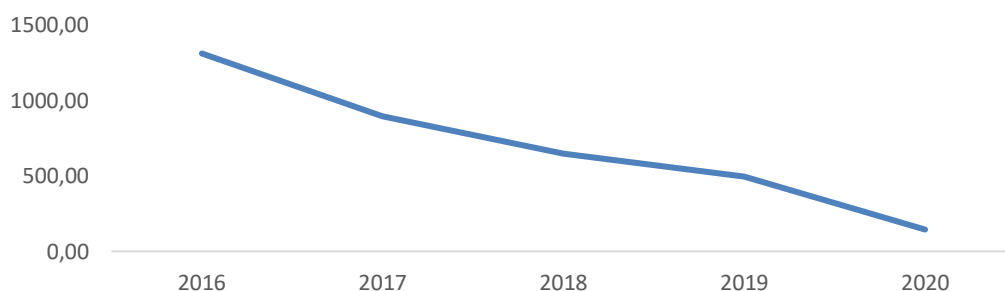


Tabela 58: Histórico de estupro de vulnerável

Ano	População estimada pelo IBGE	Registro de estupros de vulnerável	Taxa Por 1.000 hab.	Variação percentual
2016	232.945	30	12,9	-
2017	234.937	51	21,7	+68,6%
2018	235.977	40	17,0	-21,9%
2019	238.230	62	26,0	+53,5%
2020	238.230	6	2,5	-79,3%

Fonte: Armazém de Dados do Sistema Integrado de Defesa Social

Indicador 28: Mortalidade Juvenil

As Regiões 12 e 5 se destacam com a maior e menor taxa de mortalidade juvenil entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 140,0% e (-) 80,0%.

Definição

Óbitos da população residente de 15 a 29 anos de idade, dividido pelo total da população residente da mesma idade, vezes 1000

Menor Valor	Região 5	0,2
Média	Divinópolis	1,0
Maior Valor	Região 12	2,4

12,0 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

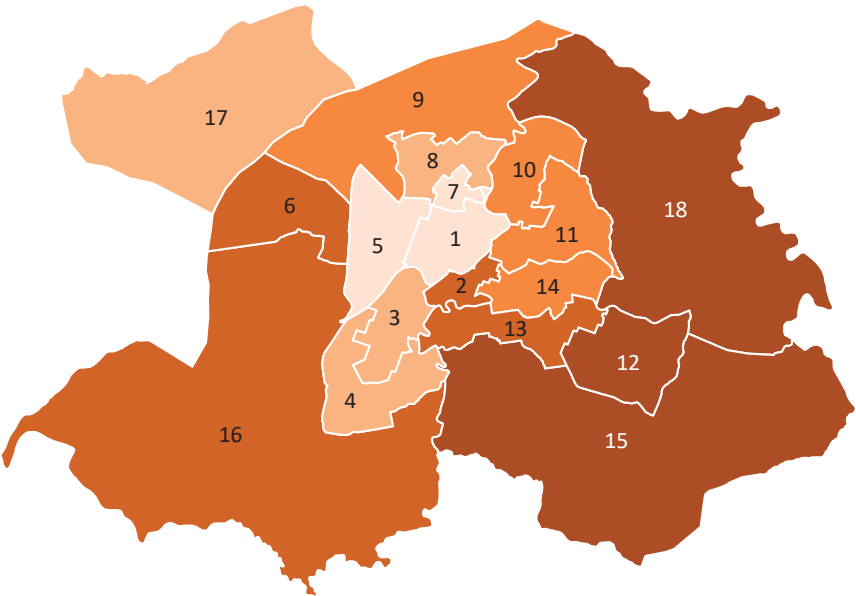
Região geográfica	População residente de 15 a 29 anos	Óbitos da população de 15 a 29 anos	Indicador (por mil habitantes)
Região 19	769	-	-
Região 7	1.683	-	-
Região 5	4.013	1	0,2
Região 1	6.763	2	0,3
Região 4	3.162	1	0,3
Região 8	1.896	1	0,5
Região 3	4.618	3	0,6
Região 17	1.425	1	0,7
Região 11	3.697	3	0,8
Região 14	2.433	2	0,8
Região 10	3.277	3	0,9
Região 9	3.113	3	1,0
Região 13	2.931	3	1,0
Região 16	2.999	4	1,3
Região 2	2.051	3	1,5
Região 6	1.993	3	1,5
Região 15	2.538	4	1,6
Região 20	469	1	2,1
Região 18	2.195	5	2,3
Região 12	3.334	8	2,4
Não Informado	-	3	-
Município	55.359	54	1,0

Fonte: IBGE (2010), SIM (2019)

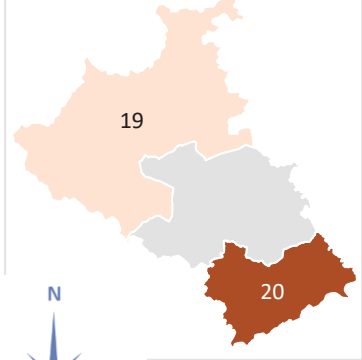
Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 29: Entrevistados que sofreram algum tipo de violência

As Regiões 17 e 3 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados que sofreram algum tipo de violência entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 56,6% e (-) 29,9%.

Região geográfica	Total de entrevistados	Entrevistados que sofreram algum tipo de violência	Indicador (%)
Região 3	62	20	32,3%
Região 20	15	5	33,3%
Região 16	44	15	34,1%
Região 10	34	12	35,3%
Região 1	73	26	35,6%
Região 8	25	9	36,0%
Região 4	40	17	42,5%
Região 9	31	14	45,2%
Região 12	75	34	45,3%
Região 19	15	7	46,7%
Região 11	45	21	46,7%
Região 18	32	15	46,9%
Região 14	34	16	47,1%
Região 2	29	15	51,7%
Região 15	37	20	54,1%
Região 7	17	10	58,8%
Região 6	24	15	62,5%
Região 5	49	31	63,3%
Região 13	37	24	64,9%
Região 17	18	13	72,2%
Município	736	339	46,1%

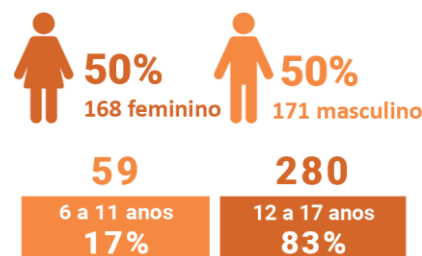
Definição

Entrevistados que sofreram algum tipo de violência, dividido pelo total de entrevistados, vezes 100

Menor Valor	Região 3	32,3%
Média	Divinópolis	46,1%
Maior Valor	Região 17	72,2%

2,2 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

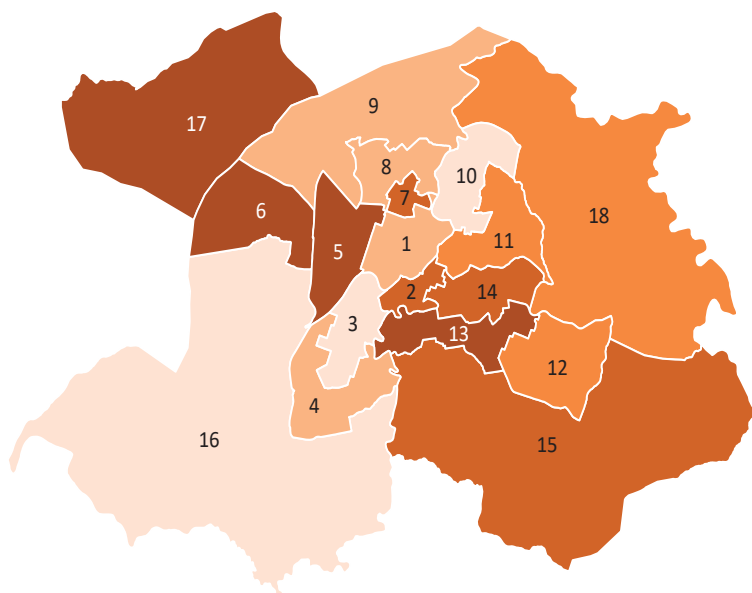


Os percentuais de sexo e faixa etária estão calculados sobre 339 entrevistados, porém, no cálculo sobre a amostra (736) representa 46,1%.

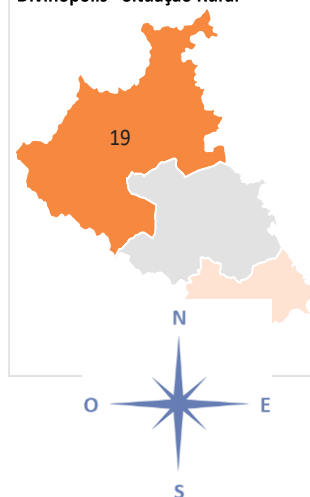
Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2020

Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Indicador 30: Entrevistados que sofreram violência física

As Regiões 13 e 11 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados que sofreram violência física entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 350,0% e (-) 26,7%.

Região geográfica	Total de entrevistados	Entrevistados que sofreram violência física	Indicador (%)
Região 9	31	-	-
Região 5	49	-	-
Região 8	25	-	-
Região 16	44	-	-
Região 10	34	-	-
Região 2	29	-	-
Região 20	15	-	-
Região 18	32	-	-
Região 4	40	-	-
Região 17	18	-	-
Região 11	45	1	2,2%
Região 1	73	2	2,7%
Região 3	62	2	3,2%
Região 6	24	1	4,2%
Região 12	75	4	5,3%
Região 15	37	2	5,4%
Região 14	34	2	5,9%
Região 7	17	1	5,9%
Região 19	15	2	13,3%
Região 13	37	5	13,5%
Município	736	22	3,0%

Definição

Entrevistados que sofreram violência física, dividido pelo total de entrevistados, vezes 100

Menor Valor	Região 11	2,2%
Média	Divinópolis	3%
Maior Valor	Região 13	13,5%

6,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

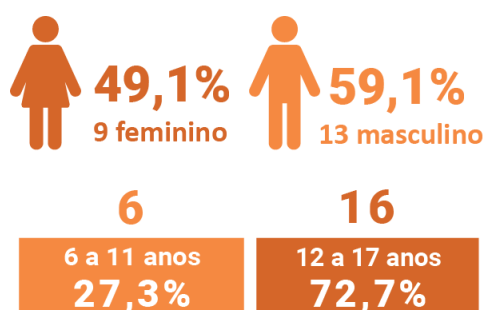
Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes

residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.



Os percentuais de sexo e faixa etária estão calculados sobre 22 entrevistados, porém, no cálculo sobre a amostra (736) representa 3,0%.

Legenda das Regiões geográficas

1 Centro	6 Noroeste I	11 Sudoeste I	16 Sudeste Distante III
2 Sudeste	7 Nordeste I	12 Sudoeste II	17 Sudeste Distante IV
3 Sudoeste IV	8 Nordeste II	13 Sudoeste distante	18 Sudeste Distante V
4 Sudoeste III	9 Sudeste Distante II	14 Noroeste II	19 Rural 1
5 Oeste	10 Sudeste Distante I	15 Nordeste Distante	20 Rural 2

Indicador 31: Entrevistados que sofreram violência psicológica

As Regiões 13 e 5 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados que sofreram violência psicológica entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 102,5% e (-) 61,9%.

Região geográfica	Total de entrevistados	Entrevistados que sofreram violência psicológica	Indicador (%)
Região 5	49	3	6,1%
Região 20	15	1	6,7%
Região 19	15	1	6,7%
Região 8	25	2	8,0%
Região 16	44	4	9,1%
Região 9	31	3	9,7%
Região 2	29	3	10,3%
Região 1	73	9	12,3%
Região 18	32	4	12,5%
Região 6	24	3	12,5%
Região 10	34	5	14,7%
Região 3	62	10	16,1%
Região 17	18	3	16,7%
Região 4	40	7	17,5%
Região 11	45	9	20,0%
Região 14	34	7	20,6%
Região 12	75	17	22,7%
Região 15	37	10	27,0%
Região 7	17	5	29,4%
Região 13	37	12	32,4%
Município	736	118	16,0%

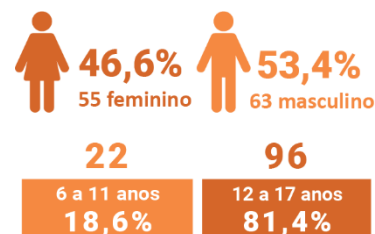
Definição

Entrevistados que sofreram violência psicológica, dividido pelo total de entrevistados, vezes 100

Menor Valor	Região 5	6,1%
Média	Divinópolis	16%
Maior Valor	Região 13	32,4%

5,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

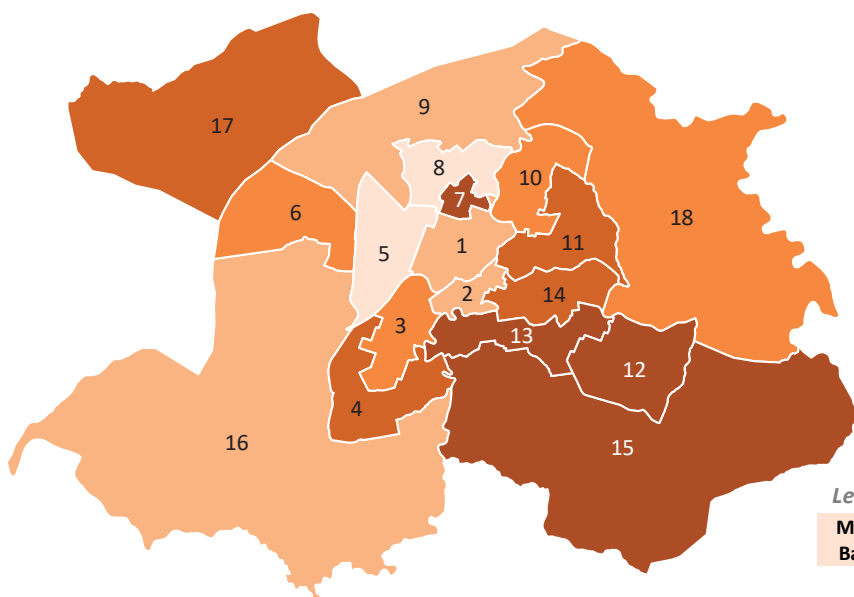


Os percentuais de sexo e faixa etária estão calculados sobre 118 entrevistados, porém, no cálculo sobre a amostra (736) representa 16,0%.

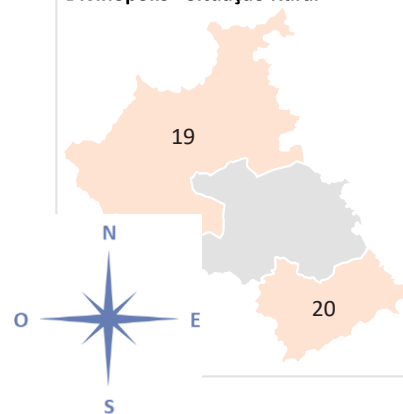
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Indicador 32: Entrevistados que sofreram violência sexual

As Regiões 17 e 5 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados que sofreram violência sexual entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 211,1% e (+) 11,1%.

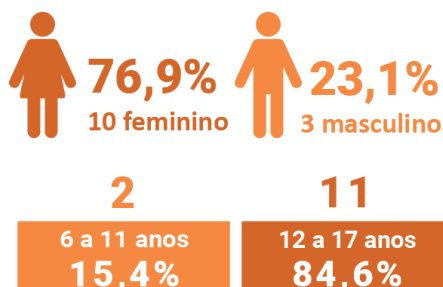
Região geográfica	Total de entrevistados	Entrevistados que sofreram violência sexual	Indicador (%)	Definição		
				Entrevistados que sofreram violência sexual, dividido pelo total de entrevistados, vezes 100		
Região 9	31	-	-			
Região 7	17	-	-			
Região 8	25	-	-			
Região 16	44	-	-			
Região 19	15	-	-	Menor Valor	Região 5	2%
Região 10	34	-	-	Média	Divinópolis	1,8%
Região 11	45	-	-	Maior Valor	Região 17	5,6%
Região 20	15	-	-			
Região 18	32	-	-			
Região 3	62	-	-			
Região 14	34	-	-			
Região 4	40	-	-			
Região 5	49	1	2,0%	2,8 vezes		
Região 13	37	1	2,7%			
Região 2	29	1	3,4%	É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões		
Região 12	75	3	4,0%			
Região 1	73	3	4,1%			
Região 6	24	1	4,2%			
Região 15	37	2	5,4%			
Região 17	18	1	5,6%			
Município	736	13	1,8%			

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.



Os percentuais de sexo e faixa etária estão calculados sobre 13 entrevistados, porém, no cálculo sobre a amostra (736) representa 1,8%.

Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	6 Noroeste I	11 Sudoeste I	16 Sudeste Distante III
2 Sudeste	7 Nordeste I	12 Sudoeste II	17 Sudeste Distante IV
3 Sudoeste IV	8 Nordeste II	13 Sudoeste distante	18 Sudeste Distante V
4 Sudoeste III	9 Sudeste Distante II	14 Noroeste II	19 Rural 1
5 Oeste	10 Sudeste Distante I	15 Nordeste Distante	20 Rural 2

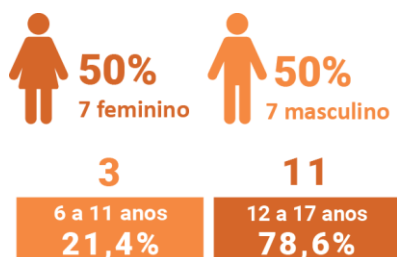
Indicador 33: Entrevistados que sofreram negligência

As Regiões 19 e 12 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados que sofreram negligência entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 67,5% e (-) 67,5%.

				Definição		
Região geográfica	Total de entrevistados	Entrevistados que sofreram negligência	Indicador (%)	Entrevistados que sofreram negligência, dividido pelo total de entrevistados, vezes 100		
Região 9	31	-	-	Menor Valor Região 12 1,3% Média Divinópolis 4,0% Maior Valor Região 19 6,7%		
Região 5	49	-	-			
Região 8	25	-	-			
Região 16	44	-	-			
Região 10	34	-	-			
Região 11	45	-	-			
Região 20	15	-	-			
Região 14	34	-	-			
Região 4	40	-	-			
Região 12	75	1	1,3%	5,0 vezes É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões		
Região 3	62	1	1,6%			
Região 15	37	1	2,7%			
Região 18	32	1	3,1%			
Região 2	29	1	3,4%			
Região 1	73	3	4,1%			
Região 6	24	1	4,2%			
Região 13	37	2	5,4%			
Região 17	18	1	5,6%			
Região 7	17	1	5,9%	Legenda Muito Baixo Baixo Médio Alto Muito Alto		
Região 19	15	1	6,7%			
Município	736	14	5,0			

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.



Os percentuais de sexo e faixa etária estão calculados sobre 14 entrevistados, porém, no cálculo sobre a amostra (736) representa 5,0%.

Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	6 Noroeste I	11 Sudoeste I	16 Sudeste Distante III
2 Sudeste	7 Nordeste I	12 Sudoeste II	17 Sudeste Distante IV
3 Sudoeste IV	8 Nordeste II	13 Sudoeste distante	18 Sudeste Distante V
4 Sudoeste III	9 Sudeste Distante II	14 Noroeste II	19 Rural 1
5 Oeste	10 Sudeste Distante I	15 Nordeste Distante	20 Rural 2

Indicador 34: Entrevistados que sofreram violência bullying ou cyberbullying

As Regiões 17 e 10 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados que sofreram bullying ou cyberbullying entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 80,9% e (-) 41,1%.

Região geográfica	Total de entrevistados	Entrevistados que sofreram bullying ou cyberbullying	Indicador (%)
Região 10	34	8	23,5%
Região 3	62	16	25,8%
Região 20	15	4	26,7%
Região 12	75	23	30,7%
Região 16	44	14	31,8%
Região 1	73	24	32,9%
Região 7	17	6	35,3%
Região 8	25	9	36,0%
Região 11	45	17	37,8%
Região 9	31	12	38,7%
Região 4	40	16	40,0%
Região 19	15	6	40,0%
Região 14	34	14	41,2%
Região 18	32	14	43,8%
Região 15	37	17	45,9%
Região 2	29	14	48,3%
Região 13	37	22	59,5%
Região 5	49	30	61,2%
Região 6	24	15	62,5%
Região 17	18	13	72,2%
Município	736	294	39,9%

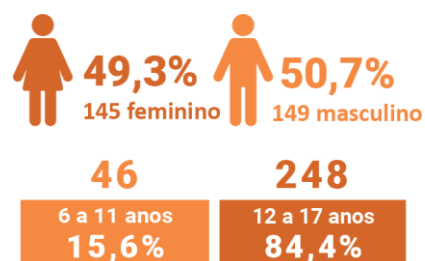
Definição

Entrevistados que sofrem bullying ou cyberbullying, dividido pelo total de entrevistados, vezes 100

Menor Valor	Região 10	23,5%
Média	Divinópolis	39,9%
Maior Valor	Região 17	72,2%

3,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

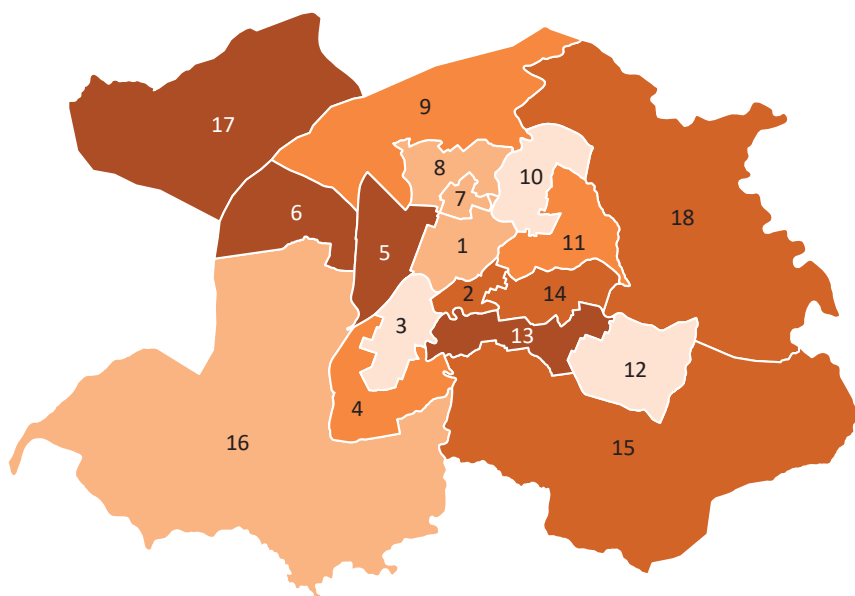


Os percentuais de sexo e faixa etária estão calculados sobre 294 entrevistados, porém, no cálculo sobre a amostra (736) representa 39,9%.

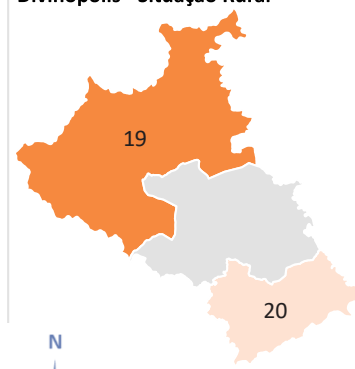
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 35: Entrevistados envolvidos com tráfico de drogas

As Regiões 15 e 12 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados envolvidos com tráfico de drogas entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 350,0% e (+) 8,3%.

				Definição		
Região geográfica	Total de entrevistados	Entrevistados envolvidos com tráfico de drogas	Indicador (%)	Entrevistados envolvidos com tráfico de drogas, dividido pelo total de entrevistados, vezes 100		
Região 20	15	-	-			
Região 9	31	-	-			
Região 8	25	-	-			
Região 3	62	-	-			
Região 5	49	-	-			
Região 13	37	-	-			
Região 10	34	-	-	Menor Valor	Região 12	1,3%
Região 6	24	-	-	Média	Divinópolis	1,2%
Região 7	17	-	-	Maior Valor	Região 15	5,4%
Região 19	15	-	-			
Região 11	45	-	-			
Região 14	34	-	-			
Região 17	18	-	-			
Região 12	75	1	1,3%	4,2 vezes É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões		
Região 16	44	1	2,3%			
Região 4	40	1	2,5%			
Região 1	73	2	2,7%			
Região 18	32	1	3,1%			
Região 2	29	1	3,4%			
Região 15	37	2	5,4%			
Município	736	9	1,2%	Legenda		
				Muito Baixo	Baixo	Médio
					Alto	Muito Alto

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.

Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	6 Noroeste I	11 Sudoeste I	16 Sudeste Distante III
2 Sudeste	7 Nordeste I	12 Sudoeste II	17 Sudeste Distante IV
3 Sudoeste IV	8 Nordeste II	13 Sudoeste distante	18 Sudeste Distante V
4 Sudoeste III	9 Sudeste Distante II	14 Noroeste II	19 Rural 1
5 Oeste	10 Sudeste Distante I	15 Nordeste Distante	20 Rural 2

9.2 MAPA SOCIAL DO DIREITO À LIBERDADE, RESPEITO E DIGNIDADE

O mapa social retrata a situação das 20 (vinte) regiões geográficas, de acordo com a posição do indicador de cada região em relação à média geral do Município. A finalidade deste mapa é apresentar de maneira simplista o panorama de prioridades do Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade, para a população infanto Juvenil residentes no município.

		Indicadores do Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade – 12 indicadores													
MÉDIA (Parâmetro)	0,8	1,1%	8,5	9,1	1,0	46,1%	3,0%	16,0%	1,8%	4,0%	39,9%	1,2%	TOTAL CONTAGEM		
	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>	>			
REGIÕES GEOGRÁFICAS	Taxa de crianças ou adolescentes por domicílio	Denúncia de violações dos Direitos de crianças e Adolescentes	Adolescentes com idade de 12 a 17 anos em cumprimento de MSE	Jovens com idade de 18 a 21 anos em cumprimento de MSE	Mortes Juvenis	Entrevistados que sofreram algum tipo de violência	Entrevistados que sofreram violência física	Entrevistados que sofreram violência psicológica	Entrevistados que sofreram violência sexual	Entrevistados que sofreram negligência	Entrevistados que sofreram violência bullying ou cyberbullying	Entrevistados envolvidos com tráfico de drogas	Contagem de Indicadores por região	Percentual sobre o total de indicadores	
10	0,7	1,0%	3,8	2,3	0,9	35,3%	-	14,7%	-	-	23,5%	-	-	-	
9	1,0	0,8%	6,1	4,7	1,0	45,2%	-	9,7%	-	-	38,7%	-	1	7,7%	
3	0,7	0,8%	4,5	7,0	0,6	32,3%	3,2%	16,1%	-	1,6%	25,8%	-	2	15,4%	
20	0,9	0,7%	-	-	2,1	33,3%	-	6,7%	-	-	26,7%	-	2	15,4%	
1	0,5	0,4%	1,4	2,1	0,3	35,6%	2,7%	12,3%	4,1%	4,1%	32,9%	2,7%	3	23,1%	
5	0,7	0,7%	3,4	3,0	0,2	63,3%	-	6,1%	2,0%	-	61,2%	-	3	23,1%	
8	0,7	1,2%	12,8	10,4	0,5	36,0%	-	8,0%	-	-	36,0%	-	3	23,1%	
4	0,9	0,8%	3,4	-	0,3	42,5%	-	17,5%	-	-	40,0%	2,5%	4	30,8%	
7	0,7	-	-	-	-	58,8%	5,9%	29,4%	-	5,9%	35,3%	-	4	30,8%	
11	0,9	0,6%	12,3	8,8	0,8	46,7%	2,2%	20,0%	-	-	37,8%	-	4	30,8%	
19	0,7	1,1%	-	-	-	46,7%	13,3%	6,7%	-	6,7%	40,0%	-	4	30,8%	
16	1,0	1,7%	18,8	24,7	1,3	34,1%	-	9,1%	-	-	31,8%	2,3%	6	46,2%	
17	0,9	0,1%	1,9	2,5	0,7	72,2%	-	16,7%	5,6%	5,6%	72,2%	-	6	46,2%	
2	0,6	1,8%	4,6	19,0	1,5	51,7%	-	10,3%	3,4%	3,4%	48,3%	3,4%	7	53,8%	
14	0,9	1,0%	13,5	12,0	0,8	47,1%	5,9%	20,6%	-	-	41,2%	-	7	53,8%	
18	1,1	1,5%	12,3	16,1	2,3	46,9%	-	12,5%	-	3,1%	43,8%	3,1%	8	61,5%	
6	0,9	1,0%	9,7	9,8	1,5	62,5%	4,2%	12,5%	4,2%	4,2%	62,5%	-	9	69,2%	
12	1,1	2,6%	22,5	25,6	2,4	45,3%	5,3%	22,7%	4,0%	1,3%	30,7%	1,3%	9	69,2%	
13	0,9	1,1%	10,0	9,4	1,0	64,9%	13,5%	32,4%	2,7%	5,4%	59,5%	-	9	69,2%	
15	1,0	2,4%	15,4	23,1	1,6	54,1%	5,4%	27,0%	5,4%	2,7%	45,9%	5,4%	11	84,6%	

Fonte: Paineis Pesquisas e Consultoria, 2020

- **Representação gráfica do indicador por região geográfica**

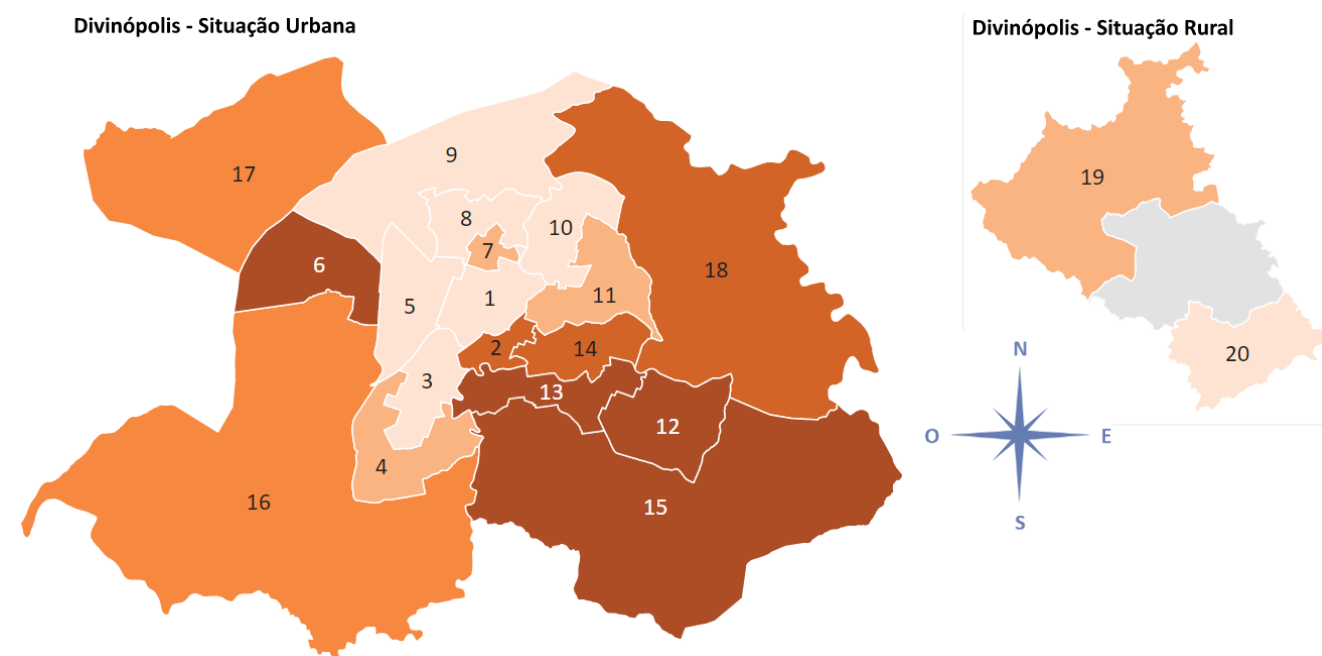
O mapa mostra as divisões das regiões, classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Dos 12 (doze) indicadores analisados neste Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade, a contagem máxima alcançou 11 (onze) indicadores acima da média geral do Município (84,6%) do total.

As regiões 6, 12, 13 e 15, aparecem com a maior incidência de indicadores, acima da média geral do Município, indicando ao gestor quais as prioridades neste eixo de direito, com destaque para a Região 15 com 11 (onze) indicadores, maior prioridade entre todas as regiões, seguido das regiões 6, 12 e 13, com 9 (nove) indicadores nesta condição.



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro	6	Noroeste I	11	Sudoeste I	16	Sudeste Distante III
2	Sudeste	7	Nordeste I	12	Sudoeste II	17	Sudeste Distante IV
3	Sudoeste IV	8	Nordeste II	13	Sudoeste distante	18	Sudeste Distante V
4	Sudoeste III	9	Sudeste Distante II	14	Noroeste II	19	Rural 1
5	Oeste	10	Sudeste Distante I	15	Nordeste Distante	20	Rural 2

10. INDICADORES DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Prevê o ECA que “toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, [...]”. Esse direito nasce do reconhecimento de que o ambiente familiar é o espaço adequado para o seu pleno desenvolvimento, como dever da família, junto com ao Estado e a sociedade, de assegurar a efetivação, garantia e exercício de seus direitos fundamentais e de “colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.¹⁶

As situações que envolvem risco ou mesmo a violação do direito a convivência familiar ou comunitária representam um grande desafio ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), pois atravessam os liames da família e da comunidade e requerem a intervenção do Estado e a aplicação de medidas de atenção, defesa e de proteção. A execução dessas medidas implica a orientação, articulação, mobilização, para prover apoio às famílias em situação de vulnerabilidade, de prestar cuidados alternativos às crianças e aos adolescentes afastados do convívio com a família de origem, e, de tomar decisões relativas à atribuição de guarda legal e adoção em situações necessárias.

O SGDCA compreende todos os eixos fundamentais do ECA, de modo a garantir que os direitos preconizados em lei sejam efetivos, tendo como protagonistas de atuação neste tema, a Política da Assistência Social e o Conselho Tutelar, em conjunto com os órgãos do sistema jurídico, conforme delineado no organograma que segue. A estrutura da rede socioassistencial fundamenta os principais dados utilizados neste eixo de direito.

- **Organograma do fluxo de atendimento do Direito à Convivência Familiar e Comunitária**



¹⁶ Artigos 227 da Constituição Federal combinado com Artigo 3º do ECA.

Indicador 36: Responsável adolescente

As Regiões 18 e 8 se destacam com a maior e menor taxa por mil habitantes, de responsáveis adolescentes entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 422% e (-) 92%.

Região geográfica	Total de Responsáveis por domicílio	Responsáveis Adolescentes por domicílio	Indicador (por mil habitantes)
Região 8	2.399	1	0,4
Região 6	2.239	2	0,9
Região 4	3.541	4	1,1
Região 19	1.220	2	1,6
Região 11	4.523	8	1,8
Região 15	2.832	7	2,5
Região 1	9.435	24	2,5
Região 13	3.384	9	2,7
Região 5	5.050	14	2,8
Região 16	3.467	10	2,9
Região 7	2.009	6	3,0
Região 20	593	2	3,4
Região 2	2.819	10	3,5
Região 10	4.009	16	4,0
Região 3	5.489	26	4,7
Região 9	3.448	19	5,5
Região 14	2.702	20	7,4
Região 12	3.657	51	13,9
Região 17	1.600	24	15,0
Região 18	2.303	60	26,1
Município	66.719	315	4,7

Definição

Responsáveis adolescentes por domicílio, dividido pelo total de responsáveis por domicílio, vezes 1000

Menor Valor	Região 8	0,4
Média	Divinópolis	4,7
Maior Valor	Região 18	26,1

65,2 vezes

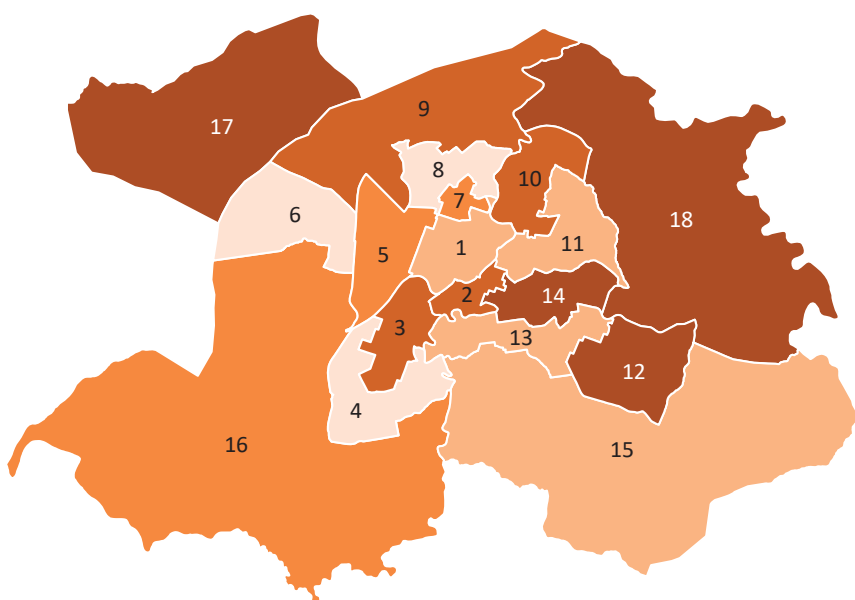
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

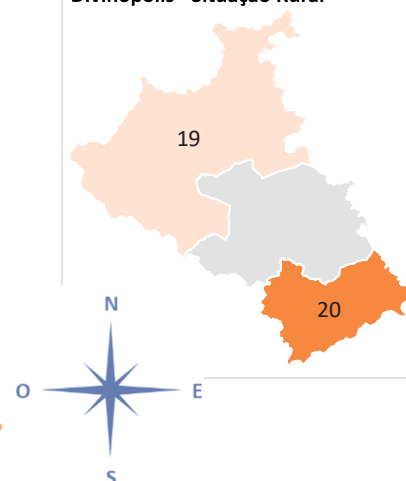
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 37: Responsáveis por domicílio não alfabetizados

As Regiões 20 e 2 se destacam com a maior e menor percentual de responsáveis por domicílio não alfabetizados entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 332,6% e (-) 77,5%.

				Definição				
				Responsáveis por domicílio não alfabetizado, dividido pelo total de responsáveis por domicílio, vezes 100				
Região geográfica	Total de Responsáveis por domicílio	Responsáveis por domicílio não alfabetizados	Indicador (%)					
Região 2	2.819	32	1,1%	Menor Valor	Região 2	1,1%		
Região 1	9.435	110	1,2%		Média	Divinópolis	4,9%	
Região 10	4.009	133	3,3%			Maior Valor	Região 20	21,2%
Região 5	5.050	177	3,5%					
Região 8	2.399	87	3,6%					
Região 3	5.489	212	3,9%					
Região 9	3.448	140	4,1%					
Região 12	3.657	149	4,1%					
Região 4	3.541	154	4,3%					
Região 15	2.832	150	5,3%					
Região 14	2.702	154	5,7%					
Região 7	2.009	115	5,7%					
Região 13	3.384	195	5,8%					
Região 6	2.239	152	6,8%					
Região 16	3.467	239	6,9%					
Região 18	2.303	173	7,5%					
Região 17	1.600	131	8,2%					
Região 11	4.523	425	9,4%					
Região 19	1.220	212	17,4%					
Região 20	593	126	21,2%					
Município	66.719	3.266	4,9%					
				19,3 vezes				
				É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões				
				Legenda				
				Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

Fonte: IBGE - 2010

Legenda

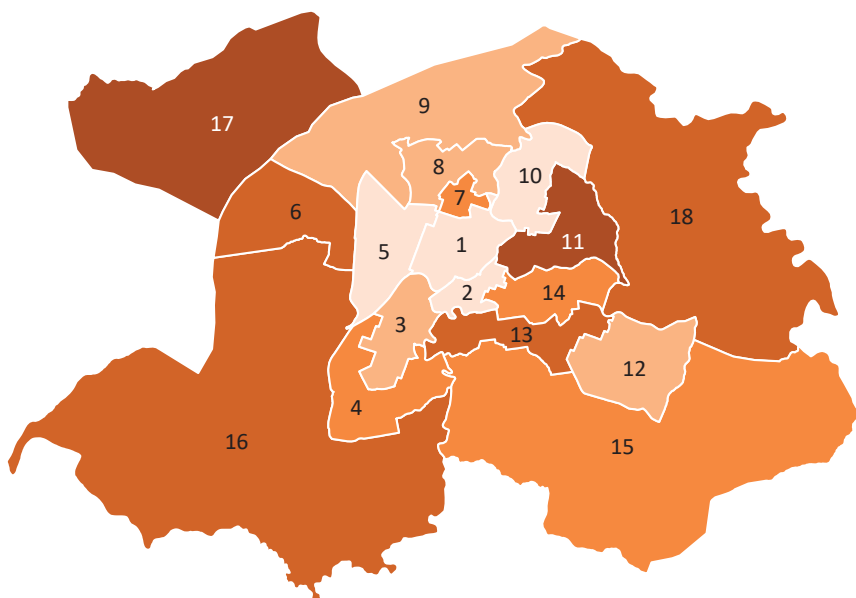
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

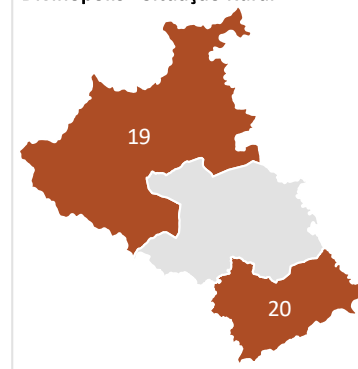
19,3 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 38: Renda per capita domiciliar de até 1/4 Salário Mínimo (SM)

As Regiões 18 e 1 se destacam com a maior e menor renda per capita domiciliar de até ¼ SM entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 137,5% e (-) 75,0%.

Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	Renda per capita de até 1/4 SM	Indicador (%)
Região 1	9.429	52	0,6%
Região 8	2.397	22	0,9%
Região 2	2.816	27	1,0%
Região 3	5.476	73	1,3%
Região 10	4.002	57	1,4%
Região 5	5.044	75	1,5%
Região 4	3.536	77	2,2%
Região 13	3.372	77	2,3%
Região 9	3.437	82	2,4%
Região 6	2.237	57	2,5%
Região 17	1.596	45	2,8%
Região 11	4.513	132	2,9%
Região 7	2.009	66	3,3%
Região 14	2.698	92	3,4%
Região 12	3.652	134	3,7%
Região 15	2.825	120	4,2%
Região 19	1.218	52	4,3%
Região 16	3.463	163	4,7%
Região 20	592	31	5,2%
Região 18	2.296	132	5,7%
Município	66.608	1.566	2,4%

Definição

Domicílios particulares ocupados com renda per capita de até 1/4 de salário mínimo, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 1	0,6%
Média	Divinópolis	2,4%
Maior Valor	Região 18	5,7%

9,5 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

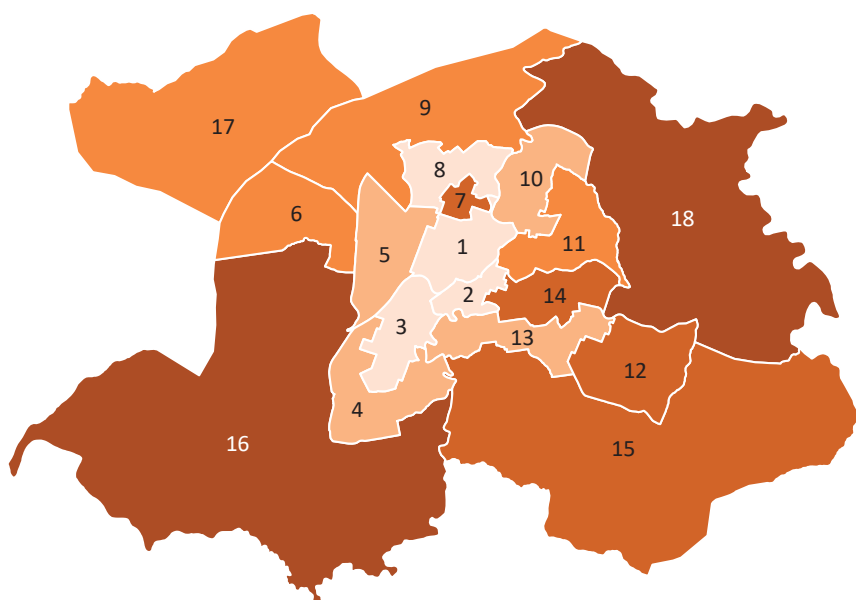
Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

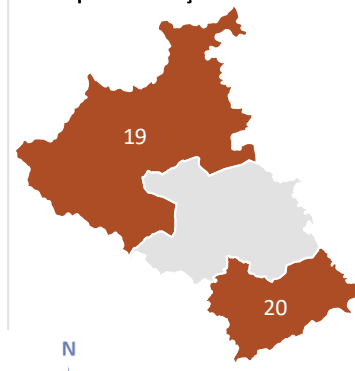
Fonte: IBGE, 2010

Nota: Salário mínimo de referência no ano de 2010 igual a R\$ 510,00

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 39: Renda *per capita* domiciliar de até 1 Salário Mínimo (SM)

As Regiões 20 e 1 se destacam com a maior e menor renda per capita domiciliar de até 1 SM entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 63,2% e (-) 59,7%.

Região geográfica	Domicílios particulares ocupados	Renda <i>per capita</i> domiciliar de até 1 SM	Indicador (%)
Região 1	9.429	1.771	18,8%
Região 2	2.816	878	31,2%
Região 8	2.397	813	33,9%
Região 5	5.044	1.989	39,4%
Região 3	5.476	2.290	41,8%
Região 10	4.002	1.701	42,5%
Região 7	2.009	907	45,1%
Região 4	3.536	1.866	52,8%
Região 13	3.372	1.786	53,0%
Região 9	3.437	1.884	54,8%
Região 11	4.513	2.489	55,2%
Região 6	2.237	1.275	57,0%
Região 14	2.698	1.556	57,7%
Região 17	1.596	949	59,5%
Região 12	3.652	2.190	60,0%
Região 15	2.825	1.741	61,6%
Região 18	2.296	1.475	64,2%
Região 16	3.463	2.229	64,4%
Região 19	1.218	836	68,6%
Região 20	592	451	76,2%
Município	66.608	31.076	46,7%

Definição

Domicílios particulares ocupados, com renda *per capita* domiciliar de até 1 Salário Mínimo, dividido pelo total de domicílios particulares ocupados, vezes 100

Menor Valor	Região 1	18,8%
Média	Divinópolis	46,7%
Maior Valor	Região 20	76,2%

4,1 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

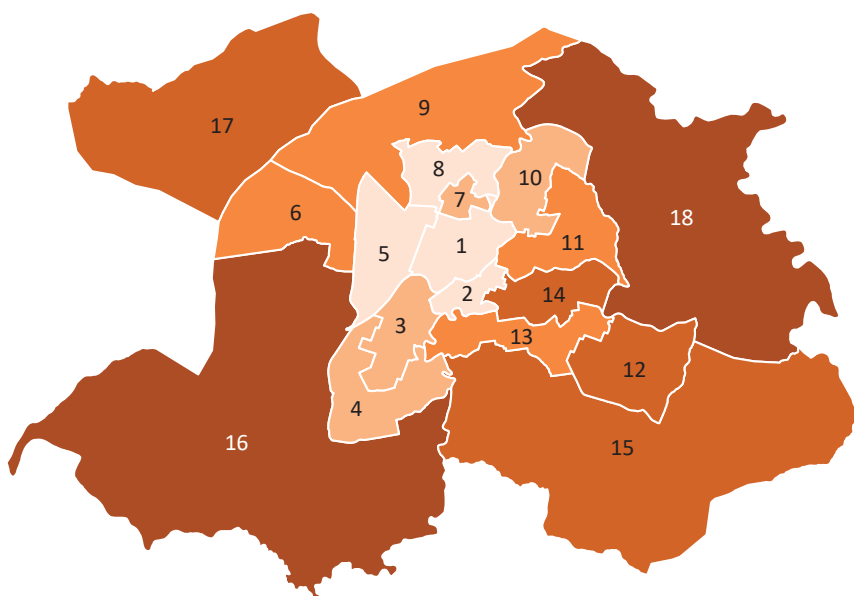
Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

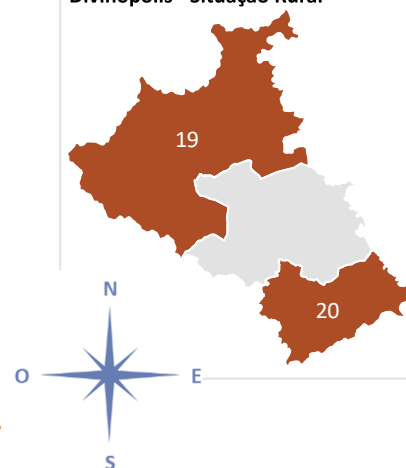
Fonte: IBGE, 2010

Nota: Salário mínimo de referência no ano de 2010 igual a R\$ 510,00

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 40: Famílias inscritas no CadÚnico com crianças e ou adolescentes

As Regiões 18 e 1 se destacam com a maior e menor percentual de famílias inscritas no CadÚnico com crianças e ou adolescentes entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 34,1% e (-) 55,3%.

Definição

Famílias inscritas no CadÚnico com crianças e ou adolescentes, dividido pelo total de famílias inscritas no CadÚnico, vezes 100

Região geográfica	Total de Famílias inscritas no CadÚnico	Famílias inscritas com crianças e ou adolescentes	Indicador (%)
Região 1	871	179	20,6%
Região 4	579	172	29,7%
Região 2	391	124	31,7%
Região 5	512	163	31,8%
Região 3	1.076	343	31,9%
Região 8	798	284	35,6%
Região 10	680	244	35,9%
Região 6	494	224	45,3%
Região 20	104	49	47,1%
Região 14	571	275	48,2%
Região 19	177	86	48,6%
Região 13	624	316	50,6%
Região 11	525	268	51,0%
Região 17	314	165	52,5%
Região 9	905	499	55,1%
Região 7	47	26	55,3%
Região 16	1.278	726	56,8%
Região 12	1.619	931	57,5%
Região 15	828	511	61,7%
Região 18	814	503	61,8%
Não informado	77	39	-
Município	13.284	6.127	46,1%

Menor Valor

Região 1 20,6%

Média

Divinópolis 46,1%

Maior Valor

Região 18 61,8%

3,0 vezes

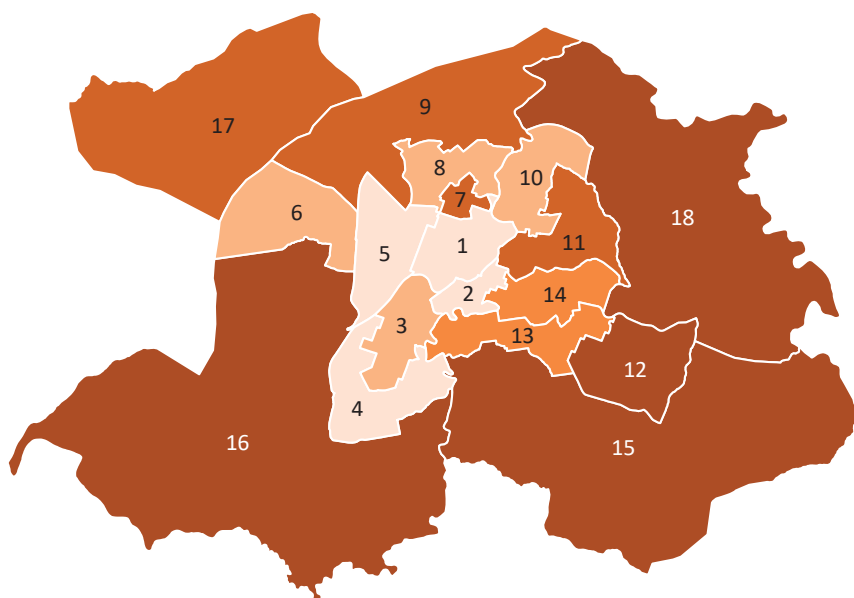
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

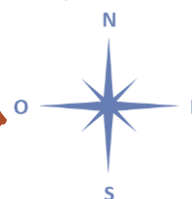
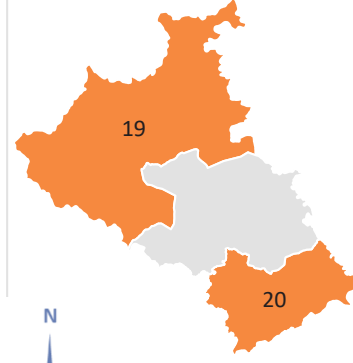
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: CadÚnico, 2019

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 41: Crianças e Adolescentes no CadÚnico

As Regiões 12 e 7 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes no CadÚnico entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 111,3% e (-) 82,2%.

Região geográfica	Total da População de 0 a 17 anos	População de 0 a 17 anos no CadÚnico	Indicador (por mil habitantes)
Região 7	1.312	49	37,3
Região 1	4.846	291	60,0
Região 5	3.548	273	76,9
Região 4	3.077	301	97,8
Região 11	3.864	506	131,0
Região 2	1.595	212	132,9
Região 10	2.969	424	142,8
Região 3	3.850	609	158,2
Região 20	540	86	159,3
Região 19	817	159	194,6
Região 13	2.887	564	195,4
Região 6	1.993	392	196,7
Região 17	1.477	293	198,4
Região 14	2.344	527	224,8
Região 9	3.352	892	266,1
Região 8	1.761	472	268,0
Região 15	2.909	955	328,3
Região 18	2.544	975	383,3
Região 16	3.469	1.388	400,1
Região 12	3.918	1.731	441,8
Não Informado	-	80	-
Município	53.072	11.179	209,1

Definição

População de 0 a 17 anos de idade no CadÚnico, dividido pelo total da população de 0 a 17 anos de idade, vezes 1000

Menor Valor	Região 7	37,3
Média	Divinópolis	209,1
Maior Valor	Região 12	441,8

11,8 vezes

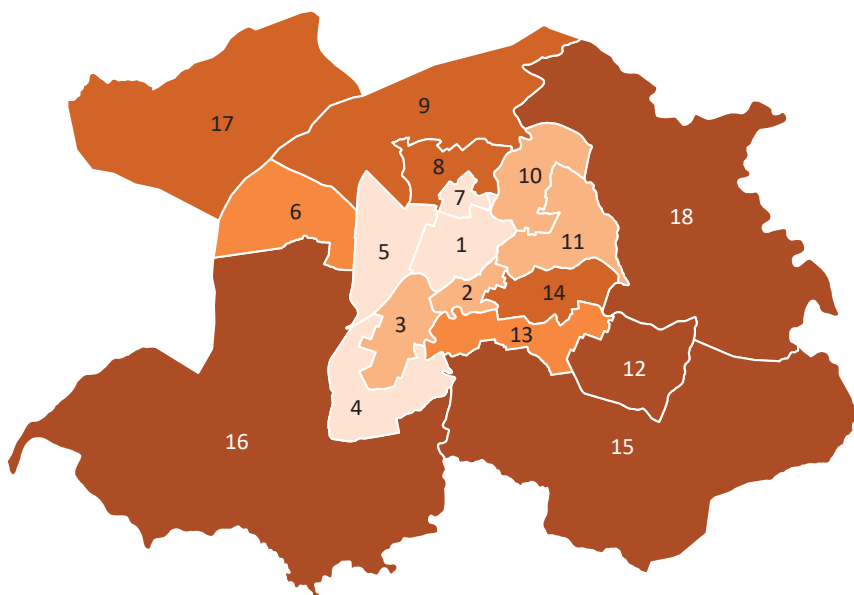
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

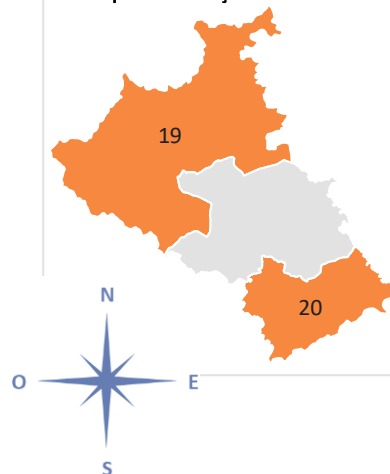
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: CadÚnico, 2019

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural

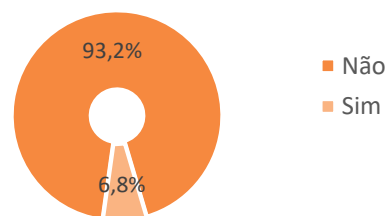


Das 11.179 crianças e adolescentes no CadÚnico, 764 (6,8%) têm algum tipo de deficiência.

Tabela 59: Crianças e adolescentes com deficiência no CadÚnico

Pessoa com deficiência	Quant.	(%)
Não	10.415	93,2%
Sim	764	6,8%
Total	11.179	100,0%

Fonte: CadÚnico, 2019



Observa-se uma distribuição homogênea, destacam-se as crianças de 6 a 11 anos com 34,4% do total e o sexo masculino com 50,6%.

Tabela 60: Faixa etária das crianças e adolescentes no CadÚnico

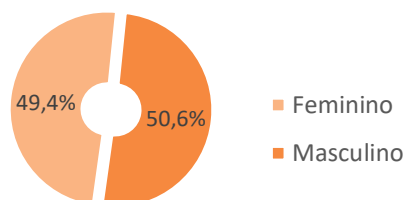
Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	3.584	32,1%
De 6 a 11 anos	3.850	34,4%
De 12 a 17 anos	3.745	33,5%
Total	11.179	100,0%

Fonte: CadÚnico, 2019

Tabela 61: Sexo das crianças e adolescentes no CadÚnico

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	5.522	49,4%
Masculino	5.657	50,6%
Total	11.179	100,0%

Fonte: CadÚnico, 2019



Dos 3.745 adolescentes cadastrados no CadÚnico, 11,5% (430) não sabe ler e escrever e 4,8% já frequentou escola e atualmente não frequenta mais.

Tabela 62: Crianças e adolescentes cadastrados no CadÚnico em relação a leitura e escrita

Faixa etária	Sabe ler e escrever		Não sabe ler e escrever		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	270	7,5%	3314	92,5%	3584	32,1%
De 6 a 11 anos	2240	58,2%	1610	41,8%	3850	34,4%
De 12 a 17 anos	3315	88,5%	430	11,5%	3745	33,5%
Total Geral	5.825	52,1%	5.354	47,9%	11.179	100,0%

Fonte: CadÚnico, 2019

Tabela 63: Crianças e adolescentes cadastrados no CadÚnico em relação a frequentar a escola

Faixa etária	Frequenta rede pública		Frequenta rede particular		Não, mas já frequentou		Nunca frequentou		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	1.257	35,1%	35	1,0%	3	0,1%	2.289	63,9%	3.584	32,1%
De 6 a 11 anos	3.669	95,3%	116	3,0%	6	0,2%	59	1,5%	3.850	34,4%
De 12 a 17 anos	3.499	93,4%	63	1,7%	180	4,8%	3	0,1%	3.745	33,5%
Total Geral	8.425	75,4%	214	1,9%	189	1,7%	2.315	21,0%	11.179	100,0%

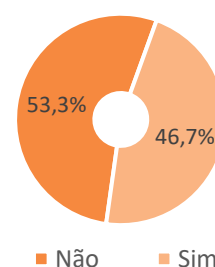
Fonte: CadÚnico, 2019

E, 46,7% das crianças e adolescentes cadastradas no Programa Bolsa Família recebem o benefício.

Tabela 64: Crianças e adolescentes cadastrados no CadÚnico que recebem PBF

Recebe PBF	Quant.	(%)
Não	5.957	53,3%
Sim	5.222	46,7%
Total	11.179	100,0%

Fonte: CadÚnico, 2019



Sobre o trabalho, a maior parte dos registros consta como “não informado”, o que é um ponto de atenção para os técnicos e para o gestor do cadastro, já que tais informações são fundamentais para caracterizar o perfil socioeconômico dos cadastrados e para análise do trabalho infantil. 60 adolescentes na faixa de idade entre 12 e 17 afirmaram ter trabalhado, todavia, oficialmente no cadastro não há nenhuma marcação de trabalho infantil.

Tabela 65: Crianças e adolescentes cadastrados no CadÚnico em relação ao trabalho

Faixa etária	Trabalhou nos últimos 12 meses		Não trabalhou		Não informado		Total Geral	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	-	-	-	-	3584	100,0%	3584	32,1%
De 6 a 11 anos	-	-	2	0,1%	3848	99,9%	3850	34,4%
De 12 a 17 anos	60	1,6%	1975	52,7%	1710	45,7%	3745	33,5%
Total Geral	60	0,5%	1.977	17,7%	9.142	81,8%	11.179	100,0%

Fonte: CadÚnico, 2019

Tabela 66: Crianças e adolescentes cadastrados no CadÚnico sem situação de trabalho infantil

Trabalho infantil	Quant.	(%)
Não	11.179	100,0%
Sim	-	-
Total	11.179	100,0%

Fonte: CadÚnico, 2019

• Benefício de Prestação Continuada (BPC)

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) garante um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou a pessoa de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas¹⁷

Tabela 67: Perfil dos beneficiados do BPC na faixa etária de 0 a 17 anos

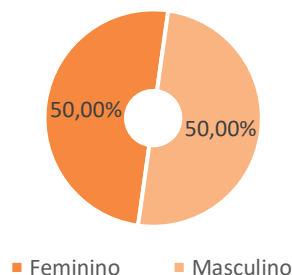
Faixa etária	Quant.	(%)	
Não informado	17	70,80%	
De 12 a 17 anos	3	12,50%	
De 6 a 11 anos	2	8,30%	
De 0 a 3 anos	1	4,20%	
De 4 a 5 anos	1	4,20%	
Total	24	100,0%	

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 2019

Tabela 68: Sexo dos beneficiários do BPC

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	12	50,0%
Masculino	12	50,0%
Total	24	100,0%

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, 2019



¹⁷ Para a concessão deste benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até ¼ de salário mínimo por pessoa, e não pode ser cumulado com outro benefício no âmbito da Seguridade Social, como por exemplo, seguro desemprego, aposentadoria ou pensão, ou de outro regime, exceto com benefícios da assistência médica, pensões especiais de natureza indenizatória e a remuneração advinda de contrato de aprendizagem. Orientações do Ministério da Cidadania. Benefício amparado pelo Artigo 203 da Constituição Federal e previsto pelo Artigo 20 da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993)

Indicador 42: Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF

As Regiões 16 e 7 se destacam com a maior e menor taxa de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos acompanhadas pelo PAIF entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 182,7% e (-) 90,4%.

Região geográfica	Total da população de 0 a 17 anos	População de 0 a 17 anos, acompanhadas no PAIF	Indicador (por mil habitantes)
Região 7	1.312	2	1,5
Região 1	4.846	8	1,7
Região 2	1.595	5	3,1
Região 20	540	2	3,7
Região 15	2.909	17	5,8
Região 5	3.548	23	6,5
Região 4	3.077	21	6,8
Região 19	817	7	8,6
Região 14	2.344	21	9,0
Região 6	1.993	18	9,0
Região 11	3.864	41	10,6
Região 10	2.969	33	11,1
Região 17	1.477	22	14,9
Região 3	3.850	58	15,1
Região 13	2.887	54	18,7
Região 9	3.352	72	21,5
Região 18	2.544	60	23,6
Região 12	3.918	140	35,7
Região 8	1.761	72	40,9
Região 16	3.469	153	44,1
Não Informado	-	13	-
Município	53.072	842	15,6

Definição

Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade, cujas famílias são acompanhadas no PAIF, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000

Menor Valor	Região 7	1,5
Média	Divinópolis	15,6
Maior Valor	Região 16	44,1

29,4 vezes

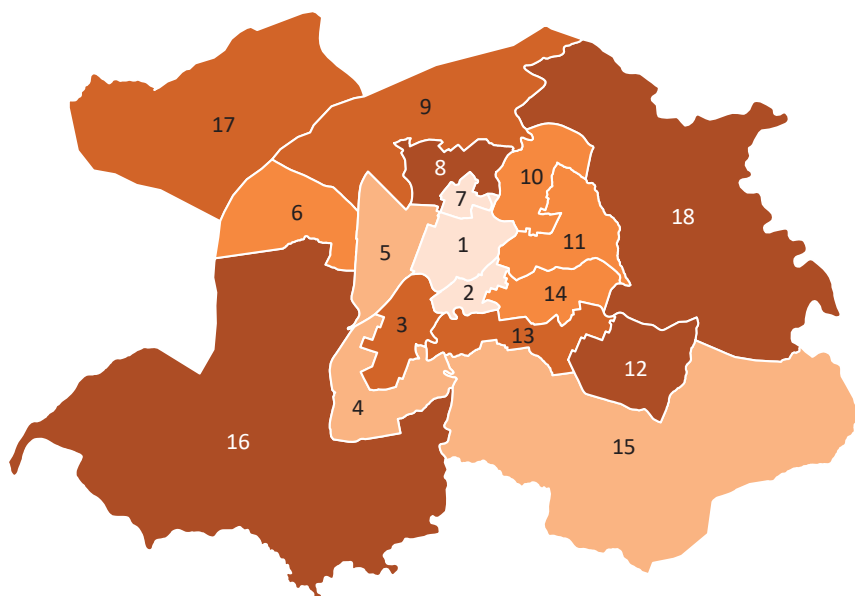
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

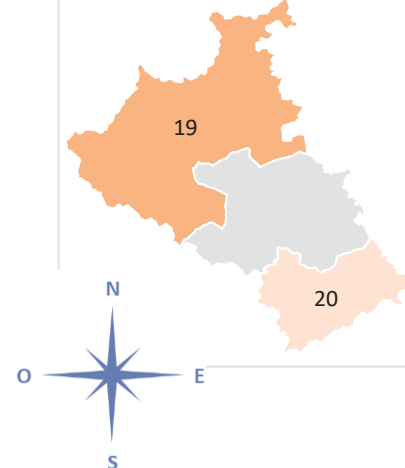
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: PAIF, 2019

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Dentro da Política da Assistência Social¹⁸ o PAIF – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - faz parte da proteção social básica e consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

Este serviço é oferecido e executados pelos CRAS¹⁹ e tem como público alvo a população que vive em situações de vulnerabilidade social, de pobreza, de privação ou precariedade de renda, ou sujeitos à fragilização de seus vínculos relacionais ou de pertencimento social.

Do total de 842 crianças e adolescentes que são acompanhados pelo PAIF, 59,7% são crianças na faixa etária de 0 a 11 anos e a maioria (52,9%) do sexo masculino.

Tabela 69: Faixa etária da população de 0 a 17 anos no PAIF

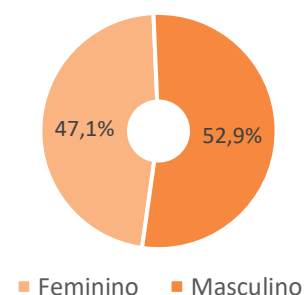
Faixa Etária	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	195	23,2%
De 6 a 11 anos	307	36,5%
De 12 a 17 anos	340	40,4%
Total	842	100,0%

Fonte: PAIF, 2019

Tabela 70: Sexo da população de 0 a 17 anos no PAIF

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	397	47,1%
Masculino	445	52,9%
Total	842	100,0%

Fonte: PAIF, 2019



■ Feminino ■ Masculino

¹⁸ Operacionaliza-se por meio do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), com diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993, na Norma Operacional Básica da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), aprovado pela Resolução nº 145/2004 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

¹⁹ Unidades públicas territoriais estrategicamente alocadas em região de vulnerabilidade social, responsável por organizar e coordenar a rede de serviços socioassistenciais – por meio da oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias (PAIF), do Serviço de Convivência Familiar e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), da inserção das famílias no cadastro dos programas de transferência de renda, e do acolhimento, orientação e encaminhamento da população para as demais políticas públicas sociais.

O principal motivo de acompanhamento de crianças e adolescentes no PAIF é a vulnerabilidade social, com 24,4%.

Tabela 71: Motivo do acompanhamento de crianças e adolescentes no PAIF

Ocupação	Quant.	(%)
Vulnerabilidade social	266	24,4%
Não informado	159	14,6%
Família beneficiária de programas públicos	140	12,9%
Demanda espontânea	88	8,1%
Medida protetiva	73	6,7%
Encaminhamento	65	6,0%
Estrutura familiar fragilizada	62	5,7%
Descumprimento de condicionalidades para fruição de benefício social (PBF/BPC/outros)	55	5,1%
Situação de extrema pobreza	51	4,7%
Vulnerabilidade às crianças ou adolescentes portadoras de deficiência	40	3,7%
Demandas configuradas como atendimento de média ou alta complexidade	26	2,4%
Conflito familiar	10	0,9%
Violência física	10	0,9%
Outros	7	0,6%
Vivência de violência ou negligência	5	0,5%
Vulnerabilidade econômica	5	0,5%
Evasão Escolar	4	0,4%
Infrequência escolar	4	0,4%
Negligência ou abandono	4	0,4%
Demanda vaga para SCFV	3	0,3%
Pais ou responsáveis presos	3	0,3%
Automutilação	2	0,2%
Pais ou responsáveis usuários de SPA	2	0,2%
Trabalho infantil	2	0,2%
Violência psicológica	2	0,2%
Gravidez na adolescência	1	0,1%
Total Geral	1.089	100,0%

Fonte: PAIF, 2019

No ano de 2019, a Casa São João da Cruz mostra a maior taxa de ocupação (94,4%) de acolhimento e a Casa São Francisco e Santa Clara a menor taxa (38,9%).

Tabela 72: Taxa de acolhimento institucional

Nome da unidade	Vagas total	Vagas ocupadas	(%)
Comunidade Servos da Cruz de São Damião - Casa São Francisco e Santa Clara	18	7	38,9%
Casa Santa Isabel	18	12	66,7%
Comunidade Servos da Cruz de São Damião - Casa São João da Cruz	18	17	94,4%
Serviço de Acolhimento à Pessoa em Situação de Rua (*)	25	23	92,0%
Total	79	59	74,7%

Fonte: PAIF, 2019.

(*) O Serviço de acolhimento à pessoa em situação de rua, atende principalmente pessoas maiores de 18 anos

Tabela 73: Perfil dos acolhidos

Nome da unidade	Masculino			Feminino			Não informados
	0 a 5	6 a 11	12 a 17	0 a 5	6 a 11	12 a 17	
Casa São Francisco E Santa Clara	-	4	3	-	-	-	-
Casa Santa Isabel	4	1	-	4	-	3	0
Casa São João Da Cruz	-	-	16	-	-	-	1
Serviço De Acolhimento À Pessoa Em Situação De Rua	-	1	-	-	-	-	22
Total	4	6	19	4	-	3	23

Fonte: PAIF, 2019

Indicador 43: Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade, acompanhadas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado - PAEFI

As Regiões 18 e 1 possuem a maior e menor taxa de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos acompanhadas pelo PAEFI entre as regiões, com variação em torno da média geral de (+) 275,0% e (-) 91,7%.

Região geográfica	Total da população de 0 a 17	Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos no PAEFI	Indicador (por mil habitantes)
Região 4	3.077	-	-
Região 17	1.477	-	-
Região 19	817	-	-
Região 7	1.312	-	-
Região 1	4.846	1	0,2
Região 10	2.969	1	0,3
Região 14	2.344	1	0,4
Região 5	3.548	2	0,6
Região 8	1.761	1	0,6
Região 15	2.909	3	1,0
Região 11	3.864	5	1,3
Região 9	3.352	5	1,5
Região 13	2.887	5	1,7
Região 3	3.850	8	2,1
Região 2	1.595	5	3,1
Região 20	540	2	3,7
Região 6	1.993	13	6,5
Região 12	3.918	26	6,6
Região 16	3.469	24	6,9
Região 18	2.544	23	9,0
Município	53.072	125	2,4

Definição

Criança e adolescentes com idade de 0 a 17 anos, acompanhadas pelo PAEFI, dividido pelo total da população da mesma idade, vezes 1000

Menor Valor	Região 1	0,2
Média	Divinópolis	2,4
Maior Valor	Região 18	9

45,0 vezes

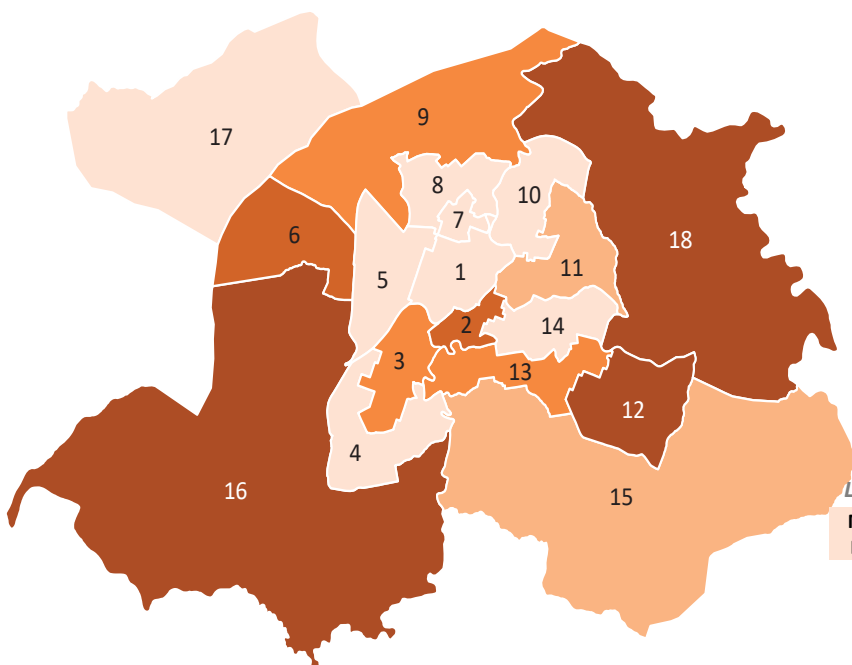
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões



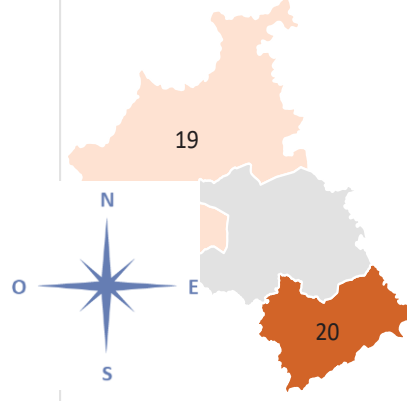
Fonte: PAEFI, 2019

Os percentuais de sexo e faixa etária estão calculados sobre 125 entrevistados, porém no cálculo sobre a população (53.072) representa 2,4 por mil habitantes, ou 0,24%.

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

O PAEFI – Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos - faz parte da proteção social de média complexidade, oferecido para àqueles que estão em situação de vulnerabilidade, ameaça ou violação de direitos. Os serviços de orientação e acompanhamento prestados pelo PAEFI, tem como principal objetivo, preservar e fortalecer os vínculos familiares e em virtude de sua complexidade requerem acompanhamento sistemático, estruturação técnico operacional especializada ou atenção individualiza.

Dos 222 atendimentos realizados 38 (17,1%) foram por negligência ou abandono e 17 (7,7%) por abuso ou violência sexual.

Tabela 74: Motivo dos atendimentos no PAEFI

Ocupação	Quant.	(%)	
Encaminhamento	85	38,3%	
Negligência ou abandono	38	17,1%	
Abuso ou violência sexual	17	7,7%	
Violência física	15	6,8%	
Pais ou responsáveis usuários de SPA	13	5,9%	
Infrequência escolar	10	4,5%	
Não informado	9	4,1%	
Demandas configuradas como atendimento de média ou alta complexidade	7	3,2%	
Estrutura familiar fragilizada para suporte ao desenvolvimento sadio	7	3,2%	
Conflito familiar	3	1,4%	
Automutilação	2	0,9%	
Crianças e/ou adolescentes que ficam sozinhos em casa ou passam muito tempo na rua	2	0,9%	
Exploração sexual e comercial	2	0,9%	
Outros	2	0,9%	
Vulnerabilidade social (exceto situação de extrema pobreza)	2	0,9%	
Comportamento sexualizado	1	0,5%	
Cumprimento de MSE	1	0,5%	
Desvio de comportamento	1	0,5%	
Suspensão de vínculos familiares	1	0,5%	
Trabalho infantil	1	0,5%	
Uso de SPA	1	0,5%	
Uso indevido de pensão	1	0,5%	
Violência psicológica	1	0,5%	
Total Geral	222	100,0%	

Fonte: PAEFI, 2019

10.1 MAPA SOCIAL DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITARIA

O mapa social retrata a situação das 20 (vinte) regiões geográficas, de acordo com a posição do indicador de cada região em relação à média geral do Município. A finalidade deste mapa é apresentar de maneira simplista o panorama de prioridades do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, para a população infante Juvenil residentes no município.

Indicadores do Direito à Convivência Familiar e Comunitária – 8 Indicadores									CLASSIFICAÇÃO CONFORME PARÂMETRO	
MÉDIA (parâmetro)	0,47%	4,9%	2,4%	46,7%	46,1%	209,1	15,6	2,4		
	>	>	>	>	>	>	>	>		
REGIÕES GEOGRÁFICAS	Responsável adolescente	Responsáveis por domicílio não alfabetizados	Renda per capita domiciliar de até 1/4 Salário Mínimo (SM)	Renda per capita domiciliar de até 1 Salário Mínimo (SM)	Famílias inscritas no CadÚnico com crianças e ou adolescentes	Crianças e Adolescentes no CadÚnico	Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos acompanhadas pelo PAIF	Crianças e adolescentes de 0 a 17 anos de idade, acompanhadas pelo PAEFI	Contagem de Indicadores por região	Percentual sobre o total de Indicadores
1	0,25%	1,2%	0,6%	18,8%	20,6%	60,0	1,7	0,2	-	-
3	0,47%	3,9%	1,3%	41,8%	31,9%	158,2	15,1	2,1	-	-
5	0,28%	3,5%	1,5%	39,4%	31,8%	76,9	6,5	0,6	-	-
10	0,40%	3,3%	1,4%	42,5%	35,9%	142,8	11,1	0,3	-	-
2	0,35%	1,1%	1,0%	31,2%	31,7%	132,9	3,1	3,1	1	12,5%
4	0,11%	4,3%	2,2%	52,8%	29,7%	97,8	6,8	-	1	12,5%
8	0,04%	3,6%	0,9%	33,9%	35,6%	268	40,9	0,6	2	25,0%
7	0,30%	5,7%	3,3%	45,1%	55,3%	37,3	1,5	-	3	37,5%
6	0,09%	6,8%	2,5%	57,0%	45,3%	196,7	9,0	6,5	4	50,0%
11	0,18%	9,4%	2,9%	55,2%	51,0%	131	10,6	1,3	4	50,0%
13	0,27%	5,8%	2,3%	53,0%	50,6%	195,4	18,7	1,7	4	50,0%
19	0,16%	17,4%	4,3%	68,6%	48,6%	194,6	8,6	-	4	50,0%
9	0,55%	4,1%	2,4%	54,8%	55,1%	266,1	21,5	1,5	5	62,5%
15	0,25%	5,3%	4,2%	61,6%	61,7%	328,3	5,8	1,0	5	62,5%
17	1,50%	8,2%	2,8%	59,5%	52,5%	198,4	14,9	-	5	62,5%
20	0,34%	21,2%	5,2%	76,2%	47,1%	159,3	3,7	3,7	5	62,5%
14	0,74%	5,7%	3,4%	57,7%	48,2%	224,8	9,0	0,4	6	75,0%
12	1,39%	4,1%	3,7%	60,0%	57,5%	441,8	35,7	6,6	7	87,5%
16	0,29%	6,9%	4,7%	64,4%	56,8%	400,1	44,1	6,9	7	87,5%
18	2,61%	7,5%	5,7%	64,2%	61,8%	383,3	23,6	9,0	8	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	6 Noroeste I	11 Sudoeste I	16 Sudeste Distante III
2 Sudeste	7 Nordeste I	12 Sudoeste II	17 Sudeste Distante IV
3 Sudoeste IV	8 Nordeste II	13 Sudoeste distante	18 Sudeste Distante V
4 Sudoeste III	9 Sudeste Distante II	14 Noroeste II	19 Rural 1
5 Oeste	10 Sudeste Distante I	15 Nordeste Distante	20 Rural 2

• Representação gráfica do indicador por região geográfica

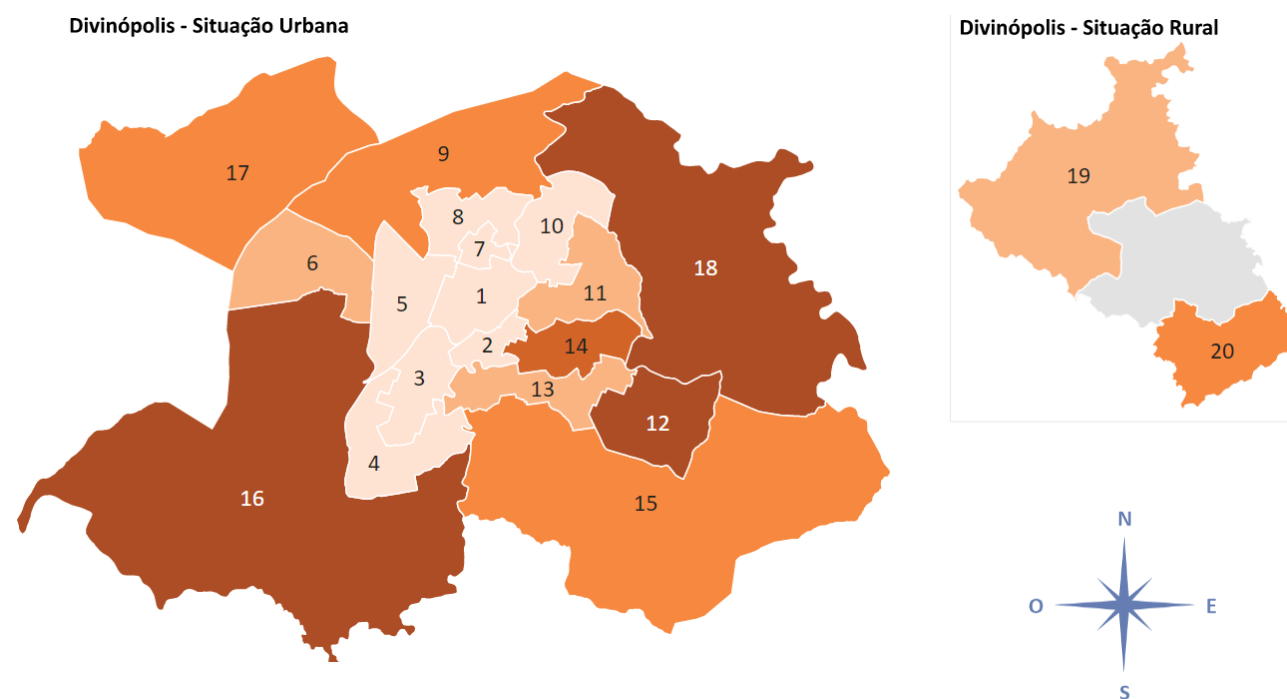
O mapa mostra as divisões das regiões, classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Dos 8 (oito) indicadores analisados neste Direito à Convivência Familiar e Comunitária, a contagem máxima alcançou 8 (oito) indicadores acima da média geral do Município (100,0%).

A região 18 é a única com a contagem total, no entanto na classificação do Quintil de **muito alto** acompanha as regiões 12 e 16 que possuem 7 indicadores acima da média geral. São essas três regiões as prioritárias para as ações voltadas a este eixo de direito.



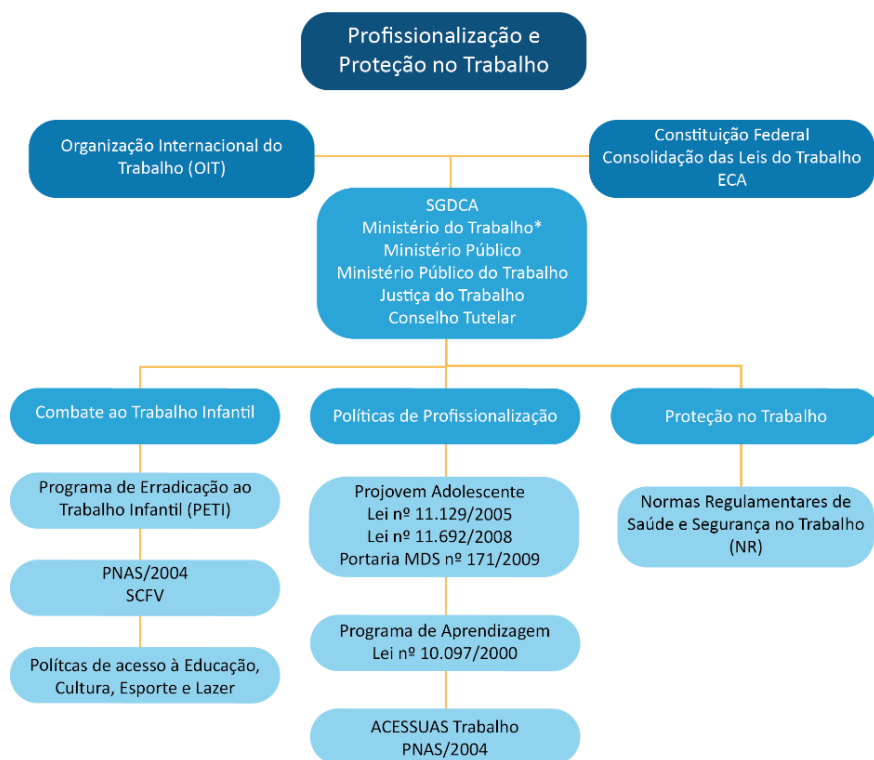
Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro	6	Noroeste I	11	Sudoeste I	16	Sudeste Distante III
2	Sudeste	7	Nordeste I	12	Sudoeste II	17	Sudeste Distante IV
3	Sudoeste IV	8	Nordeste II	13	Sudoeste distante	18	Sudeste Distante V
4	Sudoeste III	9	Sudeste Distante II	14	Noroeste II	19	Rural 1
5	Oeste	10	Sudeste Distante I	15	Nordeste Distante	20	Rural 2

11. INDICADORES DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

O trabalho é um direito social fundamental previsto no Artigo 6º da Constituição Federal, alicerçado na ordem econômica social e na proteção jurídica. No âmbito da criança e do adolescente, tais proteções são reforçadas com critérios de idade mínima e condições de trabalho adequadas ao seu pleno desenvolvimento (Artigo 7º). Assim, neste eixo estão contempladas as políticas públicas direcionadas ao combate e enfrentamento do trabalho infantil; à promoção da profissionalização, com a inserção do adolescente no mercado de trabalho; e à proteção dos direitos trabalhistas preconizados pela legislação.

- **Organograma do Direito à Profissionalização e Proteção no Trabalho**



Segundos dados do Censo Demográfico (IBGE, 2010), no Brasil, mais de 3 milhões de crianças e adolescentes trabalham, sendo que mais de 1 milhão e 600 mil possuem menos de 16 anos. Todavia, alcançar estas informações a nível de território ainda é um grande desafio, tanto para as bases de dados oficiais como para a rede de atendimento e SGDCA. Hoje, os principais programas deste eixo são o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)²⁰, incorporado como política socioassistencial pelo SUAS; e o Programa Aprendiz Legal, apoiado na Lei de Aprendizagem (Lei nº 10.097/2000), para a inserção do jovem no mercado de trabalho, como forma de combater o trabalho infantil e promover o resgate social. Foram utilizadas como fonte, além das citadas acima, o Conselho Tutelar, as fichas de notificação por acidente de trabalho do SINAN e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

²⁰ Criado em 1996 para combater o trabalho infantil em carvoarias na região de Três Lagoas-MS, foi ampliado progressivamente aos demais estados do país, conquistando seu espaço como política socioassistencial com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005). Foi redesenhado em 2014 pautando-se na realização de ações estratégicas voltadas ao enfrentamento das novas configurações do trabalho infantil no Brasil, e na qualificação e atuação da rede de proteção do SUAS.

Indicador 44: Razão de dependência jovem (RDJ)

As Regiões 18 e 1 se destacam com a maior e menor razão de dependência jovem (RDJ) entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 35,8% e (-) 31,4%.

Região geográfica	Total da população de 15 a 59 anos	Total da população de 0 a 14 anos	Indicador (%)
Região 1	18.530	3.723	20,1%
Região 2	5.763	1.241	21,5%
Região 7	4.365	1.012	23,2%
Região 3	12.113	3.056	25,2%
Região 5	10.906	2.774	25,4%
Região 8	5.285	1.383	26,2%
Região 10	8.904	2.428	27,3%
Região 19	2.299	652	28,4%
Região 4	8.210	2.487	30,3%
Região 14	6.217	1.886	30,3%
Região 13	7.631	2.355	30,9%
Região 6	5.158	1.644	31,9%
Região 11	9.718	3.139	32,3%
Região 9	8.047	2.714	33,7%
Região 17	3.604	1.217	33,8%
Região 20	1.272	435	34,2%
Região 15	6.662	2.414	36,2%
Região 16	7.668	2.859	37,3%
Região 12	8.434	3.233	38,3%
Região 18	5.335	2.122	39,8%
Município	146.121	42.774	29,3%

Definição

População de 0 a 14 anos de idade, dividido pelo total da população de 15 a 59 anos, vezes 100

Menor Valor	Região 1	20,1%
Média	Divinópolis	29,3%
Maior Valor	Região 18	39,8%

2,0 vezes

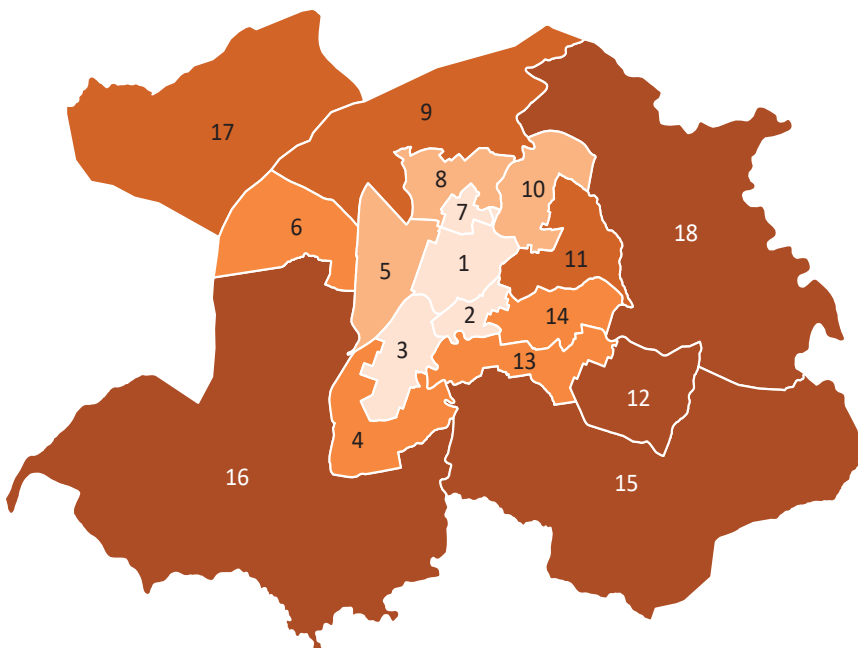
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

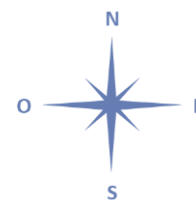
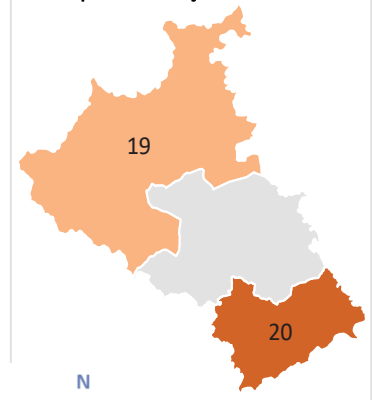
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: IBGE, 2010

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 45: Entrevistados em situação irregular de trabalho

As Regiões 19 e 3 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados em situação irregular de trabalho entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 109,7% e (-) 44,3%.

Definição

Entrevistados em situação irregular de trabalho, dividido pelo total de entrevistados, vezes 100

Região geográfica	Total de entrevistados	Entrevistados em situação irregular de trabalho	Indicador (%)
Região 3	62	11	17,7%
Região 9	31	6	19,4%
Região 20	15	3	20,0%
Região 11	45	9	20,0%
Região 18	32	7	21,9%
Região 1	73	16	21,9%
Região 14	34	9	26,5%
Região 8	25	7	28,0%
Região 7	17	5	29,4%
Região 16	44	13	29,5%
Região 6	24	8	33,3%
Região 17	18	6	33,3%
Região 12	75	29	38,7%
Região 4	40	16	40,0%
Região 15	37	15	40,5%
Região 5	49	20	40,8%
Região 10	34	14	41,2%
Região 2	29	13	44,8%
Região 13	37	17	45,9%
Região 19	15	10	66,7%
Município	736	234	31,8%

Menor Valor	Região 3	17,7%
Média	Divinópolis	31,8%
Maior Valor	Região 19	66,7%

3,8 vezes

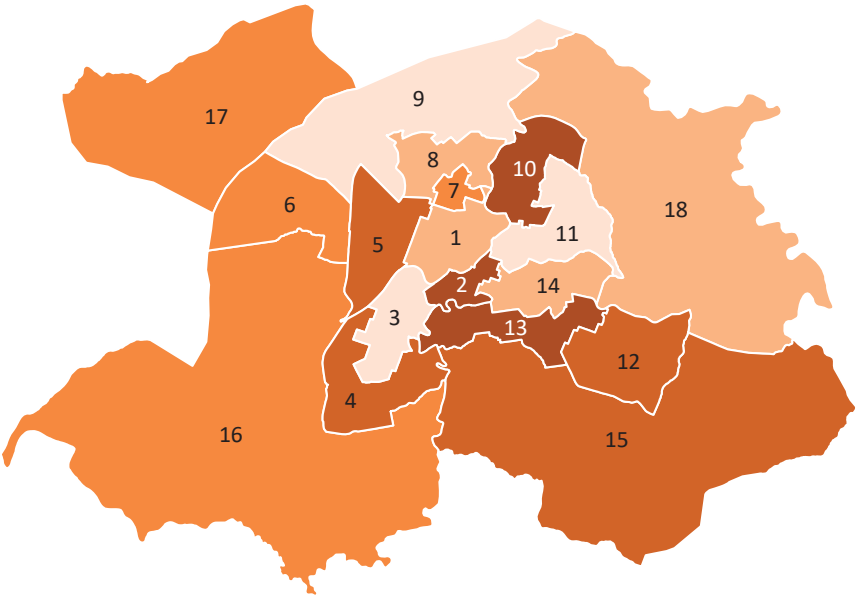
É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

Legenda

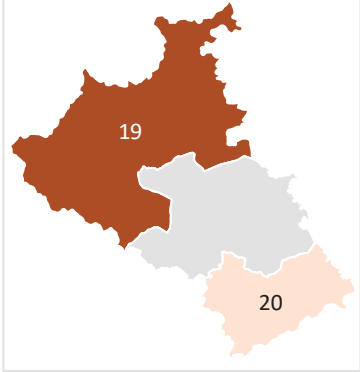
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020
 Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



Indicador 46: Entrevistados inseridos no Programa Jovem Aprendiz

As Regiões 6 e 4 se destacam com a maior e menor percentual de entrevistados inseridos no programa jovem aprendiz entre as regiões, e apresentam variação em torno da média geral de (+) 218,5% e (-) 69,4%.

Região geográfica	Entrevistados na faixa etária do Programa	Entrevistados inseridos no Programa	Indicador (%)	Definição
Região 6	12	6	50,0%	
Região 17	12	5	41,7%	Entrevistados que estão inseridos no Programa Jovem Aprendiz, dividido pelo total de entrevistados na faixa etária do programa, vezes 100
Região 12	35	11	31,4%	
Região 14	18	5	27,8%	
Região 13	21	5	23,8%	
Região 5	27	6	22,2%	
Região 11	23	4	17,4%	
Região 3	32	5	15,6%	
Região 16	20	3	15,0%	
Região 1	43	6	14,0%	
Região 8	16	1	6,2%	
Região 2	17	1	5,9%	
Região 10	19	1	5,3%	
Região 15	20	1	5,0%	
Região 4	21	1	4,8%	
Região 20	8	0	0,0%	
Região 9	15	0	0,0%	
Região 18	15	0	0,0%	
Região 7	9	0	0,0%	
Região 19	6	0	0,0%	
Município	389	61	15,7%	

Menor Valor	Região 4	4,8%
Média	Divinópolis	15,7%
Maior Valor	Região 6	50%

10,4 vezes

É a razão do maior valor em relação ao menor valor entre as regiões

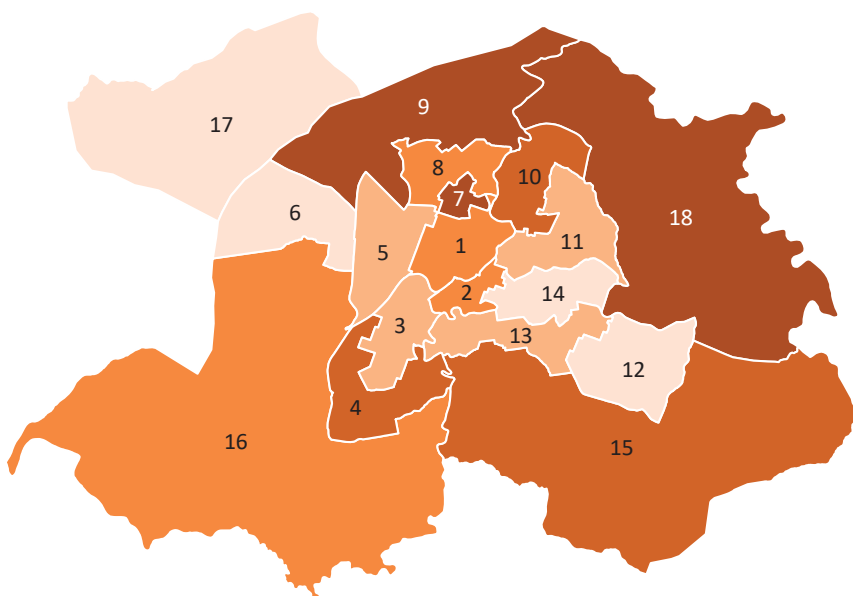
Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

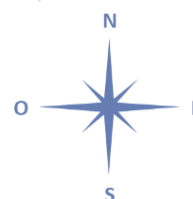
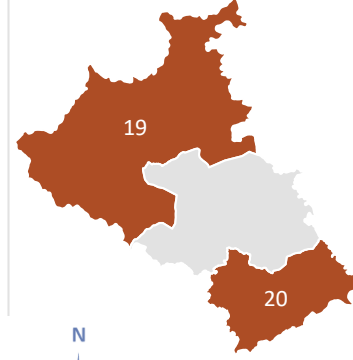
Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2020

Nota: este indicador foi extraído da pesquisa de percepção realizada com crianças e adolescentes residentes no Município, conforme especificado em nota metodológica.

Divinópolis - Situação Urbana



Divinópolis - Situação Rural



O programa de aprendizagem profissional (Aprendiz Legal), regido pela Lei nº 10.097/2000, é o principal programa de profissionalização voltados para jovens e adolescentes, na faixa etária entre 14 e 24 anos. É oferecido gratuitamente em parceria com instituições não governamentais, com duração de 6 a 24 meses, e está dividido em dois módulos: o primeiro teórico e o segundo vivencial, que é a prática no mercado de trabalho, em que o aprendiz desenvolve atividades produtivas dentro de uma instituição e/ou empresa, sendo-lhe assegurados todos os direitos trabalhistas e previdenciários.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)²¹ é considerada uma das principais estatísticas do mercado formal de trabalho, dessa forma sua análise é fundamental para a construção do retrato profissional de adolescentes no Município. No gráfico abaixo é possível acompanhar a evolução histórica do número de contratos de aprendizagem, observando uma oscilação no número de contratados a cada dois anos, que é o período máximo de duração do contrato (24 meses).

Em 2019, apenas 1,09% do total de contratados formalmente, eram da faixa etária de 14 a 17 anos, o que representa 929 adolescentes. Destes, 53,4% tinham vínculo de contrato de aprendizagem e 45,9% com contrato de trabalho rural regido pela CLT.

Tabela 75: Tipo de contrato dos adolescentes

Contrato	Quant.	(%)	
Contrato de Aprendizagem	496	53,40%	
CLT Rural	426	45,90%	
CLT Urbano	5	0,50%	
Contrato Temporário	2	0,20%	
Total Geral	929	100,0%	

Fonte: Ministério da Cidadania. RAIS, 2019.

Assim, a taxa de contratação formal no Município é de apenas 67,2 adolescentes contratados a cada mil habitantes da faixa etária de 14 a 17 anos. Se considerarmos apenas os contratos de aprendizagem, a taxa de contratação cai para 35,9.

Tabela 76: Taxa de contratação formal de adolescentes

Tipo de Contrato	População de 14 a 17 anos	Tipo de Contrato	Nº de Adolescentes Contratados	Taxa de contratação (1.000 adolescentes)
Aprendizagem, CLT e temporário	13.831	Aprendizagem, CLT e temporário	929	67,2
Aprendizagem	13.831	Aprendizagem	496	35,9

Fonte: Ministério da Cidadania. RAIS, 2019.

²¹ A RAIS é uma obrigação tributária acessória, criada em 1975 pelo Governo Federal, para coletar dados de atividades trabalhistas com objetivo de controlar os registros do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), dos benefícios previdenciários, do abono salarial PIS/PASEP, organizar o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), dentre outros.

Quanto à ocupação formal de adolescentes com contrato de aprendizagem, a maior representatividade é de assistente administrativo (26,4%), seguida de vendedor de comércio varejista (23,8%) e de auxiliar de escritório (21,6%).

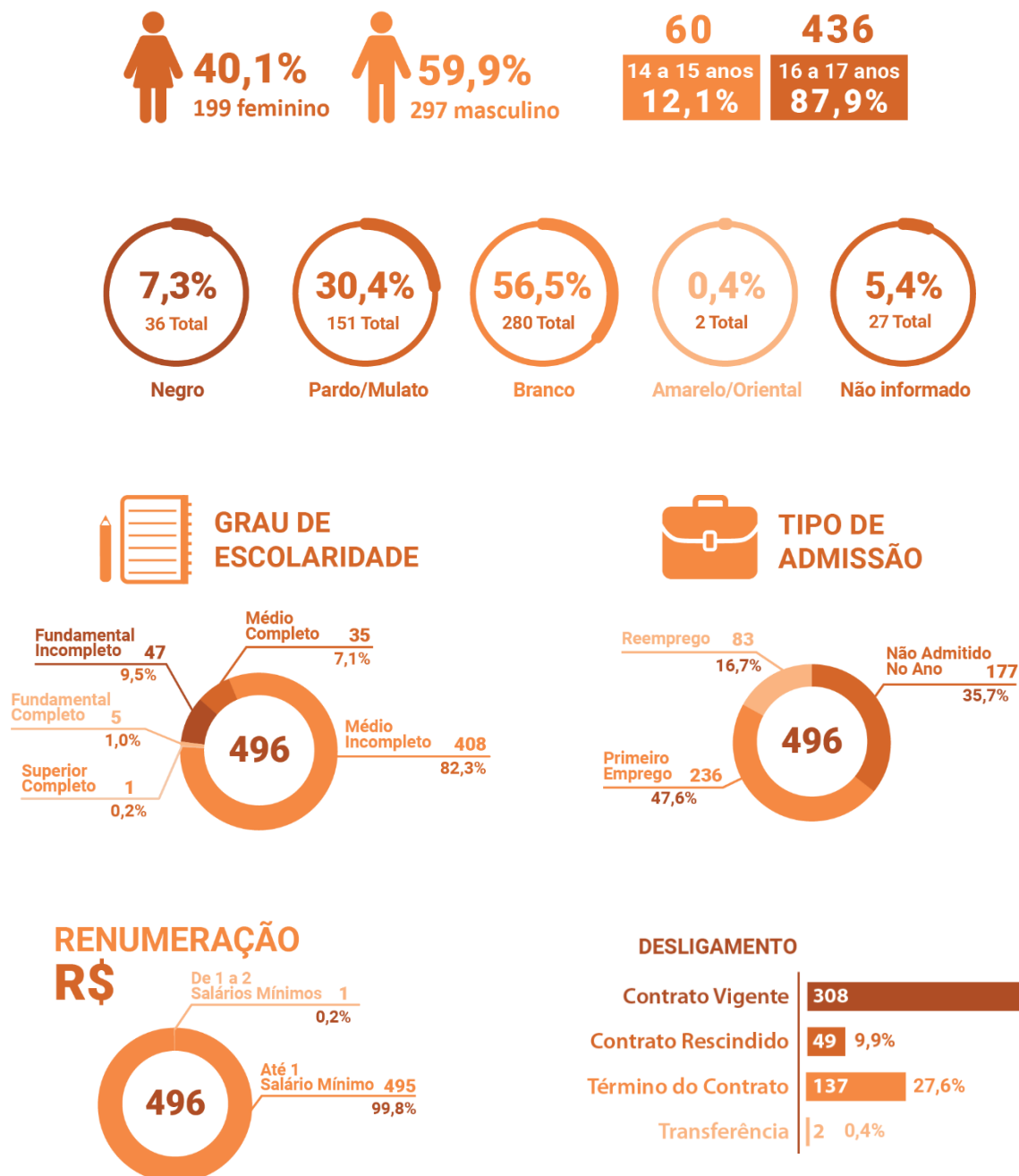
Tabela 77: Ocupação formal de adolescentes

Ocupação	Quant.	(%)	
Assistente Administrativo	131	26,4%	
Vendedor de Comercio Varejista	118	23,8%	
Auxiliar de Escritório	107	21,6%	
Repositor de Mercadorias	67	13,5%	
Mecânico de Manutenção de Máquinas-Ferramentas	14	2,8%	
Técnico Eletricista	8	1,6%	
Alimentador de Linha de Produção	6	1,2%	
Eletricista de Instalações	6	1,2%	
Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica	5	1,0%	
Fundidor de Metais	5	1,0%	
Arrematadeira	3	0,6%	
Assistente de Vendas	3	0,6%	
Embalador, a Mão	3	0,6%	
Padeiro	3	0,6%	
Almoxarife	2	0,4%	
Atendente de lojas e mercados	2	0,4%	
Costureiro, a Máquina na Confecção em Serie	2	0,4%	
Gerente de Empresa Aérea em Aeroportos	2	0,4%	
Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral	2	0,4%	
Operador de Transporte Multimodal	2	0,4%	
Costureira de Reparação de Roupas	1	0,2%	
Engenheiro Civil	1	0,2%	
Operador de Máquinas-Ferramenta Convencionais	1	0,2%	
Professor de Aprendizagem e Treinamento Comercial	1	0,2%	
Vendedor em Comercio Atacadista	1	0,2%	
Total Geral	496	100,0%	

Fonte: Ministério da Cidadania. RAIS, 2019.

Em relação ao perfil dos aprendizes contratados no ano de 2019, destaca-se a predominância do sexo masculino (59,9%), da faixa etária de 16 a 17 anos (87,9%), cor da pele branca (56,5%), cursando o ensino médio (82,3%).

• **Perfil de adolescentes contratados como aprendizes no Município em 2019**



11.1 MAPA SOCIAL DO DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO NO TRABALHO

O mapa social retrata a situação das 20 (vinte) regiões geográficas, de acordo com a posição do indicador de cada região em relação à média geral do Município. A finalidade deste mapa é apresentar de maneira simplista o panorama de prioridades do Direito à Profissionalização e ao Trabalho, para a população infante Juvenil residentes no município.

Quartil	Indicadores do Direito à Profissionalização e ao Trabalho – 3 indicadores				CLASSIFICAÇÃO CONFORME PARÂMETRO	
	MÉDIA (Parâmetro)	29,3%	31,8%	15,7%		
		>	>	<		
	Regiões geográficas	Razão de dependência jovem (RDJ)	Entrevistados que trabalham de forma irregular	Entrevistados inseridos no Programa Jovem Aprendiz	Contagem de Indicadores por região	Percentual sobre o total de Indicadores
1º	1	20,1%	21,9%	14,0%	1	33,33%
	3	25,2%	17,7%	15,6%	1	33,33%
	5	25,4%	40,8%	22,2%	1	33,33%
	7	23,2%	29,4%	0,0%	1	33,33%
	8	26,2%	28,0%	6,2%	1	33,33%
	11	32,3%	20,0%	17,4%	1	33,33%
	14	30,3%	26,5%	27,8%	1	33,33%
2º	2	21,5%	44,8%	5,9%	2	66,67%
	6	31,9%	33,3%	50,0%	2	66,67%
	9	33,7%	19,4%	0,0%	2	66,67%
	10	27,3%	41,2%	5,3%	2	66,67%
	12	38,3%	38,7%	31,4%	2	66,67%
	13	30,9%	45,9%	23,8%	2	66,67%
	16	37,3%	29,5%	15,0%	2	66,67%
	17	33,8%	33,3%	41,7%	2	66,67%
	18	39,8%	21,9%	0,0%	2	66,67%
	19	28,4%	66,7%	0,0%	2	66,67%
3º	20	34,2%	20,0%	0,0%	2	66,67%
	4	30,3%	40,0%	4,8%	3	100,00%
	15	36,2%	40,5%	5,0%	3	100,00%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

Legenda das Regiões Geográficas

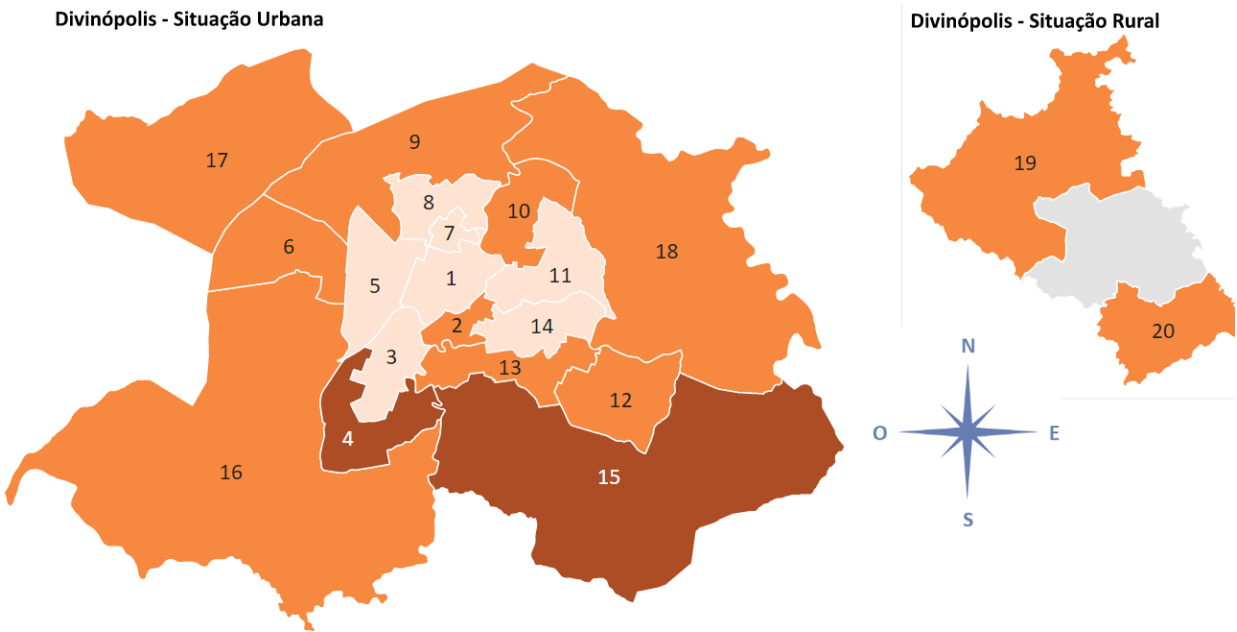
1	Centro	6	Noroeste I	11	Sudoeste I	16	Sudeste Distante III
2	Sudeste	7	Nordeste I	12	Sudoeste II	17	Sudeste Distante IV
3	Sudoeste IV	8	Nordeste II	13	Sudoeste distante	18	Sudeste Distante V
4	Sudoeste III	9	Sudeste Distante II	14	Noroeste II	19	Rural 1
5	Oeste	10	Sudeste Distante I	15	Nordeste Distante	20	Rural 2

• **Representação gráfica do indicador por região geográfica**

O mapa mostra as divisões das regiões, classificadas em cinco grupos pelo método *Quintil*, conforme legenda de cores.



Dos 3 (Três) indicadores analisados neste Direito à Profissionalização e Trabalho, na contagem máxima duas regiões: a 4 e a 15, aparecem com os 3 (três) indicadores acima da média geral do Município. Porém como neste eixo são apenas três indicadores e a variação na contagem é de uma unidade, sugere-se que as ações voltadas à Profissionalização e trabalho sejam para todo o Município.



Legenda das Regiões Geográficas

1	Centro	6	Noroeste I	11	Sudoeste I	16	Sudeste Distante III
2	Sudeste	7	Nordeste I	12	Sudoeste II	17	Sudeste Distante IV
3	Sudoeste IV	8	Nordeste II	13	Sudoeste distante	18	Sudeste Distante V
4	Sudoeste III	9	Sudeste Distante II	14	Noroeste II	19	Rural 1
5	Oeste	10	Sudeste Distante I	15	Nordeste Distante	20	Rural 2

12. MAPA GERAL DO PERFIL SOCIOECONÔMICO E DIREITOS DO ECA

A matriz apresenta o panorama geral de todos os indicadores do Perfil Socioeconômico e dos Direitos Fundamentais do ECA e a posição ou Ranking de cada região geográfica. Ela traduz de forma simplista quais as regiões de maior atenção por tema analisado

Classificação Quintil	Ranking Geral – 46 indicadores socioeconômicos e dos Direitos Fundamentais do ECA									
	ACIMA DA MÉDIA	Indicadores acima da média geral						RANKING GERAL (1ª posição maior atenção)		
		9 (nove)	13 (treze)	1 (um)	12 (doze)	8 (oito)	3 (três)			
	Região Geográfica	Perfil demográfico e Socioeconômico	Direito à Vida e Saúde	Direito à Educação, Esporte, Cultura e Lazer	Direito à Liberdade, Respeito e Dignidade	Direito à Convivência Familiar e Comunitária	Direito à Profissionalização e Trabalho	Contagem por Região	Percentual sobre o total de Indicadores	Posição no Ranking
	18	9	7	1	8	8	2	35	76,1%	1ª
	15	8	8	-	11	5	3	35	76,1%	1ª
	16	9	8	1	6	7	2	33	71,7%	2ª
	12	8	7	-	9	7	2	33	71,7%	2ª
	17	9	9	-	6	5	2	31	67,4%	3ª
	6	8	8	-	9	4	2	31	67,4%	3ª
	13	8	6	1	9	4	2	30	65,2%	4ª
	20	9	6	1	2	5	2	25	54,3%	5ª
	11	9	6	1	4	4	1	25	54,2%	a
	14	8	2	-	7	6	1	24	52,2%	6ª
	9	7	6	1	1	5	2	22	47,8%	7ª
	4	7	7	-	4	1	3	22	47,8%	7ª
	19	4	6	-	4	4	2	20	43,5%	8ª
	8	-	7	1	3	2	1	14	30,4%	9ª
	7	3	2	-	4	3	1	13	28,3%	10ª
	2	1	1	-	7	1	2	12	26,1%	11ª
	5	-	5	-	3	-	1	9	19,6%	12ª
	1	1	4	-	3	-	1	9	19,6%	12ª
	10	1	4	1	-	-	2	8	17,4%	13ª
	3	1	2	-	2	-	1	6	13,0%	14ª
	Total	9	13	1	12	8	3	46	-	-

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2021

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

- **Representação gráfica do mapa social de Trabalho Irregular, por área de abrangência das Regiões Geográficas**

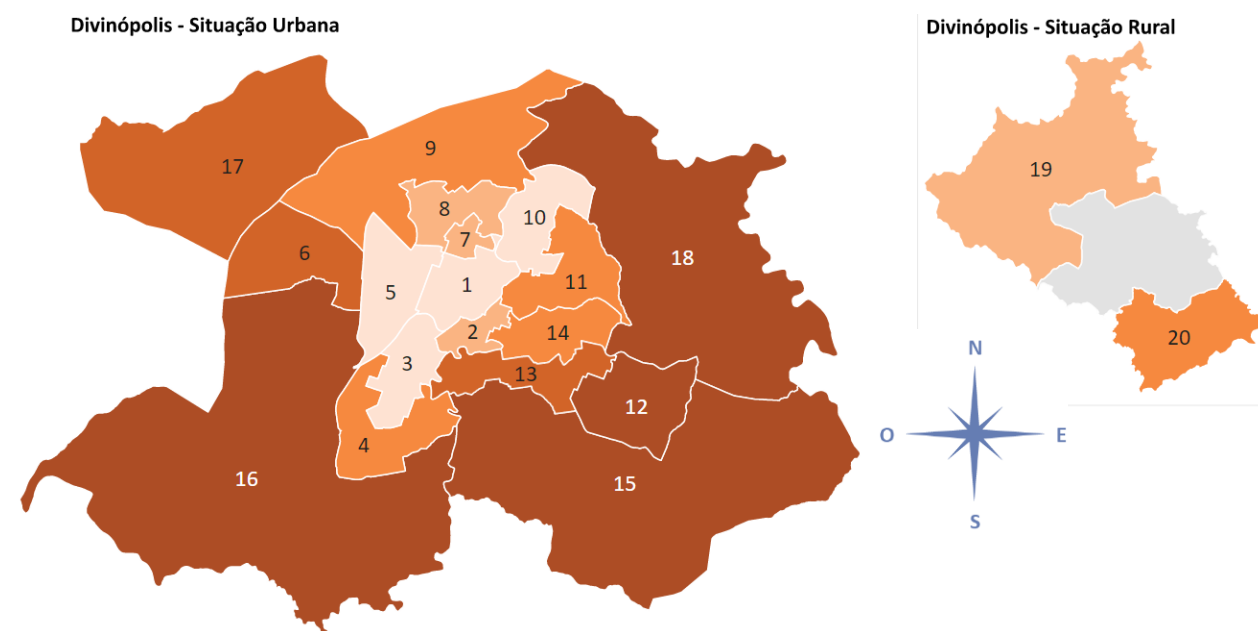
O mapa mostra a divisão das regiões geográficas classificadas pelo método Quintil, conforme legenda de cores.

Legenda

Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto
-------------	-------	-------	------	------------

As informações traduzem uma visão geral dos indicadores analisados neste volume 1 e indicam as regiões prioritárias para ações futuras voltadas à política pública na área da infância e da adolescência no município de Divinópolis. O critério utilizado para definir se determinada Região está na condição de “maior atenção” foi determinada pela posição do indicador no mapa de acordo com a classificação do *Quintil* na mais “ALTA” posição.

Dos 46 indicadores apresentados na página anterior, as Regiões 12, 15, 16 e 18 aparecem 33 e 35 vezes na condição de maior vulnerabilidade em relação à média geral do Município; ou seja: são essas as regiões de prioridade “Muito Alta”, sem considerar as demais, são as 4 regiões citadas que devem receber atenção imediata do gestor para ações e projetos após a conclusão deste estudo.



Legenda das Regiões Geográficas

1 Centro	6 Noroeste I	11 Sudoeste I	16 Sudeste Distante III
2 Sudeste	7 Nordeste I	12 Sudoeste II	17 Sudeste Distante IV
3 Sudoeste IV	8 Nordeste II	13 Sudoeste distante	18 Sudeste Distante V
4 Sudoeste III	9 Sudeste Distante II	14 Noroeste II	19 Rural 1
5 Oeste	10 Sudeste Distante I	15 Nordeste Distante	20 Rural 2

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento da realidade da infância e da adolescência do Município é fundamental para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e para elaboração de políticas públicas mais eficazes. Os indicadores apresentados no diagnóstico oferecem um retrato dos principais problemas que atingem crianças e os adolescentes, mostrando que ações prioritárias devem ser priorizadas para a garantia dos direitos e, principalmente, subsidiar os governantes nas escolhas de alocação dos recursos orçamentários na área infanto-juvenil e no território.

O mapeamento, a coleta, a padronização e consolidação dos dados da rede de atendimento da infância e juventude no Município, por meio de indicadores sociais e estatísticas complementares estruturados a partir dos direitos fundamentais trazidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente possibilitou a visualização das principais demandas, necessidades e fragilidades por áreas geográficas, observando abrangência e identificando lacunas dos serviços e de políticas públicas.

Assim o Diagnóstico, indicou a população de Divinópolis concentrada na área urbana, com 97% da população total, ou seja, 64.821 (censo 2010), conforme Tabela 1. Já o Indicador 2 mostra que crianças e adolescentes de 0 a 17 representam 24,9 % da população total do Município (53.072). Do percentual de 24,9% de pessoas de 0 a 17 anos, se compararmos na Tabela 4 há pouca diferença entre masculino (50,97%) e feminino (49,03%). O Município apresenta um percentual de Razão de Dependência Total²² de 45,8%. Este indicador mede a razão entre a população economicamente dependente e a população economicamente ativa e um resultado alto sinaliza a necessidade de direcionar estratégias e ações voltadas para o trabalho e a profissionalização para geração de renda, especialmente nas comunidades com taxas próximas e acima de 50%, classificadas pelo método *Quintil* como “Alto” e “Muito Alto”.

Na área da saúde, o Município apresenta resultado de 20,3% de pré-natal insuficiente, a maior incidência (59,2%) está na faixa etária de gestantes com idade de 22 a 34 anos. Ainda no âmbito das estatísticas vitais da saúde, em 2019 foram registrados 140 nascidos vivos de mães adolescentes com idade de 10 a 19 anos (OMS), 72 nascidos vivos de mães de 15 a 17 anos (ECA), 280 (10%) nascidos vivos com baixo peso (menos de 2,5kg) e 27 casos de óbitos de crianças menores de 1 ano de idade.

No eixo do direito da Educação, o censo de 2010 apresenta um percentual baixo da população não alfabetizada, na faixa de idade de 12 a 17 anos (0,6%). O censo escolar do Município indica que a melhor taxa de aprovação está no Ensino Fundamental, anos Iniciais (98,7%), maior do que as taxas do estado de Minas Gerais e do Brasil (98,1% e 95,1% respectivamente). A taxa de aprovação do Ensino Médio é mais baixa (92,0%), porém, bem positiva em relação ao estado de Minas Gerais e do Brasil (84,4% e 86,1%

²² Definição: percentual da população inativa (de 0 a 14 anos, e de mais de 60 anos) sobre a população economicamente ativa (na idade entre 15 a 59 anos).

respectivamente). Na taxa de reprovação, o maior percentual está no Ensino Médio com 6,2%, assim como o de abandono com 1,8%. Esses resultados indicam uma fragilidade nesse nível de ensino, um desafio enfrentado no País, pelas características de não obrigatoriedade. Porém tais números são importantes para o gestor desta área, em traçar estratégias e direcionar ações voltadas para o incentivo e permanência dos adolescentes na escola.

Os dados do Conselho Tutelar revelam um percentual de crianças e adolescentes com direitos violados (Indicador 25) de 1,1%, sendo a região 12 com maior percentual, de 2,6%, 26 vezes maior que a região 17, com menor valor (0,1%). Das 592 notificações registradas no Conselho Tutelar, entre violações de direitos e fatos comunicados, destacam-se por categoria, as faltas reiteradas com 17,7%, a negligência com 13,0% e vagas escolares com 12,8%. As notificações de maus tratos representam 4,4% do total e as de abuso sexual 4,1%.

No ano de 2019, a Secretaria de Segurança Pública e o CREAS, registraram 176 adolescentes na idade de 12 a 17 anos cumprindo Medida Socioeducativa (MSE), com média no Município de oito adolescentes a cada mil nesta faixa de idade. A região 12 apresenta a maior taxa por mil (22,5). Já a população na faixa etária de 18 a 21 anos em cumprimento de MSE, tem média um pouco maior, nove a cada mil residentes na mesma faixa de idade. A região 12, aparece com a maior taxa entre todas as regiões, em torno de 26 jovens de 18 a 21 anos a cada mil da mesma idade, estão cumprindo MSE.

No eixo de convivência familiar e comunitária, os resultados do IBGE 2010, mostram o perfil geral sobre adolescentes responsáveis por domicílio de 0,47%, o total de responsáveis não alfabetizados é de 4,9% e domicílios com renda *per capita* até $\frac{1}{4}$ SM, de 2,4%.

A taxa de acompanhamento do PAIF (Indicador 42), mostra que a região 16 apresenta a média mais alta de crianças e adolescentes acompanhadas a cada mil habitantes desta faixa etária (44), enquanto a média no Município é de 15,6. Disso pode-se destacar que a região 16 tem a maior facilidade nos atendimentos. Em relação a faixa etária, a principal faixa acompanhada é entre 12 a 17 anos (40,4%) e o principal motivo é a vulnerabilidade social (24,4%).

Outro ponto importante ainda é o atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes no PAEFI (Indicador 43), serviço direcionado para situação de vulnerabilidade, ameaça ou violação de direitos. A região 18 concentra o maior número de acompanhados, o valor de 9,0 a cada mil habitantes desta faixa etária, enquanto a média do Município é de 2,4. Dos 222 atendimentos realizados, 38(17,1%) foram por negligência ou abandono e 17 (7,7%) por abuso ou violência sexual.

No eixo de profissionalização e proteção no trabalho a Razão de Dependência Jovem²³ (Indicador 44) o Município apresenta o índice de 29,3% e indica a região 18 com o maior valor entre as regiões (39,8%).

Extraído da pesquisa de percepção entre as crianças e adolescentes, o indicador 45 aponta o índice de entrevistados em situação irregular de trabalho. Dos 735 entrevistados 234 encontram-se em situação irregular ficando a média do Município com 31,8%. A região 19 apresentou o maior índice 66,7% dos entrevistados. No Volume 2 o trabalho irregular será abordado com mais profundidade e indicará o percentual de trabalho irregular passível de regularização.

Por fim, a matriz social sintetiza o resultado de 46 indicadores analisados neste volume I que agrupados pelo método *Quintil* em cinco grupo onde, Muito Baixa significa pouca vulnerabilidade ou baixo nível de atenção e, Muito Alto significa muita vulnerabilidade ou alto nível de atenção. Com base nesse critério de classificação as regiões: 12 - Sudoeste II; 15 - Nordeste Distante; 16 – Sudeste Distante III e a 18 – Sudeste Distante V, foram classificadas no Ranking geral nas quatro primeiras posições de prioridade (muito alto), sendo, portanto, as que necessitam de maior atenção do gestor público para o desenvolvimento de ações voltadas para os direitos sociais das crianças e dos adolescentes residentes no município de Divinópolis.

²³ Percentual da população economicamente inativa (de 0 a 14 anos) sobre a população economicamente ativa (de 15 a 59 anos).

14. CONCLUSÃO

A elaboração desta pesquisa social no município de Divinópolis (MG), de forma científica e cartográfica, permitiu uma ressignificação da temática da criança e do adolescente para a gestão municipal e para os colaboradores do Sistema de Garantia de Direitos, uma vez que identificou com precisão os territórios com maior incidência de vulnerabilidades e evidenciou aspectos particulares e singulares dos contextos locais que se apresentam de maneiras diferentes.

O mapeamento das áreas que apresentam números e indicadores sociais mais críticos propiciou identificar as localidades com crianças e adolescentes expostos às situações de fragilidades, riscos, violações de direito e vulnerabilidades.

A escolha do público e a divisão das frentes de investigação da pesquisa documental e da pesquisa de percepção tiveram por objetivo formar um corpo social a partir de todas as pontas, desde o poder público municipal até a sociedade e a família, e priorizar a inclusão das próprias crianças e adolescentes, para que a partir de seus interesses, dificuldades e necessidades participem de forma ativa e consultivamente nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação de políticas públicas a eles direcionadas, em consonância com a Resolução 191/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Este diagnóstico tem como um dos objetivos, não só aproximar o poder público, os conselhos de direito e a sociedade civil da realidade das crianças e adolescentes residentes no Município, mas de mobilizar a todos os envolvidos a unir forças e trabalhar em conjunto – no discutir, pensar e formular estratégias e ações e políticas públicas da população infanto juvenil.

Assim, este projeto de pesquisa cumpriu com seu propósito, o de expor um retrato situacional do Município por território, para que sejam direcionadas assertivamente ações e políticas públicas capazes de promover a transformação social necessária para que a tão sonhada doutrina da proteção integral – que norteia os escritos normativos e legislativos – possa ser efetivamente incorporada à realidade social das crianças e dos adolescentes.

A finalização do “Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente com Foco na Identificação do Trabalho Infantil” com a entrega do compêndio de dois volumes registrados na Câmara Brasileira do Livro (CBL), marca o início de uma nova fase de trabalho fundamentada nos indicadores e estatísticas gerais disponibilizadas neste importante estudo de pesquisa social.

15. GLOSSÁRIO

Este glossário define as terminologias frequentemente utilizadas neste volume do Diagnóstico Social, compreendendo definição de termos estatístico, bem como de atores, equipamentos e de programas relacionados ao eixo de direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Benefício de Prestação Continuada (BPC) - o BPC é um benefício de renda no valor de um salário mínimo para pessoas com deficiência de qualquer idade ou para idosos com idade de 65 anos ou mais que apresentam impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial e que, por isso, apresentam dificuldades para a participação e interação plena na sociedade. Para a concessão deste benefício, é exigido que a renda familiar mensal seja de até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo por pessoa (MDS, 2020).

Cadastro Único (CadÚnico) – o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Censo demográfico do IBGE – é a principal fonte de dados sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades. As informações coletadas pelo Instituto são estratégicas e necessárias para dar Luz na formulação das políticas públicas nas três esferas de governo, além de acompanhar o crescimento da população brasileira, sua distribuição geográfica e suas características ao longo do tempo. Os resultados do Censo contribuem ainda com a iniciativa privada para tomada de decisões sobre investimentos

Censo Escolar (CE) - realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o Censo Escolar é o principal instrumento de levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional, realizado anualmente em regime de colaboração entre as secretarias estaduais e municipais de educação, e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país, possibilitando que se verifique desde o número de matrículas e rendimento dos alunos até a infraestrutura das escolas e funções docentes (INEP).

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – é um equipamento público, normalmente localizado em regiões com maior vulnerabilidade social, em que são prestados os serviços de proteção básica da Assistência Social, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Neste espaço os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – é uma unidade pública da política da proteção especial da Assistência Social, onde são orientadas, encaminhadas e atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Nestas unidades são ofertados o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o serviço de cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, e outros serviços como a Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias., orientação jurídica, medidas de apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estímulo da mobilização comunitária.

Conselho Tutelar (CT) – é um órgão permanente e autônomo, eleito pela sociedade para zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Os conselheiros acompanham os menores em situação de risco e decidem em conjunto sobre qual medida de proteção para cada caso.

O exercício efetivo da função de conselheiro constitui serviço público relevante e quem o pratica deve ser pessoa idônea, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Domicílio – de acordo com o IBGE é um local estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que estejam sendo utilizado como tal.

Microdados do IBGE – consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas. Os arquivos de microdados são acompanhados de uma documentação que fornece os nomes e os respectivos códigos das variáveis e suas categorias, a metodologia da pesquisa, e o instrumento de coleta.

Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) – é um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais. O serviço PAEFI integra o nível de proteção social Especial do SUAS e é ofertado pelo CREAS.

Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) – consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS e é ofertado pelo CRAS.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – é um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). É uma forma de intervenção social planejada, por meio de atendimentos em grupo, compreendendo atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras.

Unidade de Acolhimento Institucional (UAI) – São as unidades que executam os serviços especializados que oferecem acolhimento e proteção a indivíduos e famílias afastados temporária ou permanentemente do seu núcleo familiar ou comunitário por situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Esses serviços funcionam como moradia provisória até que a pessoa possa retornar à família, alcance sua autonomia ou seja encaminhado para família substituta.

16. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm Acessado em: 15 de agosto de 2018.

Brasil. **Portaria MDSA nº 318, de 12 de dezembro de 2016.** Estabelece normas gerais para o funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/24655254/do1-2016-12-14-portaria-n-318-de-12-de-dezembro-de-2016-24655232.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. CNJ Serviço: O que faz um conselho tutelar? Brasília: 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/83767-cnj-servico-o-que-faz-um-conselho-tutelar>. Acessado em: 30 de julho de 2018.

DANTAS, Danilo Sérgio Moreira. **A nova lei nacional de adoção e as novas diretrizes para a adoção no Brasil, à convivência familiar e garantia dos adotandos.** Disponível em C:\DocumentsandSettings\AdministradorMeusDocumentos0.mht. Acesso em 01 de novembro 2010.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 4. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

_____.Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acessado em: 13 de agosto de 2018.

IFDM: **Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal** é um estudo do Sistema FIRJAN que acompanha anualmente o desenvolvimento socioeconômico de todos os mais de 5 mil municípios brasileiros em três áreas de atuação: Emprego & renda, Educação e Saúde. Criado em 2008, ele é feito, exclusivamente, com base em estatísticas públicas oficiais, disponibilizadas pelos ministérios do Trabalho, Educação e Saúde.

KALOUSTIAN, Sílvio Manoug (org.). Família Brasileira: a base de tudo. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 51.

_____.Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm. Acessado em: 13 de julho de 2018.

_____.Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8625.htm. Acessado em 07 de agosto de 2018.

LOBO, Paulo Luiz Netto. A repersonalização das relações de família. Abril de 2004.

LÔBO, Paulo. **Famílias.** São Paulo: Saraiva, 2008.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (org.) Curso de direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos. 6. ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2013.

MC/SNAS – Ministério das Cidades e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Fluxo para Identificação do Trabalho Infantil (texto para consulta pública)**. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/consulta_publica/Fluxo%20para%20Identifica%C3%A7%C3%A3o%20de%20Trabalho%20Infantil%20para%20Consulta%20P%C3%BAblica.pdf

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social. **Caderno de Orientações Técnicas para o aperfeiçoamento da gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI**. Brasília, 2018.

MDS/CNAS – Ministério do Desenvolvimento Social e CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social. **RESOLUÇÃO Nº 08, DE 18 DE ABRIL DE 2013**. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências. Disponível em: < <http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2013/resolucoes-cnas-2013/> >. Acesso em 07 de agosto de 2019.

MDS/SNAS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional da Assistência Social, Departamento de Proteção Social Especial. **Orientação sobre a utilização dos recursos do cofinanciamento das ações estratégicas do PETI pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS**. Brasília, 2015. Disponível em: < http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2015/10/Orienta%C3%A7%C3%B5es_recursos_AEPETI1.pdf >. Acesso em 09 de setembro de 2019.

MENDES, Gilmar Ferreira. COELHO, Inocêncio Mártires. BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. **Curso de direito constitucional**. 3 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

Polícia Rodoviária Federal. **Projeto MAPEAR**. Disponível em: < <https://agencia.prf.gov.br/agencia/wp-content/uploads/2018/05/Projeto-Mapear.pdf> >. Acesso em 16 de abril de 2020.



www.painelpesquisas.com.br

Rua: Ibirapuera 705 – Floresta – Joiville/SC

e-mail: atendimento@painelpesquisas.com.br

Tel: (55) 47 3025 5467 Cel: (55) 47 9 9993 1043





Idealização:



PREFEITURA DE
DIVINÓPOLIS



SEMAS
Secretaria Municipal de
Assistência Social

Realização:



Pesquisas e Consultoria

Financiamento:

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

Apoio:

